

ISSN 1414-6304

Revista /

MÚLTIPLA

NÚMERO 18 – ANO X – JUNHO 2005

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

João Alfredo Leite Miranda

Manoel Moacir C. Macêdo

Michitoshi Oishi



Faculdades Integradas

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Relações Públicas

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Diretor de Ensino a Distância

Vicente Nogueira Filho

Ruy Montenegro

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ivonel Krebs Montenegro

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

José Raimundo Pereira Gomes

Ana Cristina Morado Nascimento Frade

Benito Nino Bisio

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano X - vol. 12 - nº 18, Junho de 2005.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

180 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Antônio Carlos Simões e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

SUMÁRIO

5 Apresentação

ENSAIOS

9 As faces de Exu: representações europeias acerca da cosmologia dos orixás na África Ocidental

Anderson Oliva

39 O Brasil de Vargas, a República de Weimar e a imprensa: algumas notas características 1930-1933

Albene Miriam F. Menezes

65 A teoria das dádivas e a formação da realeza germânica (1-400)

Eduardo Fabbro

INFORMAÇÃO

85 A administração estratégica e a nova visão baseada em competência

Marcelo Antonio Lisboa Cordeiro e Leonardo Lisboa Pereira

109 A construção de regimes internacionais e sua efetividade: uma análise sob o prisma da ação comunicativa

Bruno Henrique Neves da Silva

125 Mulheres “modernas”, mulheres “perigosas”...

Diva do Couto Contijo Muniz

OPINIÃO

137 Processo de ocupação da Amazônia e suas estratégias de integração, desenvolvimento e segurança

Sebastião Fontineli França

163 Itinerário de um estudo

Celso Silva Fonseca

175 A mulher nua (Resenha)

Luiz Carlos Iasbeck

SUMMARY

5 Apresentação

ESSAYS

9 The faces of Exu: european representations on the cosmology of orixas in Western Africa

Anderson Oliva

39 The Brazil of Vargas, the Weimar's Republic and press: some characteristic notes 1930-1933

Albene Miriam F. Menezes

65 The theory of the gift and the formation of german's kingship (1-400)

Eduardo Fabbro

INFORMATION

85 Strategic Management and the new vision based on competence

Marcelo Antonio Lisboa Cordeiro e Leonardo Lisboa Pereira

109 The building up of international regimes and their effectiveness: an analysis from the perspective of communicative action

Bruno Henrique Neves da Silva

125 "Modern" woman, "dangerous" woman

Diva do Couto Contijo Muniz

OPINION

137 The occupation of the Amazon Region and strategies of integration, development and security

Sebastião Fontineli França

163 The itinerary of a study

Celso Silva Fonseca

175 The naked woman (Book review)

Luiz Carlos Iasbeck

APRESENTAÇÃO

A presente edição da **Revista Múltipla** contempla abordagens diversificadas no ramo do saber, mantendo, assim, a proposta da criação do periódico: entregar ao leitor temas com cortes temporais sincrônicos e diacrônicos. Pretendemos com isso atingir um público diferenciado, no que tange a informações sobre assuntos acadêmicos resultantes de pesquisas empíricas e outros referentes a assuntos da atualidade, no contexto internacional e nacional.

Nesse sentido, apresentamos duas análises na área de Relações Internacionais: a primeira, trata da construção e da efetividade de regimes internacionais; a segunda, discorrendo sobre o Brasil da era Vargas e a República de Weimar.

Ainda no contexto internacional, temos um artigo que avalia as representações européias na cosmologia dos orixás na África Ocidental; outro analisa a teoria das dádivas e a formação da realeza germânica.

No cenário nacional, duas contribuições regionais são abordadas: uma, sobre o processo de ocupação da Amazônia e as estratégias de integração; a outra analisa as representações sociais de gênero, especificamente a situação das mulheres com a mudança de comportamentos sociais no início do século XX.

Outro tema inserido na edição apresenta discussão entre os papéis da indústria e dos recursos internos para a explicação da diferença de desempenho das empresas. Para orientar acadêmicos na área de Ciências Sociais, achamos pertinente trazer a opinião de pesquisador, indicando caminhos evidenciados nos expedientes burocráticos, legislativos e políticos na elaboração de pesquisa científica. Finalizando, temos uma resenha da obra *A mulher nua*, recém-lançada pelo antropólogo inglês Desmond Morris.

Esperamos ter escolhido temas de interesse dos leitores.

A Editora.

ENSAIOS

Anderson Oliva

*Professor de História da África - UPIS.
Doutorando em História Social - UnB.*

***As faces de Exu:
representações européias
acerca da cosmologia dos
orixás na África Ocidental
(Séculos XIX e XX)***

Sobre o mundo atlântico, a África Ocidental e a cosmologia dos iorubás

No cenário histórico montado, a partir do século XV, na região subsaariana da África, um elemento merece destaque especial para a compreensão da intensidade das trocas e apropriações culturais que envolveram as sociedades ali postas em contato: as concepções metafísicas. Frutos de contextos e mentalidades diversos, as cosmologias africanas¹ e as religiões européias passaram por um processo de estranhamento, repulsa e entendimento que culminou, em diversos momentos, com a intervenção autoritária de agentes europeus - administradores e sacerdotes - na tentativa de anular ou suplantar certos aspectos próprios das estruturas do pensamento religioso africano. Mas é certo também que, em sentido contrário, houve intenso estímulo à resistência e à manutenção das características essenciais das formulações cosmológicas e cosmogônicas por parte dos africanos e, ao mesmo tempo, à apropriação de elementos externos às suas leituras de mundo.

De dentro desse concerto sabemos que, na África Ocidental, a ação evangelizadora cristã - atividade realizada por missionários protestantes e católicos - se intensificou com a chegada do século XIX. Ainda nos anos oitocentos e, mesmo nos séculos anteriores, comerciantes, viajantes e outros homens que passaram pela região registraram suas impressões, espantos e preconceitos em relação às formas de vida e representações cotidianas comuns aos africanos. Não foi diferente com os administradores e religiosos que se instalaram no continente negro, a partir da montagem dos impérios europeus na África. Além do exotismo, o signo do primitivo foi ponto de destaque nas anotações e registros deixados por esses agentes, nos anos em que ficaram naquelas terras.

Esses trabalhos foram marcados, muitas vezes, pelas restrições e interdições das óticas sagradas cristãs e das teorias científicas européias. Apesar disso, tal material se demonstra fértil para desvendar as mentalidades de épocas e de momentos diversos do caminhar das visões européias sobre a África e, de certa

forma, se soubermos filtrar as interdições do imaginário europeu, das próprias dimensões e visões africanas.

É desse contexto e da região habitada pelos iorubás na África Ocidental, que emerge nosso objeto de estudo. A partir da leitura de vários relatos, descrições ou pesquisas que, desde o século XIX, fazem referência à cosmologia dos orixás, um elemento nos chamou a atenção: os relatos acerca de um orixá, destacado pelas suas características funcionais e iconográficas singulares e pelas diferentes interpretações, exteriores e internas à África, realizadas sobre ele. Esse orixá se chama Exu².



Mapa da África. As regiões em destaque fazem referência a algumas formações estatais africanas.

(In *The Times Atlas World History*. Londres: Times Book, 1993, p. 135)

Chocante para os influenciados pela visão ocidental cristianizada ou marcada pelos racismos biológico e cultural, objeto de reflexão e elucubrações por parte dos antropólogos e cientistas sociais, ou ainda, elemento do equilíbrio universal e de grande importância para os iorubás, Exu é uma das mais contradi-

tórias (na percepção ocidental) divindades do panteão dos orixás e mereceu destaque em vários trabalhos realizados na região. De forma esclarecedora, pelo menos para a proposta de nosso trabalho, esses estudos seguiram tendências presentes em seus contextos de origem, marcados tanto pelas idéias das ciências como das religiões. As referências imaginárias dos missionários cristãos - do século XV ao XX -, o darwinismo social e o evolucionismo do XIX, e os estudos etnográficos que se estendem até o início do século XX possibilitam percorrer, na história das visões sobre Exu, a própria história das representações elaboradas pelos europeus acerca de certos aspectos da cosmologia dos orixás na África Ocidental.

Dessa forma, o presente artigo busca revisitar parte dos estudos e dos escritos elaborados sobre a cosmologia dos iorubás, propondo-se executar uma releitura das visões e análises acerca de algumas características centrais de Exu. Para isso, nossas atenções irão concentrar-se nas descrições de certos aspectos funcionais e simbólicos que ocuparam papel de maior destaque nos trabalhos aqui selecionados para análise. O recorte temporal não foi arbitrário; muito menos os autores selecionados foram eleitos ao acaso. Cronológica e intelectualmente, os momentos de fala, foram cuidadosamente escolhidos. Ao mesmo tempo, procuraremos destacar as influências dos conjuntos de representações europeias e dos imaginários de cada contexto na elaboração de suas descrições sobre Exu.

Na tentativa de alcançar nossos objetivos iniciais, esforçamos-nos na seleção de fontes que esclarecem as interpretações ou representações construídas acerca do orixá. Essas visões seguiram os mais diversos caminhos e ilustraram as idas e vindas dos estudos na região. Nesse caso a opção foi a de acompanharmos os escritos deixados por alguns viajantes, missionários cristãos e administradores europeus que, ao longo dos séculos XIX e XX, registraram suas impressões e entendimentos acerca desse orixá. Os autores e obras selecionadas foram os seguintes³:

- o trabalho de dois irmãos expedicionários, Richard e John Lander, que transitaram pela região da foz do rio Niger, no Golfo da Guiné, na primeira metade do século XIX e escreveram o livro *Expédition au cours et embouchures du Níger*, em 1832;
- os apontamentos de dois padres católicos, um do final do século XIX, Noel Baudin, em seu pioneiro estudo *Fétichisme et féticheurs*, publicado em 1884, e o outro, do final do século XX, Ade Dopamu, com o livro *Exu, o inimigo invisível do homem*, de 1990;

- os relatos de dois administradores, o tenente-coronel Alfred Burton Ellis, presente na África durante a passagem do XIX para o XX, que escreveu *The yoruba-speaking people of the slave coast of Africa*, em 1894, e Bernard Maupoil, que no livro *La géomancie à l'ancienne côte des esclaves*, de 1943, relatou suas impressões sobre Légba, divindade da religião dos Voduns que guarda profundas relações com Exu.

Para permitir uma visão de contraponto, ou seja, para saber como os próprios iorubás interpretavam e se relacionavam com Exu, faremos referência, de forma mais sintética, às representações funcionais e imagéticas do orixá, a partir de uma série de pesquisas realizadas por antropólogos no Golfo da Guiné e que elegeram os iorubás como objeto de estudo. Esses trabalhos serão os de Joan Wescott - *The sculpture and myths of Eshu-Elegba, the yoruba trickster*, 1962 -, John Pemberton - *Eshu-Elegba: the yoruba trickster god*, 1975 - e Robert Pelton - *The trickster in West Africa*, 1980. Mesmo que o recorte temporal desses estudos seja diacrônico, se comparado à maioria dos relatos anteriores, eles servem como espécie de referência sobre a cosmologia dos orixás do citado período, inclusive pelo uso fecundo dos relatos da tradição oral por parte desses antropólogos.

Temos a clareza que adentrar na idéia do mundo atlântico nos obrigaria a tomar algumas iniciativas inéditas com relação aos estudos das múltiplas facetas culturais e históricas, interpostas nos séculos de sua composição. Para tanto e por isso, iniciar uma investigação sobre as faces de Exu no Atlântico⁴ demandava primordialmente identificarmos como ele era interpretado na África, e quais foram as leituras ou representações elaboradas acerca do imaginário, da funcionalidade e da simbologia criados pelos observadores de fora da África sobre essa personagem iorubá.

A seleção dos autores acima mencionados permite a percepção, na prática, de como ocorreram as múltiplas influências de teorias ou tendências dos estudos e pensamentos ocidentais nas investigações sobre o continente africano, que estabelecem marcos, entre os trabalhos que não se perderam no passado, ressoando até os dias de hoje. Por fim, cabe ressaltar que, em diversos momentos, referidas interpretações apresentam semelhanças e dessemelhanças entre si. Em tal sentido, procuraremos retornar aos autores indicados, buscando pontos de concordância e discordância nas leituras sobre Exu. Que essa tarefa se conclua com êxito.

Antes de adentrarmos o universo dos orixás, uma tarefa nos parece obrigatória. Para reconhecermos os elementos que construíram grande parte das imagens e representações elaboradas acerca de Exu, será preciso realizarmos uma breve

incursão em parte do imaginário europeu elaborado ao longo dos últimos séculos, sobre os africanos e seus padrões culturais. Parece-nos óbvio que todo exercício de síntese incorre em algumas simplificações; por isso alertamos que nossa intenção é noticiar parte do conjunto de idéias ou de referências que embeberam as mentes européias. Por isso, o recorte aqui utilizado terá início nas imagens elaboradas principalmente no período que se estende do final do século XVIII até o século XX. Isso não significa que referências anteriormente construídas acerca dos africanos não serão apresentadas; mas elas aparecerão como idéias a serem associadas ao contexto referido. Terminada essa tarefa, nos debruçaremos na análise das representações elaboradas acerca de Exu pelos citados agentes europeus ou influenciados pelas óticas ocidentais.

As representações dos africanos e o imaginário europeu. A África e os africanos percebidos a partir das leituras cristãs, racistas e colonialistas

A partir de meados do século XIX, as relações entre europeus e africanos ganharam dimensões até então não vivenciadas em larga escala. A descoberta do quinino - remédio usado no tratamento da malária - permitiu que as viagens e expedições científicas, anteriormente limitadas às rápidas incursões pelas redes fluviais envolvidas no tráfico, pudessem devassar o interior da África. A essas viagens somaram-se, já nas últimas décadas do Dezenove, as ações imperialistas/colonialistas que permitiriam aos europeus o controle de quase a totalidade da África.

Nesse momento da montagem e afirmação do colonialismo europeu, houve migração da imagem do africano confundido anteriormente com o escravo⁵ para as representações associadas à selvageria, à barbárie e à inferioridade racial. Todos esses elementos seriam selos antagonônicos às imagens divulgadas pelos europeus sobre eles mesmos, associadas ao progresso tecnológico, à crença de que suas civilizações seriam superiores, ou ainda à divulgada teoria de que as mentes e estruturas européias seriam as mais complexas do orbe. Nesse contexto, os africanos foram tachados de preguiçosos e inábeis ao trabalho sofisticado, devendo ser disciplinados e ensinados pelos serviços braçais, mesmo que compulsórios (Henriques, 2004: 285-298).

As representações elaboradas acerca da África e de suas populações, nesse período, se articulam ao conjunto anteriormente elaborado de estereótipos e imagens construídas principalmente sob influência da ação de sacerdotes - protestantes e católicos - e de viajantes europeus, presentes em África desde os séculos XV e XVI.

No caso dos missionários cristãos, influenciados pelas visões e concepções européias do início dos tempos modernos, encontramos relatos que desde o século XVI retratam as cosmologias africanas como sendo práticas de bruxaria e ações demoníacas. Não podemos ignorar que essas referências são originadas, em grande medida, durante o medievo, em que as imagens dos africanos passaram a ser associadas, a partir dos elementos teológicos que embaçavam os olhares europeus, a duas idéias centrais: a da passagem bíblica sobre os descendentes de Cam e a da transposição da cosmologia celestial católica para a cartografia terrestre, localizando na África o inferno na Terra.

Segundo os textos bíblicos, Cam, um dos filhos de Noé, foi punido por flagrar seu pai nu e embriagado. Como castigo, seus filhos deveriam se tornar servos dos filhos de seus irmãos, teriam pele mais escura que a dos outros homens e habitariam parte dos territórios da Arábia, do Egito e, principalmente, da Etiópia. A queda de Cam e a localização do local de degredo de seus descendentes na África serviriam como fórmulas explicativas para apontar esse continente como um local esquecido ou amaldiçoado por Deus (Gênesis: 9, 18-27).

Já na cartografia medieval e do início dos tempos modernos as impressões pejorativas sobre os africanos seriam reforçadas e explicitadas na associação entre os espaços celestiais - paraíso, purgatório e inferno - e os continentes então conhecidos. Seguindo padrão mais ou menos comum, as representações cartográficas, chamadas de *T/O*, apresentavam a Europa, a Ásia e a África distribuídas em forma de um *T*, cercado pelos oceanos, *O*. Distante dos homens, ao norte, podia ser encontrado o paraíso terreal. Jerusalém, local da ascensão do filho de Deus aos céus, aparecia ao centro e era considerada local de passagem para atingir as regiões paradisíacas na Terra. A Europa, cuja população descendia de Jafet, primogênito de Noé, ficava a oeste e ao sul de Jerusalém e a Ásia, local dos filhos de Sem, netos de Noé, ao norte ou a leste. Ao sul aparecia a África, terra dos filhos de Cam. Nesse caso, a descrição do Inferno, como região de calor insuportável e habitado por seres monstruosos e demoníacos, era encaixada obrigatoriamente sobre a África. Pelo menos seria o que confirmariam os primeiros viajantes e missionários que passaram pelo continente durante os séculos XV e XVI (Noronha, 2000: 681-687; Kappler, 1994: 24).

Outro conjunto de relatos e imagens comumente encontrados nos relatos de viajantes e missionários nesse período, faz referência às práticas antropofágicas. Os relatos antropofágicos se estendem pelos últimos quatrocentos anos. Entre os séculos XVI - quando começaram a aparecer em maior número - e XVIII, eles estavam associados ao imaginário cristão, que diabolizava os africanos. Já nos

séculos XIX e XX, persistiram, só que agora relacionados aos olhares colonialistas, reforçando o caráter primitivo e selvagem dos povos a serem civilizados. Em meados do último século, apesar de saberem que a antropofagia se restringia a certos momentos ritualísticos e era praticada apenas em algumas regiões, ainda permanecia viva no imaginário europeu a imagem dos grupos devoradores de carne humana, nos recônditos do continente (Henriques, 2004: 225-233).

Aos preconceitos elaborados nos séculos anteriores articulam-se, no século XIX, as crenças científicas, oriundas das concepções do Darwinismo Social e do Determinismo Racial, que alocaram os africanos nos últimos degraus da evolução das "raças" humanas. Infantis, primitivos, tribais, incapazes de aprender ou evoluir, os africanos deveriam receber, portanto, a benfeitoria ajuda européia por meio das intervenções imperialistas no continente (Schwarcz e Queiroz, 1996).

No período, os debates entre os cientistas e instituições de pesquisa, acerca das explicações das diferenças entre as sociedades humanas, giravam sempre em torno das justificativas ou explicações ligadas aos referenciais biológicos/raciais ou aos traços sociais/culturais. As sociedades antropológicas reuniam darwinistas sociais, que defendiam ferrenhamente a teoria de que a diversidade humana era resultado das diferenças raciais, responsáveis por tornar os povos superiores ou inferiores/intelectual e fisicamente. Em suas argumentações, a capacidade de constituir civilizações seria qualidade restrita a poucas raças, principalmente a branca, enquanto outras, como a negra africana, estariam impossibilitadas de alcançar o progresso e a civilização. A hibridação das raças também era condenada por essa escola, já que suas conseqüências levariam à degeneração dos tipos humanos. Para ela, as raças eram imutáveis e a mestiçagem deveria ser evitada. Era quase unânime a idéia de que as diferenças entre os grupos seriam insuperáveis. Os negros seriam sempre inferiores e os brancos superiores. Entre seus principais teóricos estavam Herbert Spencer, Hippolyte Taine, E. Renan e Arthur de Gobineau (Schwarcz, 2000: 58-66).

Já nas sociedades etnológicas, defendia-se a possibilidade de um aprimoramento evolutivo das raças. O Evolucionismo Social, fruto da fusão dos postulados monogenistas⁶ com as teorias evolucionistas darwinistas, teria aí grande aceitação. Transferindo da biologia para os padrões culturais os elementos explicativos das desigualdades humanas, cientistas como James Frazer, E. Tylor e Lewis Morgan montaram esquemas baseados na classificação comparativa do desenvolvimento cultural apresentado pelos diversos povos. O caminho da humanidade era bem claro: a evolução em direção à civilização e ao progresso (Schwarcz, 2000: 57-58).

Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios - já que toda a humanidade deveria passar por eles -, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado (Schwarcz, 2000: 58).

Essas teorias tiveram efeito norteador nas representações elaboradas sobre os africanos do século XIX em diante. A dominação imperial e a imposição da fé cristã e dos valores europeus estariam justificadas pela inferioridade biológica, mental e espiritual dos povos do continente. Um dos exemplos mais evidentes desse imaginário se encontra vinculado aos estudos sobre algumas sociedades como os pigmeus e os hotentotes ou bosquímanos. Para os cientistas europeus, esses povos seriam a prova viva da inferioridade dos africanos, já que possivelmente representariam o chamado elo perdido, ou seja, a ligação evolutiva entre os macacos e os homens. Os africanos, portanto, estariam mais próximos dos grandes símios, do que dos próprios seres humanos (Henriques, 2004: 299-311).

Com a presença efetiva dos europeus em parte considerável do continente, foram realizadas as primeiras pesquisas ligadas à História Colonial na África, inclusive com a criação de institutos de pesquisa localizados em vários países metropolitanos como a Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica⁷. Esses primeiros trabalhos sobre a História da África, pelo menos da história das ações coloniais, quase sempre foram escritos pelos colonizadores. De acordo com Bill Freund, essa história colonial oficial quase sempre buscava evidenciar as atividades européias no continente, ignorando as contribuições das sociedades africanas, que continuavam a ser percebidas como primitivas ou bárbaras.

O que mais interessava aos europeus na África eram eles mesmos: a história do comércio e da diplomacia, da invasão e da conquista, fortemente infundida com suposições sobre a superioridade racial que sustentou a dominação colonial. (Freund, 1984: 2)

Percebe-se, portanto que, nos últimos dois séculos, ocorreu significativo reforço da carga negativa na maneira como os europeus representavam os africanos. Os domínios territorial e político ganharam dimensões até então não imaginadas, sendo a África subsaariana efetivamente ocupada pelos

homens brancos. As vitórias militares e a imposição dos padrões tecnológicos europeus fizeram com que a crença da superioridade européia ganhasse força.

Ainda embalados pelas teorias de que eram superiores, os europeus tentaram justificar teoricamente a dominação sobre os africanos. Em sua argumentação, apareciam como missionários que deveriam se sacrificar para levar a civilização aos africanos bárbaros. A partir da lógica colonialista, os africanos que possuíam alguma intenção de superar seus "atrasos" deveriam aceitar a presença européia e copiar seus modelos de viver. O modo de vestir, a arquitetura das cidades, a estrutura de educação formalizada, a religião cristã, as línguas européias, a ideologia do trabalho deveriam ser adotadas como modelos de inserção nas sociedades coloniais.

Parece-nos certo que grande parte dos registros elaborados pelos europeus acerca das sociedades africanas e por nós aqui analisados, estava embebida nessas leituras ocidentais sobre a África. Percorrida essa breve trajetória das representações elaboradas pelos europeus, acerca dos africanos, nos voltaremos para o objeto de maior relevância neste artigo: as representações sobre o orixá Exu.

Lorayê Exu, o orixá visto pelos iorubás e pelos antropólogos

Cosmologia ilustrada por marcantes e ricas passagens mitológicas, diversificada ritualística e concepções específicas sobre as relações entre a esfera do metafísico e o universo humano, a tradição dos iorubás reservou papel de destaque para Exu. Por isso, é preciso que, inicialmente, atentemos para a própria visão africana sobre o orixá, para que depois debruçemo-nos sobre outras leituras. Entender como um iorubá se porta, ou se portava, perante Exu é um exercício chave para desvendarmos as interpretações sobre ele.

Para amparar nossos comentários acerca das características de Exu faremos uso de referências extraídas de algumas das mais significativas pesquisas realizadas por antropólogos na África dos iorubás, como as tuteladas por Joan Wescott, John Pemberton, Robert Pelton e Pierre Verger. Tal consulta servirá de referência das formas como o orixá foi percebido na região nas últimas décadas e revelar que, apesar das transformações que possam ter ocorrido acerca do imaginário ou das representações elaboradas sobre o Exu na África ou em outras partes do mundo atlântico, ele preservou, para parte dos iorubás, seus significados e características principais, pelo menos aqueles registrados desde o século XIX.

Sabemos do descompasso temporal entre esses estudos e os relatos elaborados no século XIX e início do XX. Não é nossa intenção fazer um estudo compa-

rativo diacrônico e nem afirmar que não ocorreram mudanças nas formas de pensar e se organizar entre os iorubás. Porém, mesmo reconhecendo que as representações de Exu sofreram pequenas transformações ao longo dos dois últimos séculos, fomos convencidos pelos estudos realizados pelos antropólogos de que suas funções e representações iconográficas permaneceram muito próximas ao que eram há 200 anos. Se compararmos as referências acerca das descrições sobre Exu, presentes na tradição oral iorubá - coletadas e registradas ao longo do século XIX - com os relatos obtidos a partir da consulta aos sacerdotes africanos⁸, nos trabalhos de campo realizados pelos antropólogos, na segunda metade do século XX, perceberemos que as semelhanças são maiores que as dessemelhanças.

Para os sacerdotes e pessoas comuns entre os iorubás a função principal de Exu é de representar a oposição à criação, sendo o infrator das regras e da ordem. Por seu dinamismo, Exu se tornou o elemento constitutivo de tudo. Dessa maneira, todos - pessoas e objetos - têm o seu Exu. Incumbido por Olodumaré⁹ da tarefa de mudar o que está parado, Exu recebeu o Ado, uma cabaça na qual se encontra a força da transformação.

Nesse caso, Exu se opõe diretamente ao orixá criador e mantenedor da ordem, Oxalá. Enquanto o segundo detém, como um de seus signos, duas metades de cabaças pousadas uma sobre a outra, representando o mundo criado e assegurando sua continuidade, o primeiro possui entre seus símbolos os pedaços de uma cabaça dentro de outra, inteira, que evidencia incisivamente sua ação contrária à obra do criador. Exu destrói para recriar¹⁰. É o princípio da desordem, inseparável da estrutura da ordem; um depende do outro.

William Wescott, antropólogo que esteve na Nigéria na década de 1960, destacou em alguns de seus escritos essa característica.

O símbolo da cabaça quebrada é uma expressão direta do aspecto catábólico da energia de Exu. Usando de sua atividade destruidora, os Yoruba reconhecem a necessidade de sua função dizendo que 'a cabaça está quebrada porque o trabalho de Exu é quebrá-la'. Isto é também interessante para notar, aqui, que um dos maiores símbolos do culto do Orixá Funfun e de seus membros, lembra a violenta oposição dele e Exu, já que a cabaça é um símbolo da criação. (Wescott, 1962: 346)

Uma outra característica de Exu, que se alia à idéia da modificação e da recriação da ordem, é seu aspecto fálico: pode tanto estar associado ao seu papel na reprodução humana - ponto de vista que encontra discordâncias entre os pes-

quisadores - como à sua relação com a atividade criadora, transformadora da ordem e contestadora de costumes. Para isso, Exu precisaria de uma simbologia desconcertante, o que a cabeleira fálica de sua iconografia e os contos sobre o aspecto sexual acentuado de Exu auxiliariam a fazer. Pelo menos é o que pensava Pierre Verger, etnólogo francês que viveu no Golfo da Guiné, entre os anos 1950 e 1960.

Exu-Legba enfeita-se com um falo de tamanho respeitável, objeto de observações de inúmeros viajantes antigos, que, erroneamente, o fizeram tomar pelo deus da fecundidade e da copulação. Na verdade, esse pênis ereto é a afirmação de seu caráter truculento, violento, desavergonhado e o desejo de chocar os bons costumes. (Verger, 1999: 127)

Robert Pelton, que realizou estudos entre os iorubás, nas décadas de 1970 e 1980, possuía uma leitura muito parecida.

Os Yoruba dizem: 'Interromper a oferenda é perigoso, mas não é mais maligno do que a morte'. O poder de Exu para mover-se no cruzamento entre a fronteira da vida e da morte e a troca da morte da vítima pelo aumento de suas oferendas são imagens de sua vitalidade sexual. (Pelton, 1980: 146)

Esse aspecto pode também estar relacionado à idéia de que ele é o senhor dos cruzamentos e dos caminhos, o que abre, penetra e liga os mundos que formam o universo religioso iorubá. É considerado por isso o mensageiro entre os orixás e entre os orixás e os homens.

Ele é o mediador entre os homens e os deuses, e as suas duas faces fazem com que os homens ofendam os deuses com uma das mãos e peçam auxílio deles com a outra. (Wescott, 1962: 337)

O papel de interligar as esferas do humano e do sagrado levou, juntamente com o poder de adivinhação a que Exu está relacionado, a uma obrigação imprescindível por parte dos iorubás: as oferendas, que servem não somente para agradá-lo - fazendo com que ele se comunique com os orixás -, mas também permitir que as mudanças ocorram. Nesse caso, os autores, de uma forma geral, assinalam que o caráter ambíguo de Exu, nem bom nem mau, seria apenas uma resposta à própria ação humana. Outra explicação para a necessidade das oferendas, encontrada pelos pesquisadores, é o fato de que sempre quando os humanos pedem uma interferência em

assuntos inumanos, é Exu que assume o papel de transportador dos pedidos para os orixás e das respostas destes para os homens. Por isso a obrigatoriedade, não somente de fazer oferendas para Exu, mas de elas ocorrerem antes de todas as outras. Se elas não forem realizadas nada irá acontecer e os orixás não irão escutar o chamado dos homens. Por isso Exu "é o fiel mensageiro daqueles que o enviam e que lhe fazem oferendas" (Verger, 1999: 120). John Pemberton enfatizou tal característica, ao observar os festivais de Exu no início da década de 70 (Pemberton, 1975: 67).

Wescott via também nessa oferenda inicial uma espécie de agradecimento a Exu, demonstrando que a relação dos fiéis iorubás com o orixá não era de medo ou temor. Para ele "todo homem agradece a Exu, e a primeira parte de todo sacrifício para os orixás é oferecida para ele" (Wescott, 1962: 342).

Por ser Exu o que carrega os pedidos ou pensamentos dos homens aos orixás, ele assumiu uma posição de relevância e veneração que poucos orixás conquistaram. Sua presença é tão necessária que os iorubás, marcados por cultos regionalizados, estenderam o culto a Exu a praticamente todas as áreas da região ocupada por eles. Em tal sentido, Robert Pelton destaca o aspecto quase universal do culto a esse orixá na iorubalândia¹¹.

O tradicional número de deuses yoruba (orixás) é de 401, porém Exu, juntamente com Ifá, são as divindades universalmente reconhecidas e para as quais todos os fiéis yoruba podem recorrer, independentemente de sua filiação a outro culto. (Pelton, 1980: 128)

Ele é considerado também o guardião dos templos, dos mercados, das casas, das pessoas e das cidades. Está ligado ao comércio e às atividades econômicas. Uma das características iconográficas de suas estátuas, a presença de cauris ou búzios, serviria como elemento de ligação de Exu com o comércio, já que uma das moedas de maior valor de troca na África Ocidental eram justamente os búzios.

Vimos como a participação de Exu nas atividades mercantis é marcante, o colar de cowries [búzios] e moedas que as figuras de Exu constantemente apresentam denunciam seu envolvimento com as atividades econômicas. (Wescott, 1962: 345)

Em grande medida, essas características de Exu o tornaram, para os ocidentais, um orixá contraditório e de difícil definição. Por isso, suas interpretações seguiram os mais diversos caminhos explicativos, dando maior ou menor ênfase a alguns aspectos,

aumentando ou ignorando outros. Missionários, viajantes ou administradores procuraram imprimir em suas leituras as marcas de seus tempos e das formas de pensamento de que bebiam. Procuremos observar como a partir desses trabalhos podemos destacar os nortes teóricos que conduziram as análises e relatos acerca de Exu.

As faces de Exu perante os viajantes e os missionários. O diabo africano?

Figurando como um dos elementos centrais na cosmologia iorubá, Exu, reúne uma série de características peculiares a personagens religiosas que transcendem a esfera africana. Seu aspecto malicioso e travesso, sua posição de regulador do cosmos, que faz tudo se movimentar, pois impõe a desordem onde existia a ordem. A criatividade, a fecundidade, a associação com o mal – elemento diacrítico da visão de mundo ocidental e não-africana – e sua iconografia incomodaram e despertaram as atenções de dezenas de viajantes e missionários que transitaram pela iorubalândia.

Encontramos, na primeira metade do século XIX, alguns dos primeiros relatos, deixados por ocidentais, sobre características de Exu. Dois irmãos expedicionários, Richard e John Lander, que exploravam o rio Níger, nos primeiros decênios do Dezenove, tiveram encontro com um sacerdote de Exu, deixando suas impressões anotadas em seus relatos de viagem. Publicadas no livro *Expédition au cours et embouchures du Níger*, em Paris, no ano de 1832 e, posteriormente, transcritas em diversos trabalhos sobre a cosmologia dos orixás, elas são ilustrativas de uma visão impregnada de concepções ocidentais, das quais não compartilhavam nem se preocupavam em compreender os elementos simbólicos e imaginários dos iorubás. Estavam sobrecarregadas de preconceitos. O citado encontro se deu na região de Larro, na atual Nigéria, numa tarde do ano de 1831 e dele restaram alguns relatos.

Dançando, o sacerdote fetiche da cidade veio à tarde em nossa cabana com ar desvairado e rugindo como se estivesse possuído por um espírito maligno. Não nos preocupamos nem um pouco com suas momices de saltimbanco e ele, pouco contente com nossa recepção, deixou-nos, após haver recebido a esmola ordinária de alguns búzios. Os trajes, a aparência do homem, assim como os enfeites esquisitos que ele usa, são admiravelmente bem calculados para impor-se à credulidade e à superstição dos moradores, se bem que vários homens da cidade, quem sabe sob influência das doutrinas de Maomé, que se propagam, expõem seus pensamentos para quem quiser ouvir e chamam-no de miserável e demônio. (Lander, 1832: 144, Apud Verger, 1999: 126-127)

A maneira pejorativa como descrevem o sacerdote e como relatam a possível possessão de que esse sofria, aparentemente dominado por um "espírito maligno", evidencia a impregnação dos olhares dos viajantes europeus pelos pressupostos do cristianismo. Se levarmos em consideração que, na Teologia cristã, compete a Satã ou ao Diabo a organização e o comando dos espíritos malignos, podemos concluir que os irmãos já relacionavam Exu a essa personagem das escrituras bíblicas - como observamos na citação. Essa associação seria uma constante nas leituras realizadas posteriormente, tanto no Dezenove como no Vinte, por missionários e religiosos que se depararam com o orixá.

É quase certo também que os irmãos viajantes estivessem influenciados pelo descrédito com o qual eram percebidas pelos europeus as religiões politeístas dos povos ditos "primitivos"¹². Dessa forma eles menosprezaram os possíveis significados das manifestações ritualísticas do sacerdote. Ao leitor, mesmo que desatento, não escapa a iniciativa de se emprestar, de forma despropositada, um valor mercantil às práticas religiosas iorubás.

A descrição dos vestuários sagrados, integrantes da ritualística iorubá, revela a capacidade de observação dos expedicionários europeus. Porém, a descon sideração do valor funcional ou simbólico de tais elementos e a afirmação de que esses signos somente se estabeleciam no meio de crédulos e supersticiosos não deixam dúvidas das trilhas confusas e imprecisas percorridas pelas anotações e pelo pensamento dos exploradores. Por serem povos "primitivos", aos olhares europeus, tudo se explicaria. Eles teriam mente frágil e infantil e por isso poderiam ser facilmente enganados por aquelas manifestações.

Percebe-se também que, segundo o relato dos irmãos Lander, o cristianismo não era a única religião monoteísta a interpretar de forma negativa as práticas religiosas dos orixás. Unia-se a ele, nesse mister o islamismo, de mais longa história naquela região. Em alguns estudos realizados sobre Exu na África Ocidental, de fato transparece a idéia de que também os muçulmanos relacionavam o orixás com o princípio da maldade e da ação demoníaca (ver Dopamu, 1990: 34)

No trecho citado, apresentam-se também a possível influência do pensamento racista ou evolucionista que estavam sendo construídos na Europa desde o começo do Dezenove, nos quais os povos e suas culturas eram classificados em escalas ou níveis diversos¹³. A partir de então, e principalmente nos anos que se seguem à década de 1860, as religiões politeístas, que envolviam ritos de sacrifício ou de possessão e que cultuavam forças da natureza - também chamadas de animistas - eram relacionadas às raças humanas inferiores, o que serviria como apoio nas censuras levantadas sobre elas. A partir dessa ótica racista, somente os ingê-

nuos fiéis politeístas poderiam ser convencidos das manifestações de possessão realizadas pela figura do sacerdote de Exu.

Em certo momento do encontro, a atenção dos europeus voltou-se para um objeto carregado pelo sacerdote. A sua descrição seria reveladora da simbologia religiosa elaborada em torno de Exu, e dos caminhos percorridos por ela daqueles tempos em diante.

Existe algo, no aspecto desse sacerdote, que não conseguimos definir: ele carrega nos ombros um enorme bastão e, numa das extremidades dessa arma, está esculpida a cabeça de um homem, inúmeras fileiras de búzios estão dependuradas em torno dela e esses rosários são entremeados por sinetas, pentes quebrados, pedacinhos de madeira grosseiramente entalhados, com forma de figura humana, grandes conchas, pedacinhos de ferro e cobre, etc. O número de búzios que ele carrega chega talvez a vinte mil e ele se dobra até o chão, sob o peso desses diversos enfeites. (Lander, 1832: 144, Apud Verger, 1999: 126-127)

As dificuldades em definir o que seriam tão "estranhos" signos se devem também, como afirmamos, ao desconhecimento sobre o universo mitológico-simbólico dos iorubás. Os estudos realizados no decorrer do século XX seriam ilustrativos dos avanços nos conhecimentos dos europeus acerca desse mesmo corpo de mitos, símbolos e aspectos funcionais das divindades africanas. Diferenças à parte, mais de cem anos depois, as figuras de alguns sacerdotes de Exu, encontrados na região da iorubalândia por pesquisadores, revelariam uma semelhança surpreendente com a descrição anterior.

É o caso das conclusões dos estudos efetuados por John Pemberton que, ao manter contato com um sacerdote de Exu descreveu que “a vestimenta com as estátuas de Exu, sempre fica completamente à sua esquerda. As figuras são alternadamente femininas e masculinas. A figura masculina segura um porrete e uma vassourinha e a feminina segura seus seios” (Pemberton, 1975: 20).

Já o etnólogo francês Pierre Veger encontraria um quadro também parecido. Ele narra que ao conhecer "em Quidah uma mulher Elesu (consagrada a Exu), título e obrigação que recebeu por herança (...) ela [carregava] três estatuetas de Exu enfeitadas com pequenos colares de contas, fileiras de búzios, pequenas cabaças e um apito, cascas de caracol, uma boneca e uma colher" (Verger, 1999: 127).

As interferências da fé cristã, das mentalidades e idéias circulantes no mundo europeu do final do Dezenove seriam também constatadas nos escritos realiza-

dos por missionários sobre a cosmologia dos orixás; apenas com um grau de sofisticação e impregnação muito maior do que o apresentado pelos irmãos viajantes. Outros pesquisadores, já no século XX, iriam alertar para as confusões e precipitações nos trabalhos desses religiosos. Uma das principais era a associação de Exu com o Diabo da tradição judaico-cristã. Pelo menos, foi essa a conclusão de John Pemberton e Pierre Verger (Pemberton, 1975: 26 e Verger, 1999: 119).

Ainda no século XIX (1884), o reverendo Noel Baudin, sem ter tido contato mais intenso com os elementos religiosos típicos dos iorubás¹⁴, escreveu o livro chamado *Fétichisme et féticheurs*. Esse texto é revelador dos preconceitos e estereótipos elaborados por missionários europeus acerca de Exu-Elegba¹⁵ naquele período. Em várias passagens de sua obra, encontramos as influências das representações cristianizadas elaboradas sobre o Exu.

Por exemplo, ao descrever os comportamentos ritualísticos e as vestimentas de alguns sacerdotes das chamadas religiões locais, o padre europeu revela os olhares estereotipados e discriminatórios lançados sobre os africanos afirmando que:

(...) Os feiticeiros são seres desprezíveis, mentirosos, preguiçosos, hipócritas, impudicos e refinados ladrões. Geralmente têm um aspecto sujo, vestimentas ridículas e esfarrapadas, e os que molham as mãos em sangue humano têm um ar bestial, feroz e repugnante. (Baudin, 1884: 86)

Já ao comentar um dos principais aspectos relativos ao orixá - a necessidade ritualística de os iorubás ofertarem os primeiros sacrifícios sempre a Exu - o reverendo justifica tal princípio pelo medo gerado pelo caráter perverso e ameaçador do orixá, em uma óbvia aproximação com a figura do Diabo da tradição judaico-cristã. O mito utilizado pelo reverendo para explicar a obrigatoriedade dessas oferendas é pautado na idéia de um orixá perverso.

No início do mundo existiam poucas pessoas vivendo na terra, por isso os deuses recebiam poucos sacrifícios e passavam fome. Para saciar-se, tinham de realizar muitos trabalhos. Ifá foi queixar-se com Exu sobre tão difíceis tempos. O mais astuto e perverso dos deuses disse-lhe que poderia indicar um jeito dos orixás receberem muitas oferendas. Em troca, ele - Ifá - deveria lhe ensinar a arte da adivinhação. No entanto, só revelaria esse caminho se fosse garantido que as primeiras oferendas sempre seriam para ele (Baudin, 1884: 34).

Se as oferendas não fossem oferecidas a ele antes de todos, a ordem seria afetada pelos seus poderes e o mundo entraria em caos. O diferencial entre os pontos de vista cristão e africano é justamente a motivação de Exu para causar calamidades ou mudanças abruptas. Para os iorubás, essa é a sua função; já para o reverendo católico, essa era a sua face diabólica, demoníaca (Baudin, 1884: 30-43). Essa mesma expressão é atribuída a Exu no mito relatado pelo padre, no qual dois lavradores se matam, após uma discussão causada por Exu¹⁶.

Durante o século XX¹⁷, parece que os escritos tutelados pelo viés cristão não divergiam muito do que foi relatado pelo reverendo Baudin; pelo menos, é o que transparece do trabalho do professor da Universidade de Ilorin, na Nigéria, Ade Dopamu, intitulado Exu: o inimigo invisível dos homens¹⁸. O formidável é que são estudos e opiniões de um europeu e de um africano, criados em atmosferas diversas, absorvendo influências e concepções de mundo também diferentes, mas que, no fim, comungam - pelo menos parcialmente - de um mesmo quadro reflexivo: os ensinamentos cristãos¹⁹. E o que mais surpreende é que a leitura realizada pelo padre africano é mais acentuadamente crítica e preconceituosa que a do europeu. Mais do que isso, no caso de Dopamu, seus relatos nos fazem lembrar as interpretações realizadas no além-mar, em terras brasileiras e cubanas, pelos sacerdotes católicos que mantiveram contato com os orixás africanos.

De uma forma geral, Exu aparece, nesse trabalho, associado somente a alguns de seus aspectos, como o de ser o desregulador do cosmos, o agente de desequilíbrio do mundo, possuidor de uma personalidade atrevida, libidinosa, contraventora e perversa. Esses, na verdade, são os elementos funcionais que causaram maior confusão na visão dos sacerdotes cristãos que se depararam com Exu. Parece também que o sacerdote católico se esforçou para transplantar para o universo iorubá o cosmos religioso do catolicismo. Esqueceu, no entanto, que a estrutura do pensamento religioso na África caminha por trilhas complexas e diversas das ocidentais. No caso, para Dopamu, Exu é a personificação da maldade, um elemento de desequilíbrio em um mundo maniqueísta, que sofre constantemente pela luta entre o bem e o mal, o sagrado e o profano (Dopamu, 1990: 33-101). Sabemos que, na África, as concepções cosmológicas são essenciais para o desenvolvimento da vida, estando naturalmente relacionadas com a materialidade cotidiana, sendo certo também que elas não recebem o enfoque tão comum concedido à religião no ocidente.

Nos trabalhos dos sacerdotes, de forma geral, houve uma transposição das mentalidades e concepções religiosas ocidentais para o entendimento das cosmologias africanas. Como no imaginário cristão todas as formas de mal e de

influências negativas na vida das pessoas e na ordem do mundo são associadas ao Diabo, suas análises sobre a cosmologia dos orixás passaram a estabelecer a mesma relação.

Percebe-se, portanto, que a relação entre Exu e o Diabo foi uma criação de sacerdotes cristãos ou muçulmanos, seguida e defendida por seus fiéis. Ainda que vários autores já tenham alertado para as representações elaboradas pelos missionários, devido as suas distorções, é difícil evitar que essa associação saia das mentes ou dos escritos de religiosos para a visão de outras pessoas. Semelhante ao fenômeno verificado no Novo Mundo, os iorubás convertidos ao cristianismo ou ao islamismo também se confundiram ao interpretar o orixá. Tal fato pôde ser observado entre alguns seguidores da própria tradição dos orixás. Pelo menos, foi isso que observou, o antropólogo John Pemberton ao realizar seu trabalho de campo na Nigéria.

Atualmente, sempre que um adorador de Exu que fala um pouco de inglês, ou os Yoruba cristãos ou muçulmanos, se referem a Exu, o chamam de 'o demônio'. Essa é uma corrupção indefensível da tradição (Pemberton, 1975: 26).

No caso, a comparação direta de cosmovisões tão diversificadas, assim como a associação de divindades, deve ser evitada, já que, acima de tudo, são tarefas responsáveis por uma série de distorções e desvios na compreensão das faces das chamadas cosmologias africanas. Assim como o Diabo possui características imaginárias e teológicas próprias a ele, o mesmo acontece com Exu.

No entanto, podemos afirmar que, se essas interpretações atingiram a cultura local, modificando ou induzindo-a a algumas transformações, as concepções e valores africanos continuam vivos em vários sentidos, inclusive na relação que grande parte dos iorubás guarda com Exu.

As faces de Exu, segundo os administradores coloniais

Se esses primeiros estudos se encontravam embebidos da visão missionária ou cristianizadora, ainda na passagem do século XIX para o XX, as interpretações e leituras sobre Exu começaram a passar por uma transição. Porém, as influências das teorias científicas do Dezenove, as perspectivas colonizadoras e as permanências de algumas influências das interpretações missionárias se fariam muito presentes em alguns relatos de administradores, que estiveram na África entre 1890

e 1910, tanto no estranhamento, como nas descrições das características ou práticas cosmológicas dos iorubás.

Porém, é certo que, em alguns trabalhos realizados após a década de 1920, as explicações acerca da cosmologia dos orixás, além de serem acessadas pelo uso da tradição oral - muitas vezes também utilizadas pelos missionários -, começaram a ser cotejadas com descrições dos locais visitados e dos relatos coletados diretamente pelos administradores, demonstrando clara mudança dos referenciais investigativos. Tal fato, provavelmente, tem as suas origens relacionadas às influências e impregnações causadas pelos primeiros estudos etnográficos que ganhavam força no campo das ciências sociais dentro e fora da Europa; ou ainda era resultado também da visão mais pragmática de alguns administradores.

O mais importante é que a tendência dos estudos, realizados principalmente no século XX, foi a de se afastar dos olhares religiosos, aproximando-se cada vez mais de uma tentativa de descrever e entender a África de dentro de uma ótica científica eurocêntrica. As imprecisões ocorriam agora pelas limitações em explicar e decifrar as características dos povos encontrados na África e as influências do pensamento evolucionista.

No primeiro grupo de relatos - aqueles ainda influenciados pelos olhares europeus do final do século XIX - encontramos descrições de administradores notadamente influenciados pelas leituras de missionários. Esse é o caso do tenente-coronel britânico Alfred Burton Ellis que, após os anos de sua permanência na região, publicou, no último decênio do século XIX, o livro intitulado *The yoruba-speaking people of the slave coast of Africa*, lançado em 1894. É quase certo que Ellis tenha se utilizado dos registros do padre Baudin para fazer suas descrições sobre Exu, chamado por ele de Elegbara.

No trabalho do tenente-coronel destacam-se, entre outros, os comentários sobre dois aspectos chave de Exu. O primeiro diz respeito à primazia das oferendas dadas a ele, já que Ellis lembra que "Exu ensinou a arte adivinhatória sob a promessa de que a ele seria entregue a primeira porção de todas as oferendas" (Ellis, 1964: 58). O segundo refere-se ao seu aspecto fálico, ligado à idéia de reprodução ou de erotização.

Elegba, ou Elegbara, freqüentemente chamado de Exu, é a principal divindade fálica que foi descrita no volume sobre o povo de língua Ewe (...) A imagem de Elegba, que sempre é representada descoberta e sentada sobre suas mãos ou joelhos, e com um enorme e desproporcional falo, é encontrada em frente da entrada das casas, protegido por uma pequena

cabana feita de folhas de palmeiras. (...) São atribuídos sonhos eróticos a Elegba que como uma fêmea ou como um macho, se consorcia sexualmente com os homens e mulheres durante seus sonhos, e assim cumpre sua função (Ellis, 1964: 64-67).

As interferências do imaginário ocidental - ainda marcadas pelas idéias do evolucionismo e das referências morais cristãs - são facilmente encontradas em meio aos seus escritos. Um claro exemplo dessas influências pode ser percebido na associação de Exu com a idéia da maldade, mesmo que não vinculado diretamente à figura do Diabo, quando ele afirma que o orixá "é o pesadelo divino" e "é um deus malvado que permite aos homens acalmar os ódios deles em segredo" (Ellis, 1964: 74).

Essa mesma característica aparece em outros trechos, nos quais o administrador descreve o aspecto vingativo e a necessidade de se realizar sacrifícios para Exu, ainda que humanos.

A pessoa que quer vingar-se faz um sacrifício a Exu que, durante a noite, vai à casa daquele a quem deve matar (...) As casas e jardins podem ser colocados sob a proteção de Exu. Cava-se um buraco na terra e um frango, um carneiro ou, em casos excepcionais, uma vítima humana é executada. O sangue escorre para dentro do buraco e nele é enterrado. Um montículo de terra vermelha, com formato cônico, é erigido e coloca-se em cima dele um prato de terra para receber as eventuais oferendas (Ellis, 1964: 74).

Do segundo grupo de estudos realizados pelos administradores, encontramos o trabalho do francês Bernard Maupoil, que ficou na região do Daomé (atual Benin) entre os anos de 1934 e 1936 e fez um extenso trabalho - *La géomanie à l'ancienne cote des esclaves*, de 1943 - sobre as religiões da Costa da Guiné. Em seus relatos, encontramos uma preocupação maior com a descrição etnográfica e uma influência menor das leituras missionárias. Não que essas estejam completamente ausentes em suas obras, mas o enfoque dado foi justamente no registro, quase sempre detalhado, de eventos presenciados e de mitos coletados²⁰.

Para descrever os elementos de tão diversas e complexas elaborações religiosas, o administrador francês recorreu não só a alguns estudos anteriores como usou de seu conhecimento e contato com os africanos. Em sintonia com os trabalhos posteriormente feitos pelos antropólogos, e que pode ser considerado um

sinal distintivo da menor parcialidade de seus escritos, Maupoil já criticava a relação estabelecida pelos missionários entre Légba e o Diabo.

Depois de algum tempo, Légba foi assimilado pelos missionários ao Demônio ou Diabo. Não há nada mais arbitrário do que essa confusão, ocorrida provavelmente devido ao fato de que certas efígies de Légba possuem chifres e também por sua reputação de malignidade da qual desfruta essa divindade; mas para Til Eulenspiegel ele não é por excelência um ser maligno. Todo o negro que fala algumas palavras em francês se vê obrigado a traduzir Légba por: o Diabo, ou por: o impostor (Maupoil, 1981: 76).

A consulta aos iorubás foi de fato um instrumento importante de coleta de informações sobre Légba, como transparece na citação realizada sobre a sua face desavergonhada, astuciosa e interesseira e sobre as obrigações e oferendas rituais devidas a ele.

Um velho adivinho, original do Abomey, declarou: Légba é mais forte que todos os vodus, e é especialmente o mais astuto. Ele bisbilhoteia por todos lugares, está informado de tudo. É prudente que se faça para ele os sacrifícios de que mais gosta (Maupoil, 1981: 77).

Em outro aspecto inovador de seu livro, Maupoil procura encontrar os traços de semelhança nas leituras sobre Légba na África e na América, para onde o vodum foi levado pelos milhares de daomeanos e iorubás traficados para a região das Antilhas como escravos. Ele iria encontrar no Haiti um tratamento muito parecido ao recebido na África (Maupoil, 1981: 79).

Da mesma forma, ele devassou as visões africanas sobre o vodum ou divindades similares, na busca de elementos que facilitassem o entendimento e as explicações sobre suas funções. É claro que ele encontrou, na região habitada pelos iorubás, um campo extremamente fértil para isso, já que lá esse vodum é associado a Exu. Ele também se esforçou em construir argumentos de sustentação para algumas referências não tão comuns encontradas sobre Légba, como a idéia de que ele, apesar de estar associado à maldade também executava ações bondosas, tendo portanto uma personalidade ambígua.

Esta bondade, unida a uma certa malandragem, tem sido sinalizada entre os Yoruba. Isso não exclui a violência que se manifesta quando

Légba exige os sacrifícios que não recebeu e esperava receber (Maupoil, 1981: 79).

Na verdade, Maupoil não percebeu e seria bastante enfatizado pelos trabalhos dos antropólogos no decorrer do século XX, que a ambigüidade de Exu-Légba, muito além de ser uma possível incoerência de definição da divindade, constituía-se em uma de suas faces mais marcantes. Tanto ele poderia ser bom, como assinala Maupoil no trecho citado acima, como poderia, dependendo do contexto, ser cruel, ligando-se a tudo o que é perigoso.

Assim como Ellis, Maupoil encontraria associação direta entre o aspecto fálico e sexual de Légba. Nesse caso, para ele, esses elementos seriam signos da capacidade de reconstruir ou de reproduzir a ordem concedida a essa divindade. Tal concepção reforçaria nosso argumento de que existiu profunda separação entre os trabalhos dos administradores com relação aos dos missionários, mesmo que elaborados no mesmo período.

Porém, nós ouvimos de um informante muito qualificado o seguinte: Légba é o vodú de todas as comidas, de todas as colheitas, porque é ele que governa todas as caretas do mundo; e tudo o que existe na natureza é forçado a fazer certas caretas antes de reproduzir. Se a pessoa não diz alegremente que é Légba que faz tudo nascer e tudo crescer nesta vida e evita mencionar esse assunto, ela está incorreta. Légba não se assemelha às outras divindades! Seu papel evolui rapidamente, e nenhuma pesquisa se dedicou até agora a estudá-lo (Maupoil, 1981: 81).

Os trabalhos dos administradores possuem um perfil fortemente descritivo. Porém, essas descrições quase sempre foram elaboradas sob as óticas européias, ainda marcadas pelo etnocentrismo. De forma geral, os africanos ainda eram vistos como povos inferiores; portanto, produtores de padrões culturais primitivos e selvagens.

Últimas palavras

Concluída a incursão em torno desse grupo de representações sobre Exu, esperamos ter evidenciado nas vozes e leituras levantadas acerca de suas características, funções e simbolismos um elo com os caminhos e descaminhos seguidos pelos relatos e estudos europeus sobre a África e com os imaginários circu-

lantes no Ocidente, acerca do continente africano, descritos na primeira parte do texto.

Podemos, assim, visualizar que as falas dos viajantes, missionários e administradores citados como o conjunto de idéias e valores que circularam pelo Oceano Atlântico no citado recorte cronológico, influenciaram as leituras realizadas sobre Exu. Além das óbvias interpretações cristãs-européias sobre o orixá - destacando seu caráter demoníaco -, podemos perceber na ação dos administradores, as perspectivas etnográficas que buscavam descrever as características culturais dos grupos africanos, a partir da perspectiva de que elas eram inferiores às dos europeus, sendo tachadas de primitivas ou selvagens.

Mais uma vez o mundo atlântico deixava suas marcas na África; e a África marcava significativamente o mundo atlântico. Não só ali, mas também na América, encontraríamos apontamentos similares sobre a função de Exu. Porém, como alertamos anteriormente, compreender as viagens realizadas por Exu nas águas do oceano é tarefa de um outro trabalho.

Notas

¹ O conceito de cosmologia serve aqui de marco fronteiro e distintivo entre as noções e categorias do pensamento religioso ocidental e aquilo que foi chamado de “religião tradicional” na África. Na realidade, as diversas estruturas explicativas que compõem o fenômeno dito religioso na África nos permitem utilizar essa terminologia como se ela representasse um conjunto de elementos que constroem as cosmovisões de suas sociedades. Dessa forma, os fatores que explicam e organizam as vidas material e metafísica dos africanos se encontram marcados por um profundo elo de entendimento e sincronia. Enfim, cosmologia pode ser percebida como uma estrutura de pensamento que possibilita a explicação e o domínio dos diversos acontecimentos cotidianos e metafísicos, com densidade e intensidade muito mais marcantes nas formas de pensar e agir dos africanos do que aquelas localizadas nos espaços reservados para a ação religiosa ocidental – cristã, principalmente. A forma de conduzir e perceber as relações diárias na família, no comércio, no trabalho, nos espaços públicos ou de explicar os eventos cotidianos, como o nascimento, a morte, os acidentes e os fenômenos da natureza se encontram aí articulados.

² Com relação à grafia do termo, optamos por seguir a utilizada por grande parte dos estudos realizados por pesquisadores entre os iorubás. Outras formas, porém, são encontradas, como, por exemplo, Exu ou Èsù, forma essa utilizada por Pierre Verger e que vem do próprio “idioma” iorubá.

³ Alertamos que esses autores representam recortes ou visões parciais sobre o citado contexto. Nossa intenção não é de construir um quadro geral explicativo, que faça referência a todos os tipos de leituras e interpretações sobre a cosmologia dos orixás. Por isso outras interpretações ou descrições existem, seguindo caminhos diversos dos apresentados aqui.

⁴ A proposta de nosso trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar as características de Exu não apenas na África, mas também nas Américas.

⁵ Não podemos ignorar os impactos causados pela escravidão e pelo tráfico na construção do imaginário depreciativo sobre os africanos. A condição de cativos somente potencializaria os preconceitos e representações negativas sobre os africanos. Os africanos e a África continuaram a ser retratados como inferiores, apesar de ganharem uma posição-chave nas relações econômicas estabelecidas pelos europeus com o mundo atlântico. A transformação dos africanos em simples mercadoria - na África ou no tráfico transatlântico -, completava um processo de desumanização iniciado séculos antes. Homens e mulheres tinham suas vontades e vidas cercadas pela ação mercantil de outros africanos, europeus e americanos. São várias as imagens que, além de evidenciar o tratamento desumano nas caravanas de captura ou nos navios negreiros, reforçam a noção de que se tratavam de seres objetos sendo transportados ou estocados.

⁶ Teoria que defendia a tese de que a humanidade teria tido um único foco de origem.

⁷ DIFUILA, Manuel Maria. “Historiografia da História de África”, pp. 54-5.

⁸ Devido ao caráter oral da tradição iorubá, os relatos acerca da organização ou do pensamento religioso daquele povo só passaram a ser decodificados, de forma escrita, com o contato mais intenso com os europeus. Por isso, se quisermos compulsar as descrições ou concepções cosmológicas dos iorubás devemos recorrer à tradição oral ou aos estudos que transformaram em palavra escrita o registro oral. Nesse sentido, percebeu-se, na segunda metade do XIX, ou ainda, na primeira parte do século XX, um esforço de missionários e de etnógrafos em registrar a cosmologia dos orixás.

⁹ Deus supremo e criador dos orixás. Não é venerado entre os iorubás.

¹⁰ Vários mitos iorubás destacam a oposição entre Exu e Oxalá. Ver ABIMBOLA, Wande. *Sixteen great poems of Ifa*.

¹¹ Área que corresponde a uma parte da atual Nigéria - África Ocidental - que se estende de Lagos para o norte, até o rio Níger (Oyá) e, do Benin para leste, até a cidade de Benin. Não possui fronteiras físicas e políticas determinadas e nem uma organização centralizada. Compreende a existência de vários reinos, como os de Egbá, Ketu, Ibeju, Ijexá e Owó que têm seus próprios governantes. Ao mesmo tempo, esses reinos, por questões de legitimação espiritual, ligação com a mitologia ou heranças de certos períodos históricos nos quais alguns reinos estendiam suas influências sobre outros, mantêm vínculos mais próximos ou distantes, mas sempre existentes, com duas cidades nos aspectos político e religioso mais importantes da região: Oyo e Ifé.

¹² Pensamento comum na Europa influenciada pelos espectros do cristianismo e, naquele período, pelo nascimento e desenvolvimento das teorias raciais.

¹³ Compete reforçar a explicação de que as idéias de evolução humana (racial) e de escala entre as “raças” é um pensamento encontrado a partir da segunda metade do século XIX. No momento em que se encontram os irmãos Lander, o debate na Europa ocorria entre os poligenistas e monogenistas. Mesmo assim, dentro dessas visões, já se encontrava claramente a posição que entre os povos, devido aos seus desenvolvimentos e às suas origens; existiriam diferenças civilizatórias e culturais significativas, o que permitira a classificação da humanidade por grupos mais ou menos desenvolvidos. O pensamento religioso era um dos critérios eleitos para isso.

¹⁴ Somente em 1886 o padre visita cidades como Oyo, Ifé e Abeokuta, centrais para a vida religiosa iorubá.

¹⁵ Exu é freqüentemente chamado dessa forma pelos estudiosos e pelos próprios iorubás. Essa

referência é uma associação com Légba, vodum cultuado no Benin e no Togo, que guarda grande similitude funcional e iconográfica com Exu.

¹⁶ Ver VERGER, Pierre. *Lendas africanas dos Orixás*, p. 11-13.

¹⁷ Não ignoramos que a diferença temporal de cem anos informa mudanças nas formas de ver o mundo apresentada pelos grupos ou instituições. Da mesma forma que os autores selecionados para esse estudo, não são suficientes para criarmos generalizações ou afirmações absolutas. O que apresentamos aqui são amostras ou recortes de cada uma das análises efetuadas. Com relação ao grupo de religiosos, no entanto, compete frisar que o tempo que separa os dois trabalhos parece não ter causado transformações significativas nas leituras efetuadas.

¹⁸ DOPAMU, Ade. *Exu: o inimigo invisível do homem*. São Paulo: Oduduwa, 1990.

¹⁹ Mesmo levando-se em consideração as diversas mudanças apresentadas pela religião católica nesse espaço de tempo.

²⁰ No caso, o objeto de análise de Maupoil foi Légba e não Exu. Mesmo assim, devido às associações anteriormente citadas, elegemos seu trabalho para realizar nossas leituras.

Referências

ADEDIRAM, Biodun. “Yoruba ethnic groups or a yoruba ethnic group? A review of the problem of ethnic identification”. In *África*, Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, 7, 1984.

AGUESSY, Honorat. “Legbá e a dinâmica do panteão vodum no Daomé”, In *Afro-Ásia*, nº 11, pp.25-33, 1977.

BARNES, Sandra T. *Africa's ogun: old world and new*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

BASCOM, William. *The yoruba of southwestern Nigeria*. Illinois: Waveland Press, 1984.

BAUDIN, R. P. Noël. *Fétichisme et féticheurs*. Lyon, Séminaire des Missions Africaines et Bureaux des Mission Catholiques, 1884.

BEIER, Ulli. *Yoruba myths*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

_____. *African mud sculpture*. Cambridge: Cambridge University, 1963.

BLIER, Suzanne Preston. *African vodun*. Chicago: The University of Chicago, 1995.

CHESI, Gert. *Voodoo: africa's secret power*. Áustria: Perlinger, 1980.

CHEVALIER, Jean & Cheerbrant, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CHISTOPH, Henning & OBERLAND, Hans. *Voodoo: secret power in Africa*. Germany: Taschen, 1996.

DOPAMU, Ade. *Exu: o inimigo invisível do homem*. São Paulo: Oduduwa, 1990.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- ELLIS, A.E. *The yoruba-speaking people of the slave coast of Africa*. Londres: Chapman and Hall, 1894.
- EPEGA, D. Onadele. *The mystery of the yoruba gods*. Logo, 1931.
- EYO, Ekpo e WILLETT, Frank. *Treasures of ancient Nigeria*. New York: Alfred Knopf: The Detroit Institute of Arts, 1980.
- FAGG, Wiliam & PLASS, Margaret. *African sculpture*. London: Studio Vista, 1973.
- FAGG, Wiliam, PEMBERTIM, John & HOLCOMBE, Bryce. *Yoruba: sculpture of west Africa*. New York: Pace Editions, 1982.
- FAGG, Wiliam. *Tribes and forms in african art*. London: s.ed., 1965.
- FROBENIUS, Leo. *Mythologie de l'Atlantide*. Paris: Payot, 1949.
- GILROY, Paul. *The black atlantic: modernity and double consciousness*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: caleidoscópico, 2004.
- HORTA, José da Silva. “Entre história européia e história africana, um objecto de charneira: as representações”. In *Actas do colóquio construção e ensino da história da África*. Lisboa: Linopazes, 1995.
- JOHNSON, Samuel. *The history of yoruba*. Londres, 1921.
- KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Lisboa: Europa América, 1972.
- LANDER, Richard e LANDER, John. *Expédition au cours et embouchures du Níger*. Paris, 1832.
- LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In *Actas do Colóquio Construção e ensino da história da África*. Lisboa: Linopazes, 1995.
- LUCAS, J. Olumide. *The religion of the yorubas*. Lagos: C. M. S. Bookshop, 1948.
- MAUPOIL, Bernard. *La géomancie à l'ancienne côte des esclaves*. Paris: Institut D'Ethnologie; Musée de L'Homme, 1981.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. A quotidianidade do demônio na cultura popular. In: *Religião e Sociedade*, nº 12/2, 1985.
- MILLER, Joseph. “Tradição oral e história: uma agenda para Angola”. In *Actas do II Seminário Internacional Sobre A História de Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- MUDIMBE, V. *The invention of Africa*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1988.
- NORONHA, Isabel. “A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemu-

- nhos iconográficos de duas visões de mundo”. *História, ciências, saúde-manguinhos*, nov. 1999/fev. 2000, vol.6, n.º.3, p.681-687, 2000.
- PARRINDER, Geoffrey. *Mythologies africaines*. Paris: Odege Editions, 1969.
- _____. *West African religion*. Londres: Oxford University Press, 1949.
- PELTON, Robert D. *The trickster in west Africa*. Los Angeles: University of California Press, 1980.
- PEMBERTON, John. *Eshu-Elegba: The yoruba trickster god*. *African Arts* 9 (1975): 21-27, 66-70, 90-91.
- _____. A cluster or sacred symbols: Orisa worship among the Igbomina oruba of Ila-Orngun. In: *History of religions* 17 (1977), p. 1-28.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RAY, Benjamin C. *African religions: symbol, ritual, and community*. New Jersey: Prentice-Hall, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. São Paulo: Nova Fronteira/EDUSP, 1992.
- THORNTON, John. *Africa and african in the making of the atlantic world. 1600-1800*. Cambridge University Press, 1998.
- VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga costa dos escravos, na África*. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. *Lendas africanas dos orixás*. Salvador: Corrupio, 1997 (a).
- _____. *Orixás: Deuses iorubas na África e no Novo Mundo*. São Paulo: Corrupio, 1997 (b).
- WESCOTT, Joan. *The sculpture and myths of Eshu-Elegba, the yoruba trickster*. *Africa* 32 (1962): 336-53.
- WILLIAMS, Denis. *The iconology of the Yoruba Edam Ogoni*. *Africa* 34 (1964): 139-63.
- _____. *Icon and image*. London: Allen Lane Penguin, 1974.
- WOORTMANN, Klaas (1978), “Cosmologia e geomancia: um estudo da cultura Yoruba-Nagô”. In *Anuário Antropológico* 77. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Resumo

Para qualquer cientista social que se dedique a investigar a cosmologia dos orixás na África Ocidental, dificilmente escapará a inquestionável e múltipla importância

de Exu para a dinâmica e o funcionamento do cosmos metafísico e humano iorubá. Dessa forma, o presente artigo busca dialogar e dar continuidade aos estudos acerca desse grupo no continente africano, propondo-se executar uma releitura das visões e interpretações elaboradas sobre as funções e significados de Exu. Nossa opção foi examinar escritos deixados por alguns viajantes, missionários cristãos e administradores europeus que, ao longo do século XIX e XX, registraram suas impressões e interpretações acerca de Exu no Golfo da Guiné e identificar as descrições e sentidos dos aspectos funcionais, simbólicos e iconográficos do orixá em questão.

Palavras-chave: História da África; Exu, Iorubás; Cosmologia.

Abstract

To any social scientist investigating the cosmology of the *Orixas* in Western Europe, it is hard to avoid the unquestionable and multiple importance of Eshu to the dynamics and to the operation of the Iorubá metaphysical and human cosmos. This article intends to dialogue e to provide a follow up of the studies on this group in the African continent, trying to reinterpret the visions about the functions and meanings of Eshu. The option was to identify the description and the meanings of functional, symbolic and iconographic aspects of this Orixá taking into account the writings of travelers, Christian missionaries and european administrators who, in the 19th and 20th centuries, registered their impressions and interpretations about Eshu in the Guine Gulf.

Key words: History of Africa; Eshu; Iorubás; Cosmology.

Resumen

Para cualquier cientista social investigando la cosmología de los Orixas en Europa Occidental, es difícil evitar la importancia undudable y múltipla de Eshu para la dinámica y funcionamiento del cosmos metafísico y humano de los Iorubás. En este sentido, el presente texto procura establecer una nueva lectura de las visiones e interpretaciones elaboradas desde de las funciones y significados de Eshu. La opción ha sido identificar las descripciones y el significado de los aspectos funcionales, simbólicos e inconograficos del Orixá mencionado con base en los escritos de viajeros, misionários cristianos y administradores europeos que en los siglos

XIX y XX, registraron sus impresiones e interpretaciones sobre Eshu en el Golfo de Guiné.

Palabras clave: Historia de Africa; Eshu, Iorubás; Cosmología.

Albene Miriam F. Menezes

Phd em História pela Universidade de Hamburgo. Professora de História do Brasil e de História das Relações Internacionais da UnB.

O Brasil de Vargas, a República de Weimar e a imprensa. Algumas notas características 1930-1933

O conhecimento humano é, da parte do entendimento, discursivo; quer dizer, ele tem lugar mediante representações que fazem o que é comum a várias coisas o fundamento do conhecimento, por conseguinte mediante notas características, enquanto tais. Nós só reconhecemos pois, as coisas mediante características; e é isso precisamente o que se chama reconhecer (Erkennen), que deriva de conhecer (Kennen).

Immanuel Kant. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 75.

Introdução

A Era Vargas, 1930-1945, não sem razão, freqüentemente é equiparada às ditaduras totalitárias européias de Hitler e Mussolini. Não obstante, sua fase inicial coincide, no caso da Alemanha, com a vigência de um regime democrático – o da República de Weimar (1919-1933).

A representação mais marcante da mencionada Era, sem dúvida, resulta da sua última etapa, a da ditadura do Estado Novo (1937-1945); mas uma de suas *notas características* vem a ser a transitoriedade de seus primeiros anos, conhecidos como Governo Provisório (1930 – 1934), quando o país vivenciou um golpe de estado e gradativamente deu início à experimentação de um regime autárquico e não constitucional, que viveu sob a base de um poder executivo subtraído das competências do legislativo.

Na historiografia, os estudos sobre as relações internacionais da Era Vargas focam muito mais seu último período. Nesse ensaio, adota-se outra metodologia: abordá-las, em sua etapa inicial, sob a perspectiva de sua relação com a República de Weimar.

Ao longo do primeiro Governo Vargas, pode-se dividir as relações bilaterais entre o Brasil e a Alemanha, em seus aspectos econômicos, em quatro fases: 1ª) a fase de influência da aguda crise econômica mundial (1930-1933); 2ª) a fase de adensamento comercial sob a política econômica do nacional-socialismo (1934-1938); 3ª) a fase de desaceleração das trocas comerciais (1939-1941); 4ª) a fase de interrupção, em decorrência da 2ª Guerra Mundial (1942-1945).

Como já aludido, considerada é aqui a primeira fase – a dos reflexos da recessão mundial nas economias nacionais – quando o Governo Provisório de Getúlio Vargas e os últimos governantes da República de Weimar (assim como praticamente todos os governantes, mundo afora) tiveram que tomar medidas, muitas vezes drásticas, para fazerem frente às repercussões da onda da crise.

É pretensão desse ensaio analisar, de forma específica no âmbito das relações bilaterais em pauta, algumas dessas medidas, bem como determinadas providências que visaram o aumento da proteção e ou do incentivo de suas produções domésticas, em especial a industrial, cotejando-as com as reações dos respectivos parceiros.

Peças se movem no xadrez da política

Na história das idéias nunca há o início, e nada é mais vão e desesperador do que procurar o momento inicial, a fonte originária, o Ursprung. Jamais me esqueci, [...] das primeiras palavras de Giuseppe i suoi fratelli (José e seus irmãos) de Thomas Mann: “Profundo é o poço do passado. Não deveríamos considerá-lo insondável?”. E contudo, é preciso começar, suspender a caminhada, não ir mais além e fixar, ainda que com um ato que pode parecer arbitrário, o ponto de partida.

Bobbio, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 205.

Ano “arbitrário” do Ursprung: 1929. No Brasil, os problemas políticos e econômicos se fundiram em crise única, a qual levou ao fim a Primeira República (1889-1930) e possibilitou a ascensão nacional de Getúlio Vargas, que se tornou a figura política mais poderosa do regime nos anos de 1930 até 1945.

Nos primórdios do extenso governo Vargas, o Brasil implementou uma série de medidas protecionistas para fazer frente aos problemas decorrentes da crise econômica de 1929. Paralela e paulatinamente foram introduzidas novas diretrizes que ampliaram e aprofundaram, e nos anos subseqüentes à primeira fase da chamada *Revolução de 1930* consolidaram um intenso e setorial grau de nacionalização da economia. Na esteira do discurso de modernizar o País, promover o crescimento econômico e criar uma indústria de base deslanchou-se, no transcurso do governo em tela, uma política que passou para a história com a designação de “nacional-desenvolvimentista”. Essa política, em boa medida é levada a cabo por autarquias instituídas pelo governo central, e temporalmente transcende a chamada Era Vargas.¹

Na Alemanha, também, a crise econômica mundial, eclodida em 1929, findou a fase de ajustes e acomodação econômica da República de Weimar que, de 1924 a 1928, conheceu um período de relativa estabilidade. Na esfera política, a já instável situação transformou-se sensivelmente nos anos de aguda recessão e levou, legalmente, Hitler à ascensão ao poder.²

Assim, verifica-se que no período em tela (1930-1933) tanto no Brasil, quanto na Alemanha tem-se uma fase de transição – com características essenciais diferenciadas.

No Brasil, um governo novo se instalou e deu início a uma trajetória ascendente sob condições particulares: fez uma revolução, deu-se um golpe de Estado. Suspendeu-se a ordem constitucional até então vigente. Instalou-se um governo provisório que semanticamente pretendia ter, até certo ponto, pretensão de *modernizar o país*. Enfrentou-se uma crise interna que resultou em uma guerra civil pró-constituente, em 1932. Deu-se início a um processo de reforma do Estado e conseqüente reajustamento das relações Estado-economia-trabalho.³

Por seu turno, na Alemanha o regime democrático solfejou seu réquiem evocando a kantiana *unidade sintética do objeto* com o seguinte quadro político:

- a) aguda crise de governabilidade;
- b) instabilidade política - no fundo, uma das características da República de Weimar; nada menos que cinco chanceleres foram indicados no período de março de 1930 a janeiro de 1933, revelando a efemeridade desses gabinetes;
- c) a ascensão de um vetor político de extrema direita, o partido nazista (NSDAP/National-Sozialistischer Deutscher Arbeiter Partei - Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores);
- d) a perda de vitalidade da força de centro-esquerda até então detentora da maioria parlamentar – o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), um dos símbolos da “Ideologia de Weimar” (termo abusivo que designa os partidos republicanos weimarianos);
- e) relação simétrica entre os acontecimentos políticos e os desfechos do miserável desempenho da economia;
- f) a impotência da República face às *iniquidades* do Tratado de Versalhes.

Dá-se então que o pulsar dos acontecimentos reverbera a melodia do desvanecer do regime weimariano.⁴

Em 27 de março de 1930, tem-se a queda do Chanceler Hermann Müller (SPD, Partido Social-Democrata da Alemanha, gabinete de 28.06.1928 – 27.03.1930) em decorrência de uma greve motivada pelo aumento da contribuição, em meio ponto percentual, do seguro desemprego (Crise do 0,5%).

Na nova eleição, o Partido Nazista, NSDAP, cresceu significativamente e, de 12, passou a ter 107 cadeiras no Parlamento. Em 10 de abril de 1932, o Marechal de Campo von Hindenburg foi reeleito para Presidente.

Em 30 de maio de 1932, o Chanceler Brüning (alinhado de “chanceler da fome” devido à sua política recessiva) renunciou (Z = Zentrum, Partido do Centro, gabinete de 30.03.1930 - 09.10.1931) e foi reconduzido ao poder em 09 de outubro (Z, gabinete 09.10.1931 – 30.05.1932). Em 1º de junho de 1932, Franz von Papen foi nomeado novo Chanceler (sem partido, 02.06.1932 – 03.12.1932).

Em 4 de junho daquele ano, o Parlamento foi dissolvido e nas eleições de julho o NSDAP tornou-se o segundo partido mais forte no Parlamento, com 230 assentos de um total de 608 (cerca de 38%) contra 133 do Partido Social-Democrata da Alemanha, SPD, até então o mais numeroso. Em 12 de setembro de 1932, o Parlamento declarou desconfiança ao governo von Papen, que dissolveu o Congresso e convocou eleições para 6 de novembro. Apesar de perder cerca de dois milhões de votos, a situação do NSDAP não se alterou. Em 2 de dezembro, o Presidente nomeou o General von Schleicher para Chanceler (sem partido, 03.12.1932 – 30.01.1933).⁵

Esse duradouro estado de crise de governabilidade, acentuado nos primeiros anos da década de 1930, terminou por levar à dissolução a primeira democracia alemã. A historiografia é pródiga em interpretações baseadas em múltiplos e controversos fatores que tentam explicar a autoritária transformação da democracia em ditadura. É quase consensual apontar como uma das causas específicas da crise política as fraquezas do sistema eleitoral-partidário. Não obstante, a usurpação do poder pelos nacional-socialistas (uma vez com o comando do governo) é apontada como sendo muito mais uma consequência do fracasso da República em estancar a perda dos valores republicanos básicos (dignidade da pessoa humana; transparência; extensão, com isonomia, dos direitos fundamentais a todos os grupos sociais da população etc.) ou a sua incapacidade de recompor sob critérios republicanos a sociedade civil pós-Império, pós-Primeira Guerra Mundial.

Fato é que, sob o clima de instabilidade, as peças do xadrez da política se movem: confabula-se, negocia-se e, paulatinamente, algumas lideranças políticas e empresariais se entendem em torno da idéia de formar um gabinete que teria como

missão - na declaração do banqueiro de Colônia von Schröder, ao Tribunal de Nürnberg - “o distanciamento de todos os social-democratas, comunistas e judeus dos postos de comando na Alemanha e o restabelecimento da ordem na vida pública.”⁶

Ilustra o compasso de acertos políticos o encontro, em Colônia, no dia 4 de janeiro de 1933, na casa do banqueiro von Schröder, quando ele confabulou com von Papen e Hitler, para chegar ao consenso referido. Os desdobramentos daquele encontro transcorreram imediatamente: as iniciativas de Hitler, em Berlim, para conseguir sua indicação para o próximo gabinete. A conversa de von Papen, em Dortmund, com Friedrich Springorum, Presidente da Hoesch, e com Albert Vögler, Diretor Geral da Vereinigten Stahlwerke, em busca da ratificação deles para a idéia do “gabinete salvacionista”.⁷

Entre 17 e 27 de janeiro de 1933, o alto comando político da República de Weimar (Hindenburg, Papen, Ribbentrop, Göring, Hitler e Meissner) entraram em acordo sobre a composição de um novo governo. Em 23 de janeiro de 1933, o General von Schleicher, após debaldes tentativas de cindir o NSDAP e isolado das negociações, renunciou. Em 28 de janeiro, por ocasião da Conferência preliminar sobre a formação do novo governo, quase todos os partidos recomendaram voto de confiança a Hitler para o cargo de Chanceler. Em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler foi nomeado Chanceler, na coalizão do “Governo da Concentração Nacional”, sem que o partido nazista, NSDAP, tivesse maioria. Esse evento não só fez soar os últimos acordes da marcha fúnebre da República de Weimar, como também, o que aparentemente era apenas a formação de novo gabinete, fez daquela data um marco da história mundial.⁸

Os painéis sobre os momentos políticos no Brasil e na Alemanha ilustram a aludida fase de transições diferenciadas em ambos os países. No caso da Alemanha, uma experimentação de liberalismo e democracia, com suas correspondentes peculiaridades, se esgotam. No caso brasileiro, o período de reajustamento político e econômico, após um golpe de Estado, teve início e se desdobrou. Em ambos os exemplos, os desígnios das nações aportaram em ditaduras.

A experimentação republicana alemã, que se prolongou por cerca de um quarto de século e vivenciou o seu estertor nos primeiros anos da década de 1930, teve desfecho abrupto, embora formal e legalmente transcorrido. O novo gabinete, que assumiu no fim de janeiro de 1933, drástica e celeremente se conformou em novo regime que, exaustivamente, varreu as premissas do liberalismo e da democracia tanto do plano interno como do internacional em seu entorno.

Desde seu tintinabular, o governo que se instalou no Brasil, em outubro de 1930, por seu turno, deu início a uma experimentação na ordem social, econômica e política, a fim de se afastar da *liberal República Velha*, nos esforços para implantar uma política de massas e, no fundo autoritário e conservador, a “*modernização industrializadora*”.⁹

Dentro das suas imensas diversidades, verifica-se, contudo, que as realidades nacionais em foco têm, no período em pauta, bissetrizes que as interligam em plano teórico: um contexto internacional que impactua negativamente (em graus diferenciados) a conjuntura interna, uma situação de dificuldades domésticas próprias e pressões para pôr a casa em ordem, política e economicamente. Porém, dentre as profundas características que as distinguem importa destacar os opostos sentidos do vetor de poder.

Num caso, trata-se de um governo provisório que se instalou e tomou rota de ascensão para, somente em fase posterior implementar governo constitucional *democrático* (1934-1937) e subsequentemente, por meio de um golpe de Estado, o regime ditatorial (1937-1945).

No outro, é uma república democrática impossibilitada de sair das crises políticas e econômicas sucessivas que terminou por ver o segundo substantivo do ambíguo artigo primeiro de sua constituição subtraído da realidade: “*O Reich (Império) é uma República*”.

A república assina sua lápide ao colocar legalmente no poder um líder que rápida e dramaticamente assumiu as feições de um ditador e construiu um “regime imperial”, o III Reich, que praticamente não guarda nenhuma semelhança com seus antecessores.

A crítica da economia alemã

Nos anos vinte, o processo de ajuste na Europa foi iniciado de forma tentativa: estrategicamente pelo Acordo de Rapallo, da Alemanha com a Rússia, e pelo Acordo de Locarno, com seus vizinhos ocidentais e economicamente com os Planos Dawes e Young, patrocinados pelos Estados Unidos [...]. Ao mesmo tempo, uma recessão econômica, que a integração econômica do sistema tornou mundial, revelou estar além da capacidade de controle dos estadistas. O processo de ajuste tornou-se cada vez mais esgarçado e perigoso.

Watson, Adam, *A evolução da sociedade internacional*.

Brasília: Ed. UnB, 2004, p. 396

A grande crise econômica de 1929 levou as economias nacionais (em alguns casos; em outros, nem tanto) a profunda depressão no início dos anos 1930, da qual uma das primeiras manifestações foi a formação de imensos estoques de mercadorias – encalhados por falta de compradores no mercado internacional – e conseqüente queda dos preços. O círculo vicioso se fechou com a queda do poder aquisitivo dos consumidores finais. Assim, a crise se propagou nos mercados externos e internos e lançou o desafio aos governos no mundo todo a inovarem ou reajustarem suas políticas econômicas, para retroceder os efeitos negativos da crise e colocar suas economias em rota de recuperação e crescimento.

A conjuntura de depressão atingiu praticamente a todos, mas não igualmente. Um dos países que inicialmente mais teria sofrido, sob os anos de crise, foi a Alemanha, freqüentemente apontado, na literatura especializada, como o estado europeu mais fortemente abalado pela recessão econômica.

A economia alemã exportou cerca de um quarto de toda sua produção industrial, no fim do chamado “período de prosperidade”, ou nos “anos de ouro da República de Weimar”, quando a economia alemã se recuperava da conjuntura crítica do pós-Primeira Guerra Mundial, sob as coordenadas do Plano Dawe, que fez frente à grande depressão de 1923, ano em que um dólar americano valia cem milhões de marcos. Entrementes, quando a República de Weimar, em fatos sucessivos, viu agravada sua crise de governabilidade em 1932, as estatísticas registraram uma queda de suas exportações de RM 12,3 bilhões (RM = Reichsmark, marcos imperiais) do ano de referência de 1928 para RM 5,7 bilhões, o que implicou a desativação de inúmeras empresas e conseqüente demissão de trabalhadores. A taxa de desempregados atingiu o percentual de 30,8% (6 milhões de desempregados) que, antes, era de 7%.¹⁰

O cenário se caracterizava, também, pela política salarial do Estado e pela alta carga tributária, que diminuía a margem de expectativa de lucro das empresas do setor industrial. Quadro agravado pela diminuição das aplicações de investimentos líquidos que, naquele ano, perfaziam somente 60% da taxa do ano anterior.

Um outro significativo indicador que incidia sobre a debilitada situação era a afluência de capital na economia: no ano de 1928, foram investidos cerca de RM 3 bilhões, sendo 40% investimentos de curta duração. No ano de 1929, somente RM 1,2 bilhão foi investido; desse, cerca de dois terços eram investimentos de curta duração.¹¹

A recuperação da economia alemã na República de Weimar se deu maciçamente sob os auspícios de aplicações de capital externo, em especial norte-americano. A febre especulativa na Bolsa de Nova York, no ano de 1929, que fez subir em

30% o índice das ações, atraiu praticamente todo capital norte-americano possível; isso levou a um considerável desinvestimento no mercado alemão, refazendo, aquele capital, o percurso de volta às suas origens.

Verifica-se, portanto, que a curva de desempenho da Bolsa de Valores de Nova York influenciava direta e intensamente a frágil economia alemã, então dependente de capital externo; em grande medida investimentos de curta duração. Assim, a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, atinge em cheio aquela economia.

A crise desenvolveu uma espiral que atingiu todos os setores. À crise do setor industrial somaram-se inevitavelmente as dos setores financeiro e bancário. Os sólidos bancos alemães, que já existiam de longa data ou se constituíram no século XIX, tinham perfil universal (reuniam as atividades de bancos comerciais, de investimentos e de crédito) e tomaram a si, naquele período, o objetivo de financiarem, em primeira linha, a industrialização alemã e as suas exportações. Um confiável indicador da solidez desses bancos era o percentual consideravelmente alto de capital próprio. Com a crise inflacionária de 1929, esse indicador se evaporou e tais instituições bancárias conheceram forte desnacionalização de seus capitais, vindo o montante de capital próprio e externo a perfazer a relação média de 1 por 10.

Um momento emblemático da crise se desenhou com o encerramento das atividades das casas bancárias Darmstädter e Nationalbank, em julho de 1931.¹²

A espiral da crise tomou de roldão todos os setores da economia, dentre os quais um em especial, o agrário, cujas conseqüências negativas atingiram, por motivos óbvios, principalmente o leste do país. Ainda no ano de 1929, uma lei de ajuda econômica para a Prússia Oriental entrou em vigor. No ano de 1931, com o agravamento da crise nas regiões agrárias do leste, concluiu-se a “Lei de Auxílio para o Leste” (Lei sobre as Medidas de Ajuda para as Regiões Necessitadas do Leste).¹³

Concomitante aos problemas decorrentes da crise de 1929, uma velha e substantiva questão dividia parte das atenções do debate na seara econômica: os encargos da reparação de guerra impostos pelo artigo 231 do Tratado de Versalhes, que estipulava responsabilidades unilaterais pelas conseqüências da Primeira Guerra Mundial e literalmente enunciava:

*Os Governos Aliados e Associados afirmam, e a Alemanha aceita, a responsabilidade da Alemanha e dos seus aliados por ter causado todas as perdas e danos sofridos pelos governos Aliados e Associados e seus cidadãos em conseqüência da guerra que lhes foi imposta pela agressão da Alemanha e dos seus aliados.*¹⁴

O cenário que então se delineia tem, como suas primeiras conseqüências políticas, o resultado da aludida eleição de 1930, que mereceu de Hjalmar Schacht, o financista alemão negociador do Plano Young e diretor do Banco Central alemão (1923-1930 e 1933-1939) e ministro da Economia do governo nazista (1934-1937), o seguinte registro em suas memórias:

Vi ressurgirem todos os temores que haviam impulsionado minha atividade na presidência da Reichsbank. Minha luta contra o endividamento exterior exorbitante fora em vão. Meus esforços pela extinção dos pagamentos de reparações não haviam levado a nada. Será que continuaria a política do governo alemão? Com a queda do padrão de vida do povo alemão, com a redução dos salários e rendas, em resumo, com todas as medidas econômicas deflacionárias não se podia resolver o problema da Alemanha.

Schacht, Hjalmar. *Setenta e seis anos de minha vida*. Rio Janeiro: Editora 34, 1999, pp. 340.

Por múltiplas e variadas razões a República de Weimar não conseguiu resolver o problema alemão e o processo de ajustes e reajustamentos terminou no esgarçamento e na desventura da nação.

Política econômica de Vargas e da Alemanha e a imprensa, nos anos de aguda recessão

O auto-sacrifício não é permitido a governos cujo dever é proteger os interesses de seus povos.

Wight, Martin. *A Política do poder*. Brasília: Editora da UnB, IBRE. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, pp. 117.

No período em apreço, o poder de compra do comércio exterior do Brasil caiu vertiginosamente, em primeira linha devido a três pontos de inflexão: 1) os baixos preços e a crise de demanda no mercado internacional, em particular, de seu principal produto de exportação, o café; 2) a desvalorização cambial e 3) a estagnação da dinâmica dos fluxos internacionais de capital – o que dentre outras coisas significou a diminuição do volume das importações. Não obstante o severo impacto negativo da depressão oriunda da crise de 1929 sobre seu comércio externo, a economia brasileira, como um todo, sofreu de forma proporcionalmente atenuada, em comparação com outros países, e superou as conseqüências da crise em curto tempo.

Sob a conjuntura de crise, o governo brasileiro adotou providências que terminaram por acentuar a demanda por produtos nacionais e a acarretar certo grau de proteção e conseqüente promoção de sua indústria. Em primeiro momento (1930-31) aplicou a política de câmbio livre, ao tempo em que prorrogou os prazos de pagamento das dívidas públicas. Para reajustar a situação doméstica à internacional o governo, premido pela necessidade de gerar divisas para sustentar o pagamento da dívida externa, mormente o serviço dos *Fundin Loans* de 1898 e 1914, fez desvalorização e controle cambial, aumentou determinados impostos, limitou a importação de produtos não essenciais e suspendeu a clausa do padrão-ouro (na prática, já em 1931; declaradamente, em 1933).¹⁵

As preocupações com o ajuste fiscal se traduziram assim em soluções ortodoxas: contenção de despesas, aumento da receita pelo aumento de impostos, altas taxas de juro, controle das emissões, restrições ao crédito etc.

Nesse contexto, somou-se entre as medidas da política econômica de Vargas o Decreto de março de 1931, que proibiu por três anos a importação de máquinas para os setores que, no entender do governo, pressionado pelos diretamente interessados, tinham capacidade de produção ociosa. Com essa medida, pretendia-se aumentar a produção da capacidade instalada, principalmente da indústria têxtil.

No círculo alemão do comércio exportador de máquinas, esse decreto suscitou uma grande intranqüilidade. A Associação Alemã dos Fabricantes de Máquinas escreveu para o Ministério das Relações Exteriores, em Berlim:

*Já que a Alemanha participa das importações brasileiras de máquinas com cerca de 20% e o mercado consumidor brasileiro importa máquinas no valor de 37 milhões de marcos, está a nossa indústria fortemente interessada no desdobrar da aludida questão. Nós solicitamos ao Ministério das Relações Exteriores para se posicionar em relação à mencionada notícia de jornal.*¹⁶

As inquietações alemãs não se restringiam ao Brasil, pois temiam que outros países latino-americanos seguissem aquele exemplo. A respeito do decreto em epígrafe, divulgou preocupado, o editor da “Colon”, revista em espanhol propagada em quase toda a América Latina, que a firma Rudolf Schick & Co., em carta ao Ministério das Relações Exteriores, datada de 30 de março de 1931, disse: “*teme-se sobretudo que os vizinhos de língua espanhola editem decretos semelhantes*” e indagou “*se algumas medidas foram tomadas no sentido de suspender aquele decreto.*”¹⁷

Se, por um lado, a tendência do Governo brasileiro proteger sua indústria criava barreiras para o comércio bilateral, por seu turno, medidas protecionistas do Governo alemão protegiam seu setor agrário; mesmo, para promover uma reagrupação de parte da economia; também bloquear o livre comércio. Assim como no Brasil e mundo afora, na Alemanha a produção industrial encontrava-se em recessão e com isso a exportação mostrava-se em retração. Por meio de intervenções de política econômica, o mercado agrário alemão deveria ser fechado para a importação. Dentre as medidas tomadas, uma atingiu o Brasil em especial – o aumento do imposto de importação sobre o café.¹⁸

Contribuiu para piorar as relações comerciais entre os dois países a política de controle de divisas introduzida pela Alemanha, em 15 de julho de 1931, que levou a um quadro mais forte, ainda, a retração de suas transações comerciais.¹⁹

O Governo brasileiro temia que o protecionismo agrário alemão, medida que estava sendo praticada também por outros países industrializados, piorasse mais ainda a situação das exportações brasileiras fortemente dependentes dos produtos agrícolas.

A despeito do tratado comercial assinado pelos dois países, estruturado nos moldes de cláusula preferencial geral e que entrou em vigor em 4 de janeiro de 1932 (o primeiro assinado depois da Primeira Grande Guerra), as medidas protecionistas tiveram continuidade de parte a parte.

Quanto a essa tendência, posicionou-se a imprensa, por vezes acaloradamente, no Brasil. Assim, quando a Alemanha em setembro de 1932 lançou a possibilidade de introduzir quotas de importação de produtos agrícolas, o periódico brasileiro “O Jornal” aproveitou a oportunidade para pregar a favor da industrialização do Brasil e contra aqueles...

*... que empreendem a luta irracional para desmontar nossa indústria e são favoráveis a um retorno à competição exclusivamente da produção agrícola.*²⁰

Esse e outros artigos contribuíam para animar a discussão no Brasil sobre a política econômica nacional que, desde há muito tempo contrapunham duas posições antagônicas, a saber:

- os defensores da industrialização, que reivindicavam um sistema de proteção tarifária para garantir o mercado interno para o desenvolvimento da produção industrial brasileira;
- os defensores de uma economia agroexportadora, que se colocavam a favor de uma política tarifária liberal e contra a industrialização.

Se, na temporalmente distante tentativa de síntese, essas duas tendências podiam ser objetivamente colocadas, ambígua era, todavia, a posição de muitos atores políticos brasileiros. Ao que parece, na realidade vivida naqueles primeiros anos da década de 1930, as coisas não pareciam ser tão nítidas para os contemporâneos. Dessa forma, mostra-se, por exemplo, a postura do próprio Vargas que, em novembro de 1930, preconizou a necessidade de

*rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais que não utilizam matéria-prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando.*²¹

Vargas, três meses depois, em fevereiro de 1931, em discurso pronunciado em Belo Horizonte: “defendeu a nacionalização das riquezas do país” e “conci-tou os mineiros a transformar a siderurgia em um ideal.”²²

As manifestações de opinião de membros do primeiro escalão do governo brasileiro sobre o tema industrialização denotam persistente oscilação, o que por si alude à falta de posição clara e objetiva sobre o assunto.

Nesse quadro, inserem-se inclusive as declarações de uma personagem do porte de Oswaldo Aranha, que sucessivamente foi Ministro da Justiça (1930-1931), Ministro da Fazenda (1931-1934), embaixador em Washington (1934-1937) e Ministro das Relações Exteriores (1938-1944).

Face à sua pendência pró-política de livre mercado, colocou-se o então Ministro da Fazenda brasileiro, Oswaldo Aranha, pelo menos teoricamente, a favor da continuidade de uma política sem obstáculos ao escoamento dos produtos industrializados estrangeiros no mercado brasileiro.

A rejeição de Aranha a uma proteção alfandegária, que deveria favorecer a produção industrial brasileira no mercado interno, expressa-se claramente na entrevista publicada no jornal “Correio da Manhã”, de 31 de dezembro de 1931:

*Eu sou contra a intervenção governamental na vida comercial do país para valorizar mercadorias e manter indústrias fictícias.*²³

Vacilante porém mostrava-se essa posição; ainda naquele ano de 1931, começou-se a elaboração das novas tarifas alfandegárias brasileiras. Esporadicamente, ocupava-se uma comissão mista de representantes do governo e da iniciativa privada para tratar da questão, que foi finalizada por comissão interna do Ministério da Fazenda.

Apesar da manifesta opinião de Aranha, a nova lei alfandegária, que tem certo perfil protecionista, entrou em vigor em junho de 1934. Portanto, ainda na gestão de Aranha como Ministro da Fazenda, uma vez que ele só deixou a pasta no dia 24 de julho.

A expressão protecionista da mencionada lei deixa-se identificar, por exemplo, no aumento das tarifas de importação para produtos que o Brasil fabricava e na manutenção ou diminuição das antigas taxas de importação que recaíam sobre insumos ou toda sorte de aparelhos para industrialização de produtos nacionais.

Dessa forma, o Brasil sistematizou uma política alfandegária que deveria favorecer a indústria nacional já instalada e determinados setores do mercado importador.

O limitado protecionismo dessa lei alfandegária foi porém anulado, em parte, pelo Acordo Comercial celebrado entre Brasil e Estados Unidos em 1935.²⁴

Em relação às orientações básicas do comércio exterior do Brasil, os interesses da Alemanha eram semelhantes aos do seu principal concorrente naquele mercado – os Estados Unidos. Ambos tinham motivos para se sentirem prejudicados pela lei de proteção alfandegária em suas participações nas importações brasileiras.

No contexto das dificuldades nas trocas comerciais entre os dois países, reconheceu o Plenipotenciário alemão acreditado no Rio de Janeiro, em 1932, que um novo perigo para as importações brasileiras em geral e para muitos produtos alemães em particular se materializaria, caso a planejada revisão tarifária entrasse em vigor. Knipping, encarregado de negócios da Legação alemã no Rio de Janeiro, alarmou o Ministério das Relações Exteriores em Berlim:

*Para tomar medidas condizentes para prevenir a diminuição das exportações alemães para o Brasil, especialmente eventual supressão de determinados produtos.*²⁵

Exportar era vital para aquelas economias; mas como fazê-lo, nas condições dadas daqueles tempos de crise? Não necessariamente para proteger o que possam julgar ser *os interesses de seu povo*, os governos dos dois países, assim como os demais governos, mundo afora, no momento agudo da crise implementam medidas protecionistas para se ajustarem às pressões e demandas de instâncias com poder de barganha. Essas medidas, no fundo, criam mais obstáculos ainda ao livre trânsito de produtos no mercado internacional em recessão.

A realidade do pulsar do cotidiano da crise e as medidas governamentais para superá-la evidenciam as contraposições relativas à tríade - promoção do de-

envolvimento, protecionismo e competição. Contraposições que reverberam, na imprensa, nos antagônicos posicionamentos liberais e protecionistas.

As relações bilaterais e a imprensa – algumas notas características

A partir do século XIX, o que vem à tona é uma forma nua da história humana – o fato de que o homem, enquanto tal, está exposto ao acontecimento.

Foucault, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 387.

A imprensa não representaria um meio que contribui para *expor o homem ao acontecimento*? Como se deixa revelar essa premissa no caso das relações em epígrafe?

No sentido de assegurar mercado para as exportações alemãs, ou *para prevenir a diminuição de suas vendas*, a Legação Alemã no Rio de Janeiro formulou um “esquema de propaganda” para promover suas exportações para o Brasil.

Assim, foram dados para alguns jornalistas brasileiros, no dizer de fonte alemã “bons amigos da Alemanha”, artigos prontos.²⁶ Os argumentos pró-interesses alemães podem ser identificados facilmente em algumas daquelas matérias. Ilustrativamente, cita-se a reportagem “Intercâmbio comercial da Alemanha com o Brasil: circunstâncias a registrar”(sic), publicada em “O Economista”, de setembro de 1932, onde se lê:

*O mercado alemão sempre foi um excepcional centro consumidor para o tabaco, o cacau e a borracha que exportamos (...). Na classificação do comércio exterior alemão, o Brasil figura como o mais favorecido por esse comércio, face ao déficit alemão.*²⁷

Pondera-se criticamente:

*Nosso país ainda não soube como introduzir uma política de expansão econômica através de condições inteligentes das negociações comerciais em prol dos interesses brasileiros.*²⁸

A conclusão vaticina:

*O que nos aconselham esses interesses? A resposta é clara: que devemos promover e orientar nossas trocas comerciais considerando sobretudo os países que mais compram nossas mercadorias.*²⁹

Atrelava-se a essa argumentação a seguinte demanda:

*Em que se devem orientar (os interesses comerciais brasileiros)? No trato de uma política alfandegária e nos acordos comerciais através dos quais facilitemos a importação de mercadorias dos principais consumidores de nossos produtos de exportação.*³⁰

O conteúdo das matérias expressava, clara e assumidamente, o que entendia ser a defesa dos interesses da economia brasileira: a reprodução do modelo agrário exportador. Nesse contexto ressaltava a importância e o significado da Alemanha para as exportações brasileiras. Omissis ficava, entretimentos, o lugar do Brasil para as exportações alemãs.

Quando a balança comercial, nos anos de 1931 e 1932, mostrava-se favorável ao Brasil essa argumentação era colocada em primeiro plano. Mas quando, no ano de 1933, as trocas comerciais tinham saldo propenso para a Alemanha, a propaganda comercial acentua outro ponto de vista.

Procurava-se evitar a priorização das mercadorias brasileiras em relação às estrangeiras com argumentos “patrióticos”. Um exemplo desse contorcimento vem a ser o artigo “Orientação tarifária”, publicado no “Diário de Notícias”, edição de 20 de setembro de 1932, onde se lê:

*Os magnatas da industrialização recomendam a priorização de mercadorias da produção nacional; eles próprios porém consomem só o melhor que há e por sinal o que é fornecido pela importação.*³¹

O leitor do jornal deveria vivenciar que os produtos brasileiros de pior qualidade, eram destinados para o resto da população; em contrapartida aos importados, da melhor qualidade que havia, consumidos pelos “magnatas”. O tom subliminar era porém bem claro: porque o ‘consumidor normal’ deveria comprar as mercadorias brasileiras, presumivelmente de qualidade péssima e mais caras, quando seus próprios fabricantes não queriam consumi-las? No tom e no conteúdo, a fala que entoava a aludida argumentação era convincente. Quem fazia o alerta para o consumidor comum era um concidadão.

Indubitavelmente, a linha de argumentação dessas *notas características* não expressava tão-somente a posição da campanha alemã; representava, também, a opinião de parcela respeitável e considerável da população a exemplo dos produtores, notadamente os exportadores, que viam na produção agrícola o destino e o

futuro do Brasil, assim como de parcela de atores políticos que se queria liberal; haja vista a já mencionada opinião de Oswaldo Aranha e os paradoxais posicionamentos de Getúlio Vargas.

Os bastidores das intenções alemãs eram assim resguardados não só pela discrição e confiabilidade dos “bons amigos”, como também pelo manto de legitimidade emprestado pelos posicionamentos de parte dos *liberais* brasileiros.

Não obstante, o matiz das cores dessas *notas características* em foco era dado principalmente pela coerência e persistência da linha de argumentação da campanha, que sempre argumentava a favor da importação dos produtos alemães, sob quaisquer circunstâncias.

Observa-se então que a ofensiva propagandística era de tal monta sistematizada, que mesmo quando determinado produto tinha suas exportações para a Alemanha em retração, era dito que o mercado alemão sempre foi e continuava sendo um excelente mercado consumidor para aquela mercadoria. Dessa forma, continuamente se promovia o comércio bilateral teuto-brasileiro na imprensa brasileira e argumentava-se contra a industrialização do Brasil, “e por sinal, sem que a delegação alemã aparecesse” como bem registrou um documento oficial.³²

O círculo do “esquema de propaganda” da representação alemã no Rio de Janeiro fechava-se na Alemanha. O Ministério das Relações Exteriores fazia com que informações provenientes da sua Legação e artigos de jornais do “esquema de propaganda alemão” da imprensa brasileira fossem publicados na imprensa alemã. Essa medida alcançava dois objetivos: reverberar no mercado brasileiro a importância dada às matérias jornalísticas e difundir na própria Alemanha seu oculto posicionamento.³³

Nem sempre, porém, deveria ser repassado para a imprensa que a Legação era a fonte de determinadas informações e notícias, o que é declarado por Knipping em correspondência dirigida ao seu Ministério, datada de 2 de dezembro de 1930, onde irritado comunica a Berlim

Em nenhum caso deveria ser revelado que a Missão era a fonte de natureza confidencial. ³⁴

O motivo para a contrariedade de Knipping recaía no artigo “Brasil e brasileiros na Europa”, publicado no “Jornal do Comercio”, de 16 de novembro de 1930, no qual foi divulgado que, segundo informação da Legação Alemã no Rio de Janeiro, o periódico parisiense *L’Intransgeant*, de 30 de outubro de 1930 publicara reportagem na qual uma falsa imagem da conjuntura política brasileira, depois da Revolução de outubro, tinha sido desenhada.

O “Jornal do Comercio” interpretou a notícia do periódico parisiense da seguinte forma:

*Quem conhece o espírito do leitor europeu (...), não tem a perversidade dos intuitos de quem a escreveu. O que logo acode à mente dos europeus que lêem, é que o Rio de Janeiro (...) não passa de uma dessas aglomerações asiáticas onde as embaixadas ocupam um bairro especial ao abrigo de contactos impuros com as miseráveis partes da cidade habitadas pela ignota população indígena (...). eis ahi o quadro que se propunha evocar aos olhos dos europeus quem mandou para a Alemanha, afim de se divulgar na Europa, a sorrateira informação de que (...) o imaginário bairro diplomático do Rio de Janeiro estava isolado das zonas da cidade nas quaes os indígenas se trucidavam.*³⁵

Na análise do papel da Legação Alemã, quanto ao repasse de notícias sobre o Brasil, e ao posicionamento dos jornais brasileiros, sobre o que se noticiava de um modo geral, é óbvio também que se deve levar em conta o contexto dos meios de comunicação de então, quando as agências de notícias ainda não tinham a relevância do quase monopólio que depois adquiriram e a diplomacia somava dentre suas incumbências, em consonância com a época, outras funções relativas à imprensa, as quais, com o crescente dinamismo dos meios privados de comunicação, ela pouco a pouco foi perdendo.

Deve-se ressaltar, contudo, que, apesar da mencionada ressalva, o teor das informações e notícias em apreço vinculavam-se a interesses da economia alemã; e que, se a liberdade de imprensa sofria condicionantes externos, de várias ordens, a ela era imposta pelo regime político brasileiro, severas restrições, haja vista a atuação do famigerado Departamento de Informação e Propaganda (DIP), criado em 2 de julho de 1931 e, portanto, já atuante na maior parte do período em foco.

Verifica-se entretanto que essas *notas características* revelam uma faceta (tomando emprestado a expressão de Nietzsche) *humana, demasiadamente humana* das relações internacionais: os limites do princípio de independência da imprensa, face ao poder de sedução da palavra diplomática e, por conseguinte, a exposição do leitor ao *acontecimento* imaginado por um dos atores da trama da história.

Uma tímida tentativa heterodoxa para impulsionar o comércio bilateral

Os países que sofreram menos nos anos 30 (Alemanha, Inglaterra e Brasil) foram os que entraram mais depressa no trem da alegria do nacionalismo

econômico e renunciaram mais vigorosamente à velha ortodoxia do padrão ouro, combinando desvalorização cambial e protecionismo com o tipo de medidas expansionistas posteriormente racionalizadas por Keynes. Williamson, John. *A economia aberta e a economia mundial*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 7.

No que pese um possível resguardo dos interesses alemães, no mercado brasileiro de manufaturados, a campanha jornalística em epígrafe não se transformou em alento das dificuldades por que passavam os fluxos comerciais bilaterais.

A conjuntura de crise levou os dois países a procurarem saídas para a situação de retração de suas relações econômicas, ainda em 1931. Para minimizar o *deficit* em divisas, que atingia suas economias, pensou-se em fazer trocas diretas para contornar a deflação e a falta de divisas. Nesse sentido, entabulou-se um negócio de compensação, em 1931, que previa a troca de café por carvão. Nas negociações, o lado brasileiro era representado pelo Estado; da parte alemã, falavam as firma R. Petersen & Co., de Hamburgo e o Sindicato do Carvão, da Renania-Westphalia.

Desde o início, a Alemanha deixou claro que seu governo deveria manter-se à parte do negócio. Todavia, aquiescendo ao desejo do governo brasileiro, o Plenipotenciário Alemão no Rio de Janeiro declarou oficialmente que seu governo estava de acordo com o negócio e tomou parte, como observador, nas negociações.³⁶

Não obstante, o interesse do governo alemão no negócio era bem maior do que queria admitir publicamente: “Essa questão ocupa o Governo alemão já faz muito tempo”, declarou o Ministro da Fazenda alemão, Hermann Dietrich, em carta para seu colega brasileiro da pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor, em outubro de 1931.³⁷

No rastro da mencionada negociação, os alemães sentiram-se encorajados para fazer novas propostas nesse sentido. Assim, tiveram prosseguimento os contatos entre o Ministro Herman Dietrich e o representante comercial do Brasil em Berlim, Coronel Gaelzer-Netto, para entabular novos negócios.

O comércio de compensação era visto pelo Ministro das Finanças da Alemanha, assim como por seu interlocutor brasileiro, o Coronel Gaelzer-Netto, como solução para contornar os problemas do círculo financeiro alemão em crise e da aguda falta de divisas brasileira – apontados como a causa do retrocesso das trocas comerciais entre os dois países.

Gaelzer-Netto sugeriu a Herman Dietrich, em carta datada de 11 de setembro de 1931, que o ministro alemão deveria “submeter as provisórias idéias a uma apropriada consideração” e aventou com a possibilidade de o Brasil fornecer café,

carne resfriada, peles, cacau, algodão e borracha em contrapartida à remessa de locomotivas, vagões elétricos e material elétrico em geral para a eletrificação do entorno da rede ferroviária Central do Brasil, bem como máquinas agrícolas. Assinalou, ainda, que os produtos brasileiros deveriam ser transportados por navios brasileiros.³⁸

Nesse processo, chamavam atenção as figuras dos respectivos interlocutores. Enquanto a Alemanha era representada por seu Ministro das Finanças, pelo Brasil falava seu representante de negócios, o Coronel Gaelzer-Netto e não o chefe da Legação Brasileira, em Berlim, Guerra-Duval.

De qualquer modo, as tratativas prosseguiram a ponto de o ministro alemão decidir possibilitar uma viagem do coronel brasileiro para o Rio em um vôo do dirigível Graf Zeppelin, para acelerar as negociações. Paralelo a isso, concluiu-se, por meio de trocas de notas diplomáticas, em 22 de outubro de 1931, as negociações do Tratado de Comércio entre os dois países, sob os moldes de cláusula preferencial.³⁹

Quanto a essa viagem, Guerra-Duval de nada ficou sabendo previamente. Mas fato é que, em meados de outubro de 1931, Gaelzer-Netto viajou em caráter particular para o Rio de Janeiro.⁴⁰ Em seu bolso, entretanto, trouxe uma carta de Dietrich para Lindolfo Collor. Na missiva, Collor é solicitado a fazer propostas por meio de Gaelzer-Netto, no bojo das trocas comerciais diretas.⁴¹

O Coronel brasileiro, que permaneceu no Rio de Janeiro apenas algumas horas, fez contato com Lindolfo Collor e com o próprio Getúlio Vargas. De Lindolfo Collor, recebeu uma carta-resposta para o Ministro das Finanças alemão, data de 20 de outubro de 1931, na qual expressa que o governo brasileiro iria analisar com atenção o assunto, que a oferta parecia em princípio promissora e que seria profícuo se lhe fosse comunicado o tipo e a quantidade das mercadorias visadas.⁴²

A perspectiva de um comércio de compensação com o Brasil animou determinados setores exportadores alemães, o que foi expresso em correspondência para o Ministro Imperial da Economia solicitando informações e registrando a disposição em comercializar com o Brasil sob essa modalidade. Em consonância com isso, o Ministério das Finanças Imperial apresentou, no início de novembro, uma lista com cerca de uma dezena de produtos que o Brasil poderia fornecer.

Não obstante, essa negociação não resultou em muita coisa de concreto. Responsável por esse quadro foi, dentre outros acontecimentos, a Revolução Paulista de 1932. Em especial nos meses de julho a setembro, período da luta armada, a

cena política e econômica no Brasil mostrou-se agitada. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor, com quem os alemães entabularam contacto, teve que ir para o exílio na Argentina, devido ao seu engajamento no episódio paulista.

Entrementes, no ano de 1933 (portanto não mais sob a égide da República de Weimar, uma vez que Hitler governava a Alemanha, desde 30 de janeiro daquele ano) registrou-se leve crescimento no comércio bilateral, em primeira linha, devido à recuperação do mercado interno brasileiro. Assim, o aumento das vendas recaiu tão-somente nas exportações alemãs para o Brasil. As importações alemãs, todavia, diminuíram face, dentre outros fatores, à economia de racionamento de suas divisas. Em consequência dessa situação de desequilíbrio na balança comercial, começaram a se formar no Brasil ativos alemães.⁴³

Ainda no ano de 1933, o mercado alemão vivenciou um certo aquecimento devido à incipiente recuperação de sua economia, apesar do persistente problema de falta de divisas. Para contorná-lo, o novo governo alemão passou a fazer da exceção a regra.

O que a República de Weimar, discreta e timidamente consentiu, tornou-se sob Hitler posição oficial e peremptória. A partir de 1934, quem quizesse comercializar com a Alemanha tinha que aceitar suas regras de comércio de compensação. Pode-se quicá dizer que a Alemanha tinha deixado de lado sua *política passiva* e, com a colaboração do financista Hjalmar Scacht, enveredara por labirintos não ortodoxos na busca de solução para o *problema alemão*.

Mas então, da parte da Alemanha, o governo, o regime e os horizontes são outros – a República de Weimar já registrara, na história, seu ocaso.

À guisa de conclusão

No período em pauta, anos de 1930 a 1933, o Brasil ainda enfrentou a dicotomia do discurso interno contra o propósito de industrialização. Foram anos difíceis, de aguda crise política e econômica, sob um governo provisório. Não menos difícil foi esse período para a Alemanha, que também se viu entrelaçada por instabilidades nas mesmas searas e terminou por vivenciar a agonia de seu regime democrático republicano.

Para ativar suas relações comerciais em depressão com o Brasil, o governo da República de Weimar trilhou veredas do que John Maynard Keynes, referindo-se aos Impérios Centrais europeus, chama de “o sistema da penetração pacífica”

(“presença econômica com base central de apoio, da sua prosperidade e iniciativa”).⁴⁴ Para tanto, timidamente, acatou inclusive métodos não ortodoxos de comércio, a exemplo do comércio de compensação.

Sem embargo, a nota mais característica que sobressai das fontes consultadas (mas não necessariamente das relações bilaterais no período) vem a ser uma campanha jornalística a favor de suas exportações e por conseguinte contra a intenção do governo brasileiro de promover a industrialização.

Fácil foi fazer crer que essa campanha não só era a opinião de alguns jornalistas brasileiros, mesmo que confidencialmente “bons amigos da Alemanha”, como também que seus posicionamentos a favor da reprodução do perfil das relações bilaterais - país industrializado fornecedor de produtos com alto valor agregado x país agrário fornecedor de matérias primas - representava de fato o melhor para o Brasil, uma vez que essa era a opinião (muitas vezes paradoxal) de parcela influente dentre os atores políticos e econômicos do país sul-americano.

Contudo, tem-se que *erkennen, reconhecer*, que o interesse da Alemanha, no caso dado, encontrava natural ressonância entre parcela dos representantes da elite de seu parceiro comercial e as aludidas *notas características* das relações bilaterais em foco foram, em boa medida, fruto do momento e das circunstâncias.

Não obstante, há que se refletir que os acontecimentos em tela não são algo simplesmente acidental. São eventos, parte de um processo histórico no qual as políticas, estratégias e táticas de alguns atores levaram ao desenvolvimento (pleno) auto-sustentado de seus Estados ou a manutenção desse *status*. Por seu turno, outros atores não adotaram medidas suficientemente adequadas que tornassem seus países bem-sucedidos na geração de crescimento econômico auto-sustentado e modernização de suas sociedades nacionais.

Notas

1. Sobre o significado das medidas do Governo Vargas para a industrialização brasileira ver, dentre outros, Abreu, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial (1929-1945)*, in: Fausto, Boris (org.)HGCB, t. III, V. 11, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 11-49. Draibe, Sônia. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, pp 75-124. Fausto, Boris. *A revolução de 1930, história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 47. Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p.186. Neuhaus, Paulo. *História monetária do Brasil (1900-1945)*. Rio de Janeiro, 1975, pp. 99. Pereira, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo, 1977, p 33. Tavares, Maria da Conceição. *Da substituição de importação ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, 1978, 6.

2. Ver Craig, Gordon A. Die Demokratie in der Krise: Mittel- und Osteuropa. In: *Geschichte Europas 1815-1980, vom Wiener Kongress bis zur Gegenwart*. München: Beck, 1995, pp. 455. Drabkin, Jakov S.. *Die Entstehung der Weimarer Republik*. Köln: Pahl-Rugenstein, 1983. Hardach, Gerd. Die Weltkriege und die Zwischenkriegszeit 1914-1945. In: *Deutschland in der Weltwirtschaft 1870-1970*, p. 39. Hardach, Karl. Die Weimarer Jahre (1918-1933). In: *Wirtschaftsgeschichte Deutschlands im 20. Jahrhundert*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1979, pp. 23. Kindleberger, Charles P.. *Die Weltwirtschaftskrise, 1929-1939*. (Geschichte der Weltwirtschaft im 20. Jahrhundert. B. 4). München: DTV, 1984. Mommsen, Hans. *Aufstieg und Untergang der Republik von Weimar, 1818-1933*. München/Berlin: Econ Ullstein List Verlag, 2001. Streisand, Joachim. Von der Grossen Sozialistischen Oktoberrevolution bis zur Befreiung vom Faschismus. In: *Deutsche Geschichte von den anfängen bis zur Gegenwart*. Eine Einführung. Köln: Pahl-Rugenstein, 1983, pp. 265.

3. Ver dentre outros Abreu, Marcelo de Paiva. *Principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 e 1937*. In: Szmrecsányi, Tomás e Rui G. Granziera. *Getúlio Vargas & a economia contemporânea*. Campinas/ São Paulo: Ed. Unicamp, Hucitec, 2004, pp. 47-64.

4. Ver dentre outros Mommsen, Hans. Die Auflösung des Parlamentarischen Systems, in: *Aufstieg und Untergang der Republik von Weimar*, op. cit. p. 329. Sobre as “iniquidades do Tratado de Versalhes” observa-se que a Alemanha deu tratamento mais severo ainda à Polônia.

5. Cf. Dupeux, Louis. Os Partidos da “Ideologia de Weimar”, in: *História cultural da Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, pp. 27 ff. Mommsen, Hans. Übersicht über die Zusammensetzung der Reichskabinette 1919-1933, in: *Aufstieg und Untergang der Republik von Weimar*, op. cit. pp. 645.

6. Cf. Streisand, Joachim. *Deutsche Geschichte von den anfängen bis zur gegenwart*, op. cit p. 346.

7. Cf. Streisand, op. cit, p. 345.

8. Cf. Craig, Gordon A. *Geschichte Europas*, op. Cit. pp. 466-467. Mommsen, Hans. *Aufstieg und untergang der Republik von Weimar*, op. Cit. pp. 633-644.

9. Sobre o conceito de modernização conservadora, ver dentre outros Herf, Jeffrey. O paradoxo do modernismo reacionário, in: *O modernismo reacionário (Tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich*. São Paulo/Campinas: Ensaio/Ed. Unicamp, 1993, pp.13-29. Sobre a modernização conservadora de Vargas ver dentre outros Abreu, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945, in: Abreu, Marcelo de Paiva et, alii (Orgs.). *A ordem do progresso (Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp.73-104.

10. Sobre a situação econômica da Alemanha, no período, ver dentre outros Hardach, Karl. *Die jahre der depression, in wirtschaftsgeschichte Deutschlands im 20. Jahrhundert*, op. Cit. pp. 50-77.

11. Sobre investimento de curta duração, ver dentre outros Hardach, Gerd. *Deutschland in der weltwirtschaft 1870-1970*, op. cit. pp. 39-54. Kindleberger, Charles P. *Die weltwirtschaftskrise*, op. cit. pp. 134-137.

12. Ver, dentre outros, Freund, Michael. *Deutsche Geschichte Von den anfängen bis zur gegenwart*. München: C. Bertelsmann, 1979, p. 1023.

13. Sobre a crise agrária, ver dentre outros Kindleberger, Charles P. *Die agrarkrise in die weltwirtschaftskrise*, op. cit, pp. 84-133.
14. Cf. Artigo 231 do Tratado de Versalhes.
15. Ver, dentre outros, Abreu, Marcelo de Paiva. *Crise, crescimento e modernização autoritária*, in: Abreu, et. alii op. cit, p. 76.
16. Cf. Verein *Deutscher Maschinenbau-Anhalten an das Auswärtiges Amt* (Berlin, den 13.3.1931), in: Zentralen Staatsarchiv Potsdam (doravante ZSTA Potsdam), 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44652.
17. Cf. ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44652.
18. Sobre isso, ver Hardach, Karl. *Wirtschaftsgeschichte Deutschlands*, op. cit. pp. 55.
19. Sobre a política econômica de controle de divisas, ver dentre outros Wilsdorf, Heinz. *Das kompensationsgeschäft in deutschen aussenhandel*, Diss. Leipzig, 1939, pp. 33.
20. Cf. “Protecionismo na Alemanha”, in *O Jornal*, 23.9.1932.
21. Cf. Verbete, Biográfico. Vargas, Getúlio. *A política econômica e social (1930-1934)*, in: www.cepedoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_10.asp, p. 8. (Acessado em 17.08.05).
22. Cf. Verbete, idem.
23. Cf. “Como se prepara a reconstrução financeira do país”, in: *Correio da Manhã*, 31.12.1931 (Entrevista com Osvaldo Aranha), p. 9.
24. Sobre isso, ver Fausto, Boris, Revolução de 1930. *Historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 48. Hilton, Stanley E.. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939. Os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro, 1977.
25. Cf. correspondência do Ministro Plenipotenciário Knipping da Legação Alemã no Rio de Janeiro para o seu Ministério das Relações Exteriores (Rio de Janeiro, 12.12.1932), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44649.
26. Cf. missiva do Ministro da Legação alemã no Rio de Janeiro, Knipping, para o Ministro das Relações Exteriores em Berlim (Rio de Janeiro, 12.12.1932) com o carimbo “Confidencial! – Não publicar na imprensa.”. Cf. também correspondência do ministro alemão no Rio de Janeiro, Schmidt-Elskop, para Berlim (Rio de Janeiro, 4.12.1933) - ambas, in: ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44649.
27. Cf. “O Intercâmbio comercial da Alemanha com o Brasil, circunstâncias a registrar”, in: *O Economista*, setembro de 1932.
28. Idem.
29. Idem.
30. Idem.

31. Cf. “Orientação Tarifaria”, in: *Diário de Notícias* de 20.9.1932.
32. Cf. correspondência do ministro alemão credenciado no Rio de Janeiro, Schmidt-Elskop, para o ministro das Relações Exteriores em Berlim (Rio de Janeiro, 4.12.1933), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44649.
33. Cf. carta do Ministro Knipping, credenciado no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores em Berlim (Rio de Janeiro, 02.12.1930), in: Archiv des Auswärtigen Amt in Bonn (doravante AAA Bonn), Abt. III, Akten betreffend Politische Beziehungen Brasiliens zu Deutschland, K 406/K 122726 – K 122275, Bd. 2.
34. Cf. correspondência do encarregado de Negócios Knipping acreditado no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores em Berlim (Rio de Janeiro, 02.12.1930), in AAA Bonn, Abt. III, Akten betreffend Politische Beziehungen Brasiliens zu Deutschland, K 406/K 122726 – K 12275, Bd. 2.
35. Cf. *Jornal do Commercio*, 16.11.1930, in AAA Bonn, Abt. III, Akten betreffend Politische Beziehungen Brasiliens zu Deutschland, K 406/K122726-K 12275, Bd. 2.
36. Cf. Nota do Secretário de Estado Wiehl, Abschrift W 4743 (Berlim, 10.10.1931), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44654.
37. Cf. carta do ministro das Finanças Imperial Dietrich para o ministro brasileiro da pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor (Berlim, 15.10.1931), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44645.
38. Cf. carta do representante econômico brasileiro, Coronel Gaelzer-Netto, para o ministro das finanças Imperial, H. Dietrich (Molln, 11,9, 1931), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44654, Zeichen, “Vertaulich” n° 1387/3.
39. Cf. carta do ministro das finanças Dietrich para o ministro do Trabalho Indústria e Comércio, Lindolfo Collor (Berlim, 15.10.1931), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44645.
40. Sobre a falta de conhecimento de Guerra-Duval, relativo à viagem de Galzer-Netto cf. Aufzeichnung zu III MS 3269 aus dem “Aktenstück betreffend Verhandlungen mit dem brasilianischen Oberst Gaelzer-Netto” (Berlim, 28.10.1931), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44654. (Observe-se assim que a papelada relativa aos contatos do representante comercial brasileiro, em Berlim, mereceu a abertura de ata própria).
41. Cf. carta do ministro das Finanças Imperial para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor (Berlim, 15,10.19310), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44654.
42. Cf. carta do ministro Lindolfo Collor para o ministro das Finanças Imperial, H. Dietrich (Rio de Janeiro, 20.10.19310), in ZSTA Potsdam 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44654. (Registre-se que, além da questão relacionada com o comércio de compensação Gaelzer-Netto tratou no Brasil sobre outros assuntos como o problema da imigração alemã e sobre a construção de um campo de pouso para dirigíveis. Sobre isso ver “Vermerk des Reichsfinanzministers Dietrich na das Auswärtiges Amt (Berlim, 05.11.1931), in: ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Akte 44654).

43. Sobre a recuperação do mercado doméstico brasileiro, ver, dentre outros, Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: 1977, pp. 192. Sobre a situação do comércio teuto-brasileiro, ver Wyneken, Klaus. *Die entwicklung der handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien*, Diss. Köln, 1958, pp. 111.

44. Cf. Keynes, John Maynard. *As conseqüências econômicas da paz*. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/ Ed da UnB, 2002 (Clássicos IPRI; v.3), p.11.

Resumo

Nos anos de aguda recessão, no início da década de 1930, os governos do Brasil e da Alemanha adotam políticas para fazerem frente às conseqüências da crise econômica mundial. Dentre as medidas adotadas pelo país sul-americano, algumas incentivam acanhadamente a produção industrial doméstica. Instâncias alemãs se sentem prejudicadas com as mesmas e exortam suas autoridades a tomarem uma posição. Sob os auspícios da diplomacia alemã, é engendrado, então, um “esquema de propaganda” na imprensa brasileira, com ecos na Europa.

Palavras-chave: Relações Brasil-Alemanha; Crise econômica; Esquema heterodoxo de propaganda; Comércio de compensação.

Abstract

During the deep recession of the early thirties, the governments of Brazil and Germany adopted some policies to face the consequences of the world economic crisis. Some of the measures adopted by Brazil were intended to stimulate domestic industrial output. German entrepreneurs considered these measures harmful and demanded responses from the German government. A propaganda campaign supported by the German diplomacy is then carried out in the Brazilian press echoing in Europe.

Key words: Brazil-German relations; Economic crisis; Heterodox propaganda campaign; Countervailing trade.

Resumen

En los años de aguda recesión de principios de la década de 30, los gobiernos de Brasil y de Alemania adoptaron políticas para enfrentar las consecuencias de la

crisis económica mundial. Algunas de las medidas adoptadas por el país suramericano tenían por objetivo estimular la producción industrial doméstica. Empresarios alemanes consideraron que dichas medidas les causaban pérdidas y exhortaron su gobierno a reaccionar. Bajo los auspicios de la diplomacia alemana se produce, entonces, un “esquema de propaganda” en la prensa brasileña con ecos en Europa.

Palabras clave: Relaciones de Brasil-Alemania; Crisis económica; Esquema heterodoxo de propaganda; Comercio compensatorio.

Introdução

Uma das grandes falhas, nas análises da formação das sociedades germânicas invasoras do império romano, a partir do século IV, reside na negação das mudanças internas em tais sociedades. Historiadores tendem a tomar as descrições do século primeiro, feitas por Tácito, como válidas para francos, alamanos ou godos que invadiram o império, nos séculos IV e V¹. No entanto, referidas sociedades, desde o momento em que entraram em contato com o mundo romano, viveram estado de mudança contínua que acentuou as diferenças sociais, ampliou a centralização e produziu nova realeza, institucionalmente diferente da anterior.

O presente artigo pretende mostrar como a reestruturação da sociedade germânica foi feita por determinados indivíduos, os chefes das grandes famílias, pela maestria no jogo há muito conhecido pelos germanos: as dádivas. Até aqui, a maior parte dos trabalhos que analisam o uso das dádivas entre os germanos o fazem sobre base teórica relativamente ultrapassada. Georges Duby, por exemplo, vale-se exclusivamente de Marcel Mauss; Aaron Gurevitch baseia-se em referenciais ainda mais antigos, Thurnwald e Malinowski.² Posteriormente, o uso das dádivas passa a ser apenas mais uma peculiaridade dos germanos, sem resultar em análises mais profundas.³

À parte a inegável contribuição desses historiadores, o referencial teórico limita-lhes uma apreensão mais competente do significado da transação de dádivas para o desenvolvimento da sociedade germânica no período. Faz-se necessária, então, a reavaliação dessa base teórica, a fim de possibilitar maior compreensão do impacto que tais formas de relações tiveram sobre a reestruturação do mundo germânico.

Romania et Germania

O contato com o mundo romano produziu uma série de alterações na estrutura social do mundo germânico. O desafio externo gerado pela pressão militar, ou o mimetismo causado pela admiração, levaram os povos germânicos à reorganização interna que, a longo prazo, originou um período de grande instabilidade. O conflito, na *Germania*, restou conhecido no mundo romano como as Guerras Marcomanas, e deslocou o foco do poder, produzindo novos modos de dominação e novas concepções ideológicas. A estrutura germânica anterior foi sendo minada pela apropriação do

uso dos bens de prestígio romanos que invadiram a sociedade germânica em grande número, após o estabelecimento da fronteira romana, na Gália. A forma de apropriação e de utilização dos bens de prestígio se modifica lentamente no período, gerando, ou talvez expressando, a nova organização social do poder.

Inicialmente, os bens de luxo importados foram utilizados como objetos sagrados e sacrificados comunitariamente aos deuses. O sacrifício fala por toda a comunidade e os bens são, de uma forma ou de outra, concebidos como oferta de todo o povo. De qualquer forma, esses bens se concentraram em volta da família real responsável pela realização dos rituais e pela ligação dos homens com os deuses. A apropriação, sobretudo de objetos de uso ritual, parece ter marcado a diferenciação da família real do restante da população, o que, de fato, repete um padrão dos últimos séculos da Idade do Bronze.⁴

No entanto, no final do século primeiro a.C., os itens de prestígio começaram a ser secularizados, passando a ser exibidos como símbolos de *status* – saíram das pilhas sacrificiais e foram integradas as sepulturas individuais, como itens marcantes de uma função de prestígio, como armas, ou simplesmente como ornamentos. Os itens de luxo romanos entraram no jogo de poder mais antigo da sociedade germânica e, por meio dele, possibilitaram as mudanças sociais que ocorreram nos anos seguintes. Esses objetos passaram a ser utilizados em trocas, no antigo sistema das dádivas.

As dádivas na sociedade germânica

Em primeiro lugar, é apropriado fundamentar rapidamente a constatação do uso de dádivas entre os germanos. A historiografia atual parece concordar com essa prática de trocas simbólicas para a *Germania*, para todo o período. Vale, de qualquer forma, uma análise rápida da documentação relacionada.

O uso das dádivas é percebido, sobretudo a partir da sintonia encontrada em duas fontes diferentes, afastadas no espaço e no tempo. De um lado, as constatações em Tácito, na sua descrição quase etnográfica da *Germania*. Por outro lado, o *corpus* da literatura escandinava, posta em escrito quase mil anos depois de Tácito, sobretudo os ditos de sabedoria, conhecidos como *Hávamál*, que integram uma coletânea irregular agrupada no *Codex Regius* sob o nome de *Edda Antigo*, ou *Edda em verso*. O uso desses textos em específico se dá, em primeiro lugar, por serem eles parte da coleção de textos mais antiga que nos chegou e, em segundo lugar, por se tratar de ditos de sabedoria que, de uma forma ou de outra, codificavam, ou deveriam codificar, o comportamento.

Tácito alude, em várias passagens da *Germânia*, à circulação de bens na forma de presentes, seja entre hóspede e convidado, entre o povo e o chefe ou entre nações.⁵ No entanto, tudo indica que Tácito não compreendia a natureza dessas trocas. Ele parece

entender bem como funcionam presentes diplomáticos, que menciona algumas vezes, mas não apreende o funcionamento das dádivas. Segundo o autor, os germanos “*gaudent muneribus, sed nec data imputant nec acceptis obligantur*”.⁶ É interessante como ele, por si, ou por suas fontes, se conforma na ficção legal que circunda as dádivas.

O texto do *Hávamál*, por sua vez, não provém de interpretação externa, mas expressa as idéias por meio de uma pena germânica, trazendo não a descrição do observado, mas os preceitos que regeriam os atos. Sua denominação - *Ditos do Altíssimo* – compreende uma série de aforismos ligados ao saber viver nórdico.

O texto apregoa, em primeiro lugar, que a amizade é basicamente cimentada por meio de presentes:

*“Vapnom oc váðom
scolo vinir gleðiaz,
þat er a sialfvm synst;
viðrgefendr oc endrgefendr
erosc lengst vinir,
ef þat biþr at verþa vel.”*⁷

Hávamál 41

Imediatamente depois, o poeta afirma que os presentes devem ser retribuídos, e constantemente trocados, a fim de preservar a amizade:

*“Vin sinom
scal maþr vinr vera
oc gialda giof viþ giof;
hlátr viþ hlátri
scyli ha/lþar taca,
en la/sung viþ lygi.”*⁸

Hávamál 42

A troca de presentes assegura uma vida saudável e próspera:

*“Mildir frocnir
menn bazt lifa,
sialdan svt ala;
en osniallr maþr
vggír hotvetna,*

*sytir e glæyggr við gíofom*⁹

Hávamál 48

Por fim, tais presentes não necessitam ser caros ou valiosos. A ênfase está particularmente na relação:

*“Micít eitt
scala manne gefa,
opt ca/pir ser í litlo lof;
meþ halfom hleif
oc meþ ha/llo kerí
fecc ec mer felaga”*.¹⁰

Hávamál 52

Tanto o relato de Tácito, como a literatura nórdica posterior, atestam a presença da troca simbólica de presentes entre os germanos. Cabe agora compreender como tal sistema de dádivas funciona e por que modificações ele passa, quando se encontra submerso por bens de luxo romanos.

A teoria da dádiva

As relações de trocas simbólicas recíprocas, que observamos entre os germanos não são, de forma alguma, exclusividade. Vários povos compartilham tal sistema de relações, sendo característica permanente entre os povos tradicionais. Uma série de interpretações foi proposta, em geral circulando entre dois pólos de interpretação: por um lado e anterior no tempo, uma análise baseada no relato direto dos participantes; por outro, uma análise objetiva que tenta compreender a mecânica interna, que permeia e motiva tais comportamentos.

Marcel Mauss, em seu estudo clássico *Essai sur le Don*¹¹, utiliza, sobretudo a visão subjetiva dos envolvidos, a fim de estruturar sua teoria interpretativa das dádivas. Em linhas gerais, Mauss defende um esquema baseado em três obrigações interligadas, sedimentadas por uma concepção mágica da natureza dos objetos. Sua análise se faz sobre modelos específicos feitos pelos *nativos* sob propostas de antropólogos, *in loco*, assim como por comparação com descrições etnográficas oriundas de todo o mundo. O foco principal é dado à descrição dos maoris, nativos da Nova Zelândia, sociedade em que, particularmente, a questão das dádivas era viva e discutida.

Mauss descreve as três obrigações como regras que fomentam o funcionamento da circularidade das trocas. Em primeiro lugar, a obrigação de dar, compelida por uma necessidade de estabelecimento de um *status* social específico e por uma necessidade *mágica*, de favorecer a comunidade por forças superiores. A obrigação de dar é suportada pela obrigação de receber, que possibilita o estabelecimento da relação. Negar-se a receber é ato tão condenável como abster-se a dar. Por fim, a obrigação de retribuir encerra o ciclo garantindo a perpetuação do ato. Aquele contemplado com o presente deve não só responde-lo, mas fazê-lo com qualidade, sob pena de *perdre la face* em relação aos vizinhos.¹²

Estas obrigações são sedimentadas por uma crença na natureza mágica dos objetos. Mauss toma por base a concepção dos maoris de que determinados tipos de objetos, aos quais eles chamam de *taonga* – toda propriedade rigorosamente pessoal – possuem *hau*, um poder espiritual. Quando alguém passa como presente um objeto desse tipo, o *hau* contido nele é transmitido junto. Quando passa para um terceiro, o presente de retorno desse terceiro deve ser retribuído, pois foi produto do *hau* dessa pessoa. A reciprocidade seria, então, o *hau* que vai e deve retornar à pessoa. Segundo Mauss:

*“Compreendemos clara e logicamente, dentro desse sistema de idéias, que se deve retornar ao outro aquilo que é, em realidade, parcela de sua natureza e substância, pois, aceitar qualquer coisa de qualquer um é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação desta seria perigoso e mortal, isso não só porque seria ilícito, mas porque essa coisa que vem da pessoa, não simplesmente moralmente, mas fisicamente e espiritualmente (...) dá controle mágico e religioso sobre vós.”*¹³

Por fim, Mauss considera as trocas de dádivas não como simples fato econômico, mas um fato que envolve a vida social em todos os níveis. Trata-se de um fato que inclui, em certos casos, a totalidade da sociedade, todos os seus elementos e instituições. Mauss chama isso de *faits sociaux totaux* – fatos sociais totais.¹⁴

Lévi-Strauss celebra o trabalho de Mauss, mas o honra como a um avô. As colocações de Mauss seriam muito instigantes, como contribuição fundadora; mas estariam já bastante datadas.¹⁵ Para o autor, o *hau* de Mauss não é a razão final das trocas, mas sim a *“forma consciente sob a qual os homens de uma sociedade determinada, onde o problema tinha uma importância particular, apreenderam uma necessidade inconsciente cuja razão está em outra parte”*.¹⁶ A visão dada pelos nativos seria apenas teoria elaborada, a fim de dar voz a uma necessidade mais profunda. Tal teoria, elaboração consciente dos sujeitos, teria muito pouco a fornecer

à real compreensão desses processos, que seriam muito melhor apreendidos pelas expressões do inconsciente, atingidas pela análise das instituições e, particularmente a análise da língua.¹⁷

Para Lévi-Strauss, o estudioso deve não se perder nas tentativas vãs de explicação dos envolvidos, que dificilmente conseguiriam transcender o nível mais imediato de justificativas que expressariam simplesmente necessidades inconscientes, e certamente não conscientizáveis, da comunidade – como que um ato falho comunitário. Ele deve, ao invés disso, ir mais fundo nas motivações implícitas nos atos – reais causas dessas tentativas de explicação – e compreender as estruturas objetivas que condicionam as ações dos sujeitos.

Dessa forma, as trocas seriam, sobretudo, uma forma de comunicação entre dois elementos que buscam aproximação e romper o fosso criado pelo estranho. As dádivas seriam elementos do diálogo que se estabelece entre as duas partes, em que não existem três obrigações, como havia proposto Mauss, mas sim um único movimento de reciprocidade, obrigatório e imediato, que a experiência social dos indivíduos partiria em três.¹⁸ Com efeito, esse tipo de relação comunicativa não se restringe à troca de presentes, mas permeia boa parte das relações e atitudes desse *pensée primitive*. As relações de reciprocidade constituem modo normal ou privilegiado pelo qual o grupo transmite bens.¹⁹ E como fenômeno total, as trocas são também *trocas totais (échanges totaux)*, envolvendo comida, objetos fabricados e, particularmente, o mais precioso dos bens, mulheres.²⁰

A concepção de Lévi-Strauss se faz sob a proposta de que a análise de Mauss, centrada na experiência subjetiva, produziria o relato fenomenológico de experiências primárias com o mundo social, verdades explícitas, incapazes de dar conta da realidade. O funcionamento real das sociedades seria apreendido apenas por uma *quebra* com a análise fenomenológica, resultando em análise no nível superior, produzindo relato objetivo, estrutural. O conhecimento produzido por essa análise objetivista construiria as relações objetivas – econômicas ou lingüísticas – que estruturam a prática e a representação da prática.²¹

A compreensão que resulta dessa quebra objetivista com a descrição fenomenológica precisa ainda, segundo Pierre Bourdieu, da capacidade de entender o funcionamento real da sociedade. Para o autor, a descrição objetivista vê a realidade enquanto *opus operatum*; mas não é capaz de percebê-la em seu *modus operandi*. Isso mantém o conhecimento objetivista estritamente como análise que apreende a realidade cujas regras tenta estabelecer de forma externa, como um observador deslocado do contexto em que tal prática é vivida. A rotina acaba sendo observada sempre como *fait accompli*, nunca potencialidade.²²

Bourdieu propõe então uma segunda *quebra*. Se, para a primeira ruptura, a análise fenomenológica era vista como primeiro passo para o objetivismo,²³ as estruturas objetivas possibilitariam a segunda *quebra*, rumo à teoria de prática, tendo como base não somente as estruturas objetivas, mas as condições de possibilidade de realização inscritas subjetivamente nelas. Com isso, seria possível conciliar os dois pólos de discussão das ciências sociais, agregando um grau de subjetividade na realização de estruturas objetivas.²⁴ O foco de descrição partiria das *regras* postuladas pelas estruturas para *estratégias* dos sujeitos. Tais *regras*, construídas a partir do *opus operatum*, careciam do poder de previsão, desde que eram produtos de uma realidade completamente realizada. Com a noção de *estratégia*, Bourdieu pretendia substituir a idéia de regras que governam e produzem condutas (*práticas*) por um modelo de exercícios sociais ligados à produção e efetivação de estratégias organizadas em quadro geral de disposições culturais, ao quais chama de *habitus*.²⁵

A passagem de regras para estratégias é feito pela reinserção do tempo, com seu ritmo, sua orientação e sua irreversibilidade, no esquema estrutural. A descrição objetiva, produto de uma realidade estanque, abstrai das relações o tempo, telegrafando as consequências ao exato momento da causa. Uma vez que o esquema de atitudes é congelado em um modelo, a noção do tempo se perde, assim como o sentido do hábito.

*“É então a prática, em seu aspecto mais específico, que é eliminada quando o esquema [de atitudes] é identificado com o modelo: necessidade retrospectiva torna-se necessidade prospectiva, o produto um projeto; e coisas que aconteceram e que não podem mais deixar de acontecer, tornam-se um futuro irresistível dos atos que as fizeram acontecer.”*²⁶

Uma vez que a possibilidade de regras mecânicas não necessariamente é aplicável, toda a lógica da prática é transformada. No tempo, a incerteza da concretização dos esquemas que, mesmo partindo de *habitus* correspondente, possibilita a produção de infinitas variações. Esse esquema atemporal, o “tempo da ciência”, como chama Bourdieu, que transporta o resultado imediatamente a sua causa e implica um ciclo mecânico e reversível de repetições, é especialmente pernicioso quando se debruça sobre atividades sociais em que o tempo, o atraso, o ritmo são essenciais para a significação das ações.²⁷

Compreendendo-se a lógica da prática, a troca de dádivas deixa de ser uma simples relação de comunicação, na qual a resposta é transportada imediatamente para junto da oferta. O intervalo entre as operações torna-se essencial; ele produz o sentido que será atribuído ao processo. É por meio do intervalo, do *timing* da resposta, que os indi-

vídus manifestam seus interesses e disputam por significações diferentes das estruturas estabelecidas. O tempo adiciona uma constante sensação de inédito, de singular ao processo e possibilita que estruturas antigas sejam preservadas acrescentando valores novos. A possibilidade gerada pela compreensão da parte ativa dos sujeitos envolvidos em ressignificar a situação proposta abre espaço para uma acepção política da operação de troca de dádivas, inimaginável dentro de uma análise estruturalista clássica, que reduziria todo o processo a uma função lingüística.

*“Reduzir para funções de comunicação – por meio do empréstimo de conceitos – fenômenos como a dialética do desafio e resposta e, mais genericamente, a troca de dádivas, palavras ou mulheres, é ignorar a ambivalência estrutural que os predispõe a cumprir uma função política de dominação dentro e através da performance da função comunicativa”.*²⁸

Assim, por meio do tempo de colocação das ações, se estabelece uma série de relações de poder e de dominação entre os envolvidos. Um presente recebido gera dependência que termina somente com a resposta apropriada. No entanto, os envolvidos estabelecerão a cadência do processo, a partir de suas próprias estratégias. Se a situação lhes for desfavorável, tentarão resolvê-la o mais rápido possível, o que nunca é de imediato, pois a resposta imediata é vista como rejeição. Quando lhes é interessante manter o clima de dúvida quanto à resposta, postergarão ao máximo – o que também não será indefinidamente, visto que a demora excessiva significaria recusa ou incapacidade de resposta – a fim de aproveitar a situação.

Dessa forma, são estabelecidos pela troca de dádivas laços, não apenas comunicativos, mas de dominação. Uma grande variedade de relações de dependência é criada por muitas possibilidades de significação das dádivas recebidas. Essa rede de relações proporciona os modos de dominação em sociedades nas quais essas condutas ainda não se encontram propriamente objetivadas. Com efeito, em tais sociedades, as relações de poder devem ser feitas, desfeitas e refeitas diretamente, pela relação entre as pessoas, carecendo de amparo estrutural que possibilitaria a reprodução impessoal das relações de dominação.²⁹

A necessidade de um equilíbrio nas trocas, constatada por Mauss, em suas três regras de funcionamento e visto como a totalidade inevitável do processo por Lévi-Strauss, pode ser quebrada, postergada ou alterada pelas conveniências; isto é, pelos arranjos e estratégias políticas dos envolvidos. A situação de débito, longe de ser uma situação a ser evitada ao máximo, ou mesmo inexistente na análise de Lévi-Strauss, torna-se uma situação que pode ter seu interesse para ambas as partes. Nas palavras de Gouldner:

“Nós deveríamos não somente buscar mecanismos que obriguem ou motivem os homens a cumprir suas obrigações e a pagar suas dívidas. Deveríamos também esperar encontrar mecanismos que induzam as pessoas a permanecer socialmente endividadas umas com as outras e que inibam o pagamento completo”.³⁰

Para aquele que não recebe sua devida resposta, resta o domínio, mesmo mágico, sobre o outro – única forma de fazê-lo em tais sociedades – gerando à sua volta uma *entourage* de seguidores ligados à sua pessoa por um elo que é visto como dependência mágica. Para o devedor, é uma forma de se ligar e entrar na proteção – também mágica – daquele ao qual está em débito.

Itens de prestígio, dádivas e poder na sociedade germânica

Uma vez que a troca de dádivas é o mecanismo de relações de dominação de uma sociedade - isto é, a partir de um contexto em que essas relações de dominação não estão devidamente objetivadas, constituídas em sistema de crença - a ampliação no fluxo de objetos de luxo e prestígio, sobretudo se for controlado por um estrato específico da comunidade, gera o fortalecimento e a ampliação das relações de dominação e o aumento significativo na complexidade do sistema. Dessa forma, a difusão de bens romanos dentro da *Germania* possibilita a determinados indivíduos produzirem relações desbalanceadas com o restante da comunidade, acumulando assim um poder até então desconhecido. Com isso, o padrão de trocas é alterado produzindo novo sistema de utilização de artigos de luxo culminando em novas relações e em novas modalidades de significação.

Inicialmente, as trocas de bens de prestígio acontecem na sociedade germânica basicamente entre os homens e os deuses. Artigos cotidianos, como refeições, pequenos presentes de manufatura local e mulheres, imagina-se, circulam amplamente entre as famílias (**kunja*³¹) e entre os clãs (**sebjô*); talvez atinjam mesmo níveis sociais mais altos. Os artigos de luxo, por sua vez, seguem caminho único, partindo das **kunja*, geralmente por meio do chefe da família, o **kununga*, e se dirigindo ao **peudana*, o chefe tribal, sendo por esse sacrificados aos deuses. A família do **peudana* se destaca das outras famílias, sobretudo, pelo controle dos caminhos do rito, expresso pela acumulação de itens sagrados usados em rituais que se tornam cada vez mais complexos, a fim de assegurar o controle.

Após o contato com os romanos, no entanto, observamos a mudança na utilização dos bens de prestígio, pela mudança sensível nos depósitos arqueológicos.

Os itens de prestígio saem das piras e sacrifícios e passam a ser encontrados em túmulos individuais, passando dessa forma a integrar o mercado de trocas simbólicas.³² Isso leva à concentração de bens nas mãos daqueles que souberam trazer para si o controle do acesso a esses bens e passa a usá-los como itens de prestígio.

De que forma esses itens chegavam à *Germania* é difícil de afirmar com certeza. Uma parte, provavelmente, foi trazida por trocas nas fronteiras, seja de produtos de consumo imediato, seja por escravos capturados nas guerras. A maior parte, no entanto, deve ter sido adquirida por trocas e presentes diplomáticos.³³ Feitos a embaixadores ou *príncipes*, que representam, na obra de Tácito, os **kununga* germânicos. A *Germania* de Tácito atesta a prática e a presença desses presentes entre os germanos, mesmo que falhe em atribuir-lhes qualquer valor.³⁴

De uma forma ou de outra, os bens de prestígio não chegam ao **peudana*, mas sim ao chefe dos **kunja*, das grandes famílias, o **kununga* - regularmente o chefe de guerra, comandando a família como exército, seja para enfrentar outras famílias, seja para guerra de defesa.³⁵ Também é ele que, ao menos desde a época de César, comanda os voluntários arregimentados na Assembléia (**benga*) para as expedições sazonais de saques.³⁶

O acúmulo desses bens proporcionam aos **kununga* a possibilidade de expandir a rede de influência que pode exercer. Em primeiro lugar, ele cria pela redistribuição dos saques como dádivas, um grupo de guerreiros *extra-*kunja*. Isto é, aos jovens de sua família que normalmente formariam a capacidade militar de cada família, o chefe acrescenta um novo grupo, uma espécie de parentes por adoção, composta por jovens de outras famílias que, atraídos pelo renome do **kununga*, se associam a ele em busca de uma oportunidade de se destacar e de realizar sua vocação guerreira; enfim, de receber uma fatia da glória do chefe. Na época de Tácito, esse agrupamento de jovens formando o que os alemães chamam de *Gefolgschaft* parece já estar claramente estabelecido. É muito provável que tenha tido sua origem em outra instituição, indo-europeia, que agrupa jovens guerreiros em sociedades semi-secretas, as chamadas *Männerbund*.³⁷ O quanto um substitui o outro, ou virá a substituí-lo, é difícil dizer. De qualquer forma, já na época de Tácito, os **kununga* não mais precisam de apelos na Assembléia para formar um exército e realizar expedições de combate.

A adição de poder de combate produzida pelo *comitatus* ao poder da família produz grande desequilíbrio nas relações intertribais, porquanto uma família específica pode dispor de mais guerreiros do que naturalmente obteria – i.e. àqueles jovens da família, sua força *natural*, eram acrescidos os recebidos de fora. Dessa forma, a família regida pelos **kununga* que souberam valer-se do contato com Roma torna-se dominante no contexto tribal. O poder acumulado pela distribuição da riqueza se faz

sentir mais real que no antigo poder simbólico/religioso dos antigos **peudana*.³⁸

Tal situação se confirma nos vestígios arqueológicos, particularmente nos anteriores ao ano 200. Os bens de prestígio são encontrados abundantemente em número muito restrito de sepulcros, conhecidos como tumbas principescas. Isso indica que, em nível comunitário, encontramos o padrão de uma única família dominante, exibindo altos níveis de riqueza, que controla os bens de luxo adquiridos dos romanos.³⁹

Com o passar dos anos, os **kununga* foram se tornando cada vez mais influentes dentro das suas comunidades, vertendo, graças a uma intrincada rede de relações – estabelecidas por meio de trocas desiguais – o interesse geral às suas necessidades. Uma vez que a capacidade de expansão de influência desse chefe chega ao limite, tendo eliminado ou submetido a oposição (outras casas, grupos etc.) a tendência natural levou a ampliar essas relações no contexto intra-tribal. Tais influências se chocaram, provocando uma grave crise no mundo germânico, reorganizando as antigas confederações, que haviam sido tecidas, geralmente, pelos antigos **peudana* sobre bases de uma comunidade de culto. Os romanos tomaram pouco conhecimento da amplitude dos movimentos; somente, da ressaça que chegou à praia, gerando as Guerras Marcomanas (161-180).⁴⁰

O quadro posterior ao ano 200 é muito diferenciado. Ao que parece, o novo modelo de dominação soube, durante os vastos conflitos dos anos anteriores, se fazer dominante; e novas confederações surgiram. Nesse momento temos os primeiros registros de povos como os francos e os alamanos. Observamos também a ascensão dos godos como povo autônomo e dominante.⁴¹ Esses novos povos, surgidos da confederação de várias nações, reorganizadas nesse período, têm como característica particular o centralismo político fundado sobre vasto mercado de bens de prestígio, ricamente alimentado pelas guerras e ávido de mais combates para manter seu crescimento constante.

Observamos o surgimento do novo padrão nos achados arqueológicos em sítios do período. O que parece ser constante é a forte concentração de riquezas e bens de prestígio romanos em número reduzido de centros, ao contrário daquilo que se observa nos períodos anteriores, quando a riqueza parecia distribuída de forma relativamente homogênea em diversos centros independentes. Em nível regional, observamos a formação de periferia composta de uma série de achados de menor porte, diretamente relacionados com o grande centro, atestando forte redistribuição por parte dos grandes **kununga*. Nas palavras de Lotte Hedeager, “eles [os bens de prestígio] são distribuídos entre número maior de pequenos chefes, pelo grande chefe, em troca de bens e serviços”.⁴²

Dessa forma, o poder do **kununga*, que antes se restringia ao controle privado dos assuntos domésticos, se expande por várias tribos formando novas con-

federações. Esse poder acaba por eclipsar o poder dos antigos **beudana*, que vão se tornando cada vez mais figuras simbólicas entre os germanos. Então, não mais temos o **kununga*, mas os reis que participaram das grandes invasões: os **kuning* dos francos, ou *cyning* dos saxões. O **beudana*, por sua vez, não deixou grandes marcas no vocabulário das línguas germânicas modernas.⁴³ O poder de dominação dos novos chefes foi construído com maestria no jogo das dádivas e na fortuita dominação do fluxo de artigos de luxo.

Conclusão

A alteração constatada, na disposição dos achados funerários, atesta o desenvolvimento experimentado no interior da sociedade germânica nos séculos que precederam as grandes invasões. Um grande número de itens de luxo romanos invadiu o mundo germânico e motivou uma série de reordenações internas, produzindo, por fim, nova configuração na sociedade da *Germania*.

Pela reavaliação dos conceitos antropológicos que sustentam as análises da utilização de bens nas sociedades tradicionais, é possível perceber a forma com que tais produtos assumem papel político de acumulação e reorganização do capital simbólico que vem, a longo prazo, a se impor em estruturas sociais mais duradouras.

Na sociedade germânica, esse processo levou à ascensão de um tipo de realeza sustentada por novos instrumentos de poder. A antiga chefia de poder sobretudo simbólico, originou-se no monopólio, tanto quanto frouxo de práticas religiosas, foi substituída por um novo poder sustentado em rede de dependência que produziu, como efeito, a acumulação de poderio militar sem precedentes.

A nova realeza elevou ao comando o chefe das grandes famílias, as **kunja*, que sempre foram o elo mais sólido das confederações de povos germânicos. A grande atribuição de poder a essa estrutura propicia a construção de linhagens reais sólidas, que possuíram os meios para se consolidar, em mito e lenda. Tais dinastias se tornaram, nos séculos IV-VI, o centro nervoso das novas confederações, e puderam desenvolver então um centralismo político inédito. Serão esses indivíduos que, em busca de um poder ainda maior, buscaram no do Cristianismo um novo caminho ideológico para sustentar o crescimento de seu poder.

Notas

¹ Faço minhas as críticas de Patrick Geary (GEARY, Patrick. Before France and Germany. New York: Oxford University Press, 1988 p. 42).

² DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses*. (tradução de The early growth of european economy. Warriors and Peasants from the seventh to the twelfth century. Por Elisa Pinto Ferreira. © Londres 1947) Lisboa: Ed. Estampa.1993. pp. 61-70. GOUREVITCH, Aron. *Les categories de la culture médiévale*. (tradução de KATEGORII SREDNEVEKOVOJ KUL'TURY, por Hélène Courtin e Nins Godneff) Paris: Gallimard. 1983 (© Moscou 1972) pp. 222-41.

³ Por exemplo, GEARY, P. Op. Cit. p.50 & HALSALL, Guy. Warfare and society in the barbarian west. London and New York: Routledge, 2003. p.36.

⁴ HEDEAGER, Lotte. *Empire, frontier and the barbarian hinterland: Rome and northern Europe from 1-400*. in: ROWLANDS,M; LARSEN,M. & KRISTIANSEN, K. *Center and periphery in the Ancient World Cambridge*. Cambridge University Press. 1987. 125-140, aqui, p. 130. a comparação com a Idade do Bronze, se faz com o modelo de Kristiansen para o norte da Europa, in: KRISTIANSEN, Kristian. *Value, ranking and consumption in the European Bronze Age*. In: MILLER,D.;ROWLANDS, M. & TILLEY,C. *Domination and resistance*. Oxford: Unwin Hyman,1989. pp.211-214.

⁵ Respectivamente: Germania XXI, XV & V e XV.

⁶ Germania XXI: “gostam de presentes, mas não esperam retribuição e sentem-se livres em recebê-los.”

⁷ “Com armas e ervas / amigos devem ser ganhos/ como podem ver/ aquele que dá e aquele que recebe/ serão sempre amigos/ caso encontrem-se pelo caminho”.

⁸ “Com seu amigo/ o homem deve sempre ser amigo/ e dar presente por presente/risada por risada/ ele aprende a dar/ e mais difícil se torna a mentira”.

⁹ “Aquele que dá generosamente/ uma boa vida leva/ e raramente passa por tristeza/ um homem rude/ é cuidadoso com tudo/ e só se separa de forma invejosa de seus presentes”.

¹⁰ “Não se necessita de grandes coisas/ dar a um homem/ agradeça pelas coisas pequenas/ com meio pão/ e meia taça/ conquistei várias vezes amigos valiosos”.

¹¹ MAUSS, Marcel. *Essai sur le Don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. Republicado em: Sociologie et anthropologie Paris: Presses Universitaires de France. 1968 pp.145-279. Admito que a análise que se segue é centrada na produção francesa. Uma análise voltada para a academia anglo-saxã se valeria sobretudo de MALINOWSKI. The argonauts of the western pacific, xxxx., que é de fato a obra pioneira no assunto e também dos trabalhos de THURNWALD, Richard. *Economics in primitive communities*. Oosterhout: Anthropological, 1969; esses, não obstante, perfilam-se particularmente entre as análises fenomenológicas.

¹² MAUSS, M. Op. Cit. pp.205-12.

¹³ *Ibid*. pp.160-1. “On comprend clairement et logiquement, dans ce système d'idées, qu'il faille rendre à autrui ce qui est au réalité parcelle de sa nature et substance; car, accepter quelque chose de quelqu'un, c'est accepter quelque chose de son essence spirituelle, de son âme; la conservation de cette chose serait dangereuse et mortelle et cela non pas simplement parce qu'elle serait illícite, mais aussi parce que cette chose qui vient de la personne, non seulement moralement, mais physiquement et spirituellement (...) donnent prise magique et religieuse sur vous.”

¹⁴ *Ibid* p.274.

¹⁵ Sobre as críticas de Claude Lévi-Strauss a Mauss ver a introdução deste na obra coletânea *Sociologie et anthropologie*: LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introduction” in: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie* Paris: Presses Universitaires de France. 1968 pp. ix-iii., particularmente.

¹⁶ LÉVI-STRAUSS, C. *Op. Cit.* “c’est la forme consciente sous laquelle des hommes d’une société déterminée, où le problème avait une importance particulière, ont appréhendé une nécessité inconsciente don’t la raison est ailleurs.”

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris/La Haye: Mouton & Co. 1971. p. 63.

²⁰ *Ibid.* p. 72.

²¹ BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d’une théorie de la pratique*. Genebra. 1972, tradução inglesa: *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1979. p.3.

²² *Ibid.* pp.1-3.

²³ LÉVI-STRAUSS, C. “Introduction” in: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d’une théorie de la pratique*. Genebra. 1972, tradução inglesa: *Outline of a theory of practice*. pp. 3-4.

²⁵ *Ibid* pp. 14-15, cf. interpretação de JENKINS, Richard. *Pierre Bourdieu*. London: Routledge, 1992. p. 39. Sobre o conceito de *habitus* ver BOURDIEU, P. *Op. Cit.* pp. 78-96. também BOURDIEU, Pierre. *A gênese do conceito de Habitus e de campo*. Republicado em BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989 pp. 59-73, particularmente pp. 60-2.

²⁶ BOURDIEU, P. *Esquisse d’une théorie de la pratique*. pp.8-9: “It is therefore practice, in its most specific aspect, which is annihilated when the scheme is identified with the model: retrospective necessity becomes prospective necessity, the product a project; and things which have happened, and can no longer not happen, become the irresistible future of the acts which made them happen.”

²⁷ *Ibid* p. 9.

²⁸ BOURDIEU, P. *Esquisse d’une théorie de la pratique* p. 14: “To reduce to the function of communication – albeit by the transfer of borrowed concepts – phenomena such as the dialectic of challenge and riposte and, more generally, the exchange of gifts, words, or women, is to ignore the structural ambivalence which predisposes them to fulfill a political function of domination in and through performance of the communication function.”

²⁹ *Ibid.* p.184.

³⁰ GOULDNER, Alvin W. The norm of reciprocity: a preliminary statement. In: *American Sociological Review*. Volume 25 nº 2 April 1960. pp.161-78, aqui p. 175: “... we should not only look for mechanisms which constrain or motivate men to do their duty and to pay off their debts. We should also expect to find mechanisms which induce people to remain socially indebted to each other and which inhibit their complete repayment.”

³¹ Os nomes dados pelos germanos para suas instituições, sobretudo nesse período, são uma incógnita. Os raros relatos romanos pouco nos fornecem. A literatura tem utilizado, normalmente, os termos góticos da Bíblia de Úlfila, como *thiudans* ou *reiks*, mas preferi me valer de termos gerados pela filologia. Esses, supostamente, seriam próximos ao germânico comum, falado na época. Os termos são hipotéticos, visto que não existem fontes escritas, mas ao menos facilitam evitar o anacronismo que a utilização de termos posteriores pode levar.

³² HEDEAGER, L. *Op. Cit.* p. 130. Nisto, parece ter sido retomado um padrão de desenvolvimento identificável já na Idade de Bronze Cf. KRISTIANSEN, Kristian. Value, ranking and consumption in the European Bronze Age. In: MILLER, D.; ROWLANDS, M. & TILLEY, C. *Domination and resistance*. Oxford: Unwin Hyman, 1989. pp.211-214 – particularmente pp.211-3.

³³ GEARY, P. *Op. Cit.* p. 58.

³⁴ *Germania*, V.

³⁵ O termo posterior *fara* parece exprimir essa faceta da família. É termo nebuloso que emerge somente em fontes bastante posteriores referentes aos lombardos (em textos historiográficas, toponímia e códigos jurídicos), na toponímia franca na Gália conquistada (como *Fère-Champenoise*, *La Fère*), entre os *faramanni* burgúndios. O termo, definido por Paulo Diácono, se refere à **sebjô* (*Historia langobardorum* II, 9. *Faras, hoc est generationes vel líneas*). Posteriormente o mesmo autor o utiliza como célula fundamental do exército, o que é confirmado no *Edito de Rotário*. [MUSSET, Lucien. *Les invasions: le second assaut contre l' europe chretienne, viie-xie sie cles*. Paris: Presses Univ France, 1965. pp.237-8] A confusão pode indicar a estreita vinculação da linhagem com a composição, ao menos inicial, do exército. O quanto o *fara* corresponde às *centeni*, as *Hundertschaften* dos historiadores alemães, é difícil dizer. A divisão em centenas já é atestada por Tácito e parece tratar-se então de um costume antigo. Tácito afirma (*Germania*, VI) que *centeni*, que antes fora número, atualmente é apenas nome e título honorífico: “*et quod primo numerus fuit, iam nomen et honor est.*” Segundo o autor, cada *pagus* forneceria uma centena. Mesmo que *pagus* se refira sobretudo a uma divisão geográfica, a assimilação à linhagem não parece muito forçada. No entanto, resta especulativa.

³⁶ César, *De Bello Gallico* VI, 23.7.

³⁷ Trata-se de um grupo de fidelidade juramentada, cujo acesso se faz por um rito de iniciação. Estrutura semelhante ao *Fóstbræðralag* escandinavo.

³⁸ Vale ressaltar que essa nova organização política da comunidade se faz por instituições, não por indivíduos ou famílias. É muito provável que as mesmas famílias reais, que haviam exercido o poder por meio dos **peudana*, tenha produzido os **kununga*. A mudança não atingiu, necessariamente, mas possivelmente, as trajetórias particulares; mas sim as bases em que o poder de determinadas famílias estavam plantadas.

³⁹ HEDEAGER, L. *Op. Cit.* p.130.

⁴⁰ Tenho que concordar com a tese de Geary, P. (*Op. Cit.* p. 59) e de Hummer, H (HUMMER, H. The Fluidity of Barbaric Identity: The Ethnogenesis of Alemanni and Suebi AD 200-500. in *Early Medieval Europe*. 1998: 7 (I) pp. 1-27, no caso p.2) de que as Guerras Marcomanas são melhor compreendidas como resultado de um processo de diferenciação social e de divisão da sociedade germânica em facções pro e anti-romanas, que levou à reorganização do mundo germânico como um todo, do que o contrário, que essa divisão resultaria da guerra.

⁴¹ Sobre a etnogênese dos godos, ver: WOLFRAM, Herwig. *The roman empire and its germanic people*. (tradução de *Das Reich und die Germanen*, por Thomas Dunlap.) Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997 pp. 39-43.

⁴² HEDEAGER, L. *Op. Cit.* pp.130-1.: “ (...) *they are distributed to a wider range of petty chiefs by the paramount chief in exchange for goods and services.*”

⁴³ Vale lembrar, no entanto que, para os germanos orientais, os godos sobretudo, o desenvolvimento foi díspar. O **peudana* parece ter mantido certo poder por bastante tempo e, mesmo no século IV, ainda existe, ao menos como instituição, um *thiudans*. Ao que tudo indica, o oeste, região de maior contato com os romanos teve, nos choques constantes com esses, um catalisador que proporcionou a aceleração do processo. *il faille rendre à autrui ce qui est au réalité parcelle de sa nature et substance; car, accepter quelque chose de quelqu'un, c'est accepter quelque chose de son essence spirituelle, de son âme; la conservation de cette chose serait dangereuse et mortelle et cela non pas simplement parce qu'elle serait illicite, mais aussi parce que cette chose qui vient de la personne, non seulement moralement, mais physiquement et spirituellement (...) donnent prise magique et religieuse sur vous.*”

Referências

Fontes Primárias

Caesar, *De bello gallico: Commentarii de bello gallico* ed. Otto Seel, Leipzig 1961.

Disponível em: Biblioteca Augustana http://www.fhaugsburg.de/~harsch/Chronologia/Lsante01/Caesar/cae_bg00.html (acessado em 06 de julho de 2005).

Tácito, *Germania: Cornelii Taciti de vita Iulii Agricolaе, de origine et moribus germanorum*. Edited by J.H. Sleeman. Cambridge: University Press. 1939.

Hávamál, a partir da edição de 1867 do *Saemundar Edda*, disponível em: <http://text.eld.no/> (acessado em 06 de julho de 2005).

Paulus Diaconus, *Historia langobardorum* ed. Georg Waitz, MGH SS rerum Langobardicarum, Hannover 1878 pp. 12-187. Disponível em: <http://www.oeaw.ac.at/gema/lango%20paulus.htm> (acessado em 06 de julho de 2005).

Fontes secundárias

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice* (tradução de *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Por Richard Nice; © Genebra. 1972) Cambridge: University Press. 1977.

_____. A gênese do conceito de *habitus* e de campo. Republicado em BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989 pp. 59-73.

DUBY, Georges. Guerreiros e camponeses. (tradução de *The early growth of european economy. Warriors andpeasants from the seventh to the twelfth*

- century. Por Elisa Pinto Ferreira. © Londres 1947) Lisboa: Ed. Estampa. 1993.
- GEARY, Patrick. *Before France and Germany*. New York: Oxford University Press, 1988.
- GOULDNER, Alvin W. The Norm of Reciprocity: a Preliminary Statement. In: *American Sociological Review*. Volume 25 n° 2 April 1960. pp. 161-78.
- GOUREVITCH, Aron. *Les catégories de la culture médiévale*. (tradução de KATEGORII SREDNEVEKOVOJ KUL'TURY, por Hélène Courtin e Nins Godneff © Moscou 1972) Paris: Gallimard. 1983.
- HALSALL, Guy *Warfare and society in the barbarian west*. London and New York: Routledge, 2003.
- HEDEAGER, Lotte. Empire, frontier and the barbarian hinterland: Rome and northern Europe from 1-400. in: ROWLANDS, M.; LARSEN, M. & KRISTIANSEN, K. *Center and periphery in the ancient world* Cambridge: Cambridge University Press. 1987. pp. 125-140.
- HUMMER, H. The fluidity of barbaric identity: The ethnogenesis of alemanni and suebi AD 200-500. in: *Early medieval Europe*. 1998: 7 (1) pp. 1-27.
- JENKINS, Richard. *Pierre Bourdieu*. London: Routledge, 1992.
- KRISTIANSEN, Kristian. Value, ranking and consumption in the european bronze age. In: MILLER, D.; ROWLANDS, M. & TILLEY, C. *Domination and resistance*. Oxford: Unwin Hyman, 1989. pp. 211-214.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Introduction" in: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie* Paris: Presses Universitaires de France. 1968 pp. ix-lii.
- _____. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris/La Haye: Mouton & Co. 1971.
- MAUSS, Marcel. Essai sur le Don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. Republicado em: *Sociologie et anthropologie* Paris: Presses Universitaires de France. 1968 pp. 145-279.
- MUSSET, Lucien. *Les invasions: le second assaut contre l'Europe chrétienne, viième siècle*. Paris: Presses Univ France, 1965.
- WOLFRAM, Herwig. *The roman empire and its germanic people*. (tradução de *Das reich und die germanen*, por Thomas Dunlap.) Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.

Resumo

A circulação de dádivas entre os povos germanos é fato já amplamente aceito, assim como sua assimilação com processos semelhantes nas restantes sociedades tradicionais. Este artigo pretende, em primeiro lugar, reavaliar os instrumentos an-

tropológicos utilizados até então, para compreender esse processo. Em segundo lugar, pretende, por um referencial teórico renovado, compreender o impacto que a circulação de dádivas teve para a formação da sociedade germânica; em especial, para o estabelecimento de uma nova forma de realeza, no período que vai dos primeiros contatos com os romanos até a aurora das Grandes Invasões.

Palavras-chave: Sociedade germânica antiga; Teoria antropológica; Realeza medieval.

Abstract

The circulation of political gifts among german peoples is a widely accepted fact as it is its assimilation with similar processes in other traditional societies. This article intends, at first, to reassess the anthropological instrument used to understand such process. Secondly, it intends, through a renewed theoretical reference, understand the impact that the circulation of political gifts on the formation of the german society, particularly to the establishment of a new form of kingdom, in the period extending from the first contacts with the Romans to the dawn of the Great Invasions.

Key words: Ancient german society; Anthropological theory; Medieval kingdom.

Resumen

La circulación de dadivas entre los pueblos germanos es un hecho ya grandemente aceptado, así como su asimilación con semejantes procesos en las demás sociedades tradicionales. Este artículo intenta, en primer lugar, reevaluar los instrumentos antropológicos empleados hasta entonces para comprender dicho proceso. En segundo lugar, intenta, por medio de un referencial teórico revigorado, comprender el impacto que la circulación de dadivas ha tenido para la formación de la sociedad germanica, en especial para el establecimiento de una nueva forma de realeza en el periodo comprendido entre los primeros contactos con los romanos hasta la aurora de las grandes invasiones.

Palabras clave: Sociedade germanica antigua; Teoria antropológica; Realeza medieval.

INFORMAÇÃO

Marcelo Antonio Lisboa Cordeiro

Mestre em Administração UFPR.

Professor da UPIS e da UCB.

Leonardo Lisboa Pereira

Mestre em Administração UFPR.

Professor da UNIVEL.

A administração estratégica e a nova visão baseada em competência

Introdução

No variado leque da ampla literatura gerencial, o campo da administração estratégica sobressai como área especializada no estudo da questão central das diferenças de desempenho entre as empresas. A essência dessa divergência e, conseqüentemente, da competição entre as empresas pelo alto desempenho, em conjunto com todas as implicações gerenciais, intriga e divide pesquisadores.

Na tentativa de buscar uma explicação da empresa e de sua capacidade de competição, é cunhado constantemente o termo “vantagem competitiva sustentável” que, explicado superficialmente, significa a manutenção da superioridade dos bens e/ou serviços de uma empresa em relação a um grupo de concorrentes. Tal superioridade se concretiza frente a um grupo de consumidores finais ou organizacionais, seja pela diferenciação, seja por liderança nos custos ou, se possível, em virtude de ótima combinação de diferenciação e baixo custo (Montgomery e Porter, 1998).

Interessante observar que o aparente consenso quanto à importância do posicionamento nos mercados desaparece quando o assunto são as fontes desse posicionamento. Em essência, dois amplos debates vêm marcando o conflito dentro da literatura da administração estratégica. O primeiro diz respeito ao embate que envolve o planejamento *versus* a emergência na formação de estratégias, enquanto o segundo apresenta a questão da importância da indústria ou do ambiente externo da empresa em relação aos seus recursos internos (Whittington, 2002).

No primeiro debate, a essência do conflito parece ser o gerenciamento da empresa, mais precisamente se esse deve ser dirigido e racionalmente deliberado, ou se deve ser delegado, subordinado à experiência do dia-a-dia empresarial, em uma lógica de geração e uso contínuos e reiterados da aprendizagem e do conhecimento.

No segundo tipo de debate, é a própria maneira de representação da empresa que se apresenta como ponto de discussão. Os defensores da importância da indústria enfatizam que a empresa se configura como uma cadeia de valor ou um sistema de atividades que se posiciona em ambiente maior, os que defendem a

importância dos recursos visualizam a empresa como aglomerado de elementos humanos, financeiros, físicos e de conhecimento que, se bem combinados, podem impor um destacado posicionamento no ambiente. Essas correntes opostas de pensamento são conhecidas, respectivamente, como “Sistema de atividades” e “Visão baseada nos recursos” (Ghemawat e Pisano, 2000).

Na tentativa de aprofundar a questão da descrição do fenômeno empresa, a proposta deste artigo é apresentar essas duas tradicionais e conflitantes visões encontradas no campo da administração estratégica e confrontá-las frente a uma terceira e nova visão: a “Visão baseada em competência”. Essa nova percepção também possui maneira particular de analisar a empresa e, apesar de apenas recentemente ter sido desenvolvida, vem ganhando destaque em cenários internacionais e já conta com relativamente sólido e difundido arcabouço teórico.

Essencialmente, são dois os objetivos pretendidos no presente ensaio: revisar e debater as teorias da empresa, aplicando-lhes certos critérios de validade, e contribuir para a difusão de nova avaliação ou corrente de estudo, que possa ser utilizada e testada no meio acadêmico de Administração, no Brasil.

Após essa breve introdução, são apresentadas as duas visões tradicionais da empresa, seguidas então pela descrição da teoria entrante. O artigo prossegue com apreciação crítica dos cenários, em que são debatidas suas capacidades explicativas. Na finalização, são apresentados comentários sobre as perspectivas e vantagens de a Visão baseada em competência ganhar destaque nos estudos acadêmicos no Brasil, de maneira a enriquecer a prática e o arcabouço teórico pertinente ao campo da administração estratégica.

1 - As visões tradicionais da administração estratégica

1.1 O Paradigma SCP e o “Sistema de Atividades”

Inicialmente denominada paradigma SCP (*structure-conduct-performance*), essa corrente de pensamento defende que o desempenho de uma empresa é resultante da forma com que lida com a estrutura de sua indústria. A estrutura da indústria traz consigo atributos que definem o desempenho das empresas, entre os quais se destacam: (1) o nível de concentração; (2) o nível de diferenciação dos produtos e (3) as barreiras de entrada. Assim, quanto mais diferenciada, concentrada e de difícil entrada for a indústria, maior o desempenho de suas empresas.

Dentro do paradigma SCP, destacam-se os trabalhos de Porter (1982; 1986), que apresentam a estrutura da indústria como sendo compostas por cinco forças básicas: (1) a intensidade de rivalidade entre os concorrentes, (2) a ameaça de

entrada de novos concorrentes, (3) a ameaça de produtos substitutos, (4) o poder de barganha de fornecedores e (5) o poder de barganha de consumidores. Porter (1986) enfatiza que a lucratividade de uma empresa depende desse conjunto de forças que regem sua indústria e da maneira com que lida com essas forças. O papel do estrategista seria o de lidar com as causas básicas dessas forças, posicionando a empresa de tal modo que suas capacitações lhe permitam se defender, influenciar o equilíbrio e/ou antecipar e responder às mudanças de tais forças, de forma a obter desempenho superior, até que o equilíbrio volte.

No paradigma SCP, a essência do bom desempenho continua sendo o que a abordagem clássica do planejamento estratégico prescreve: adequar efetivamente o que a empresa pode fazer, que envolve análise interna, com o que a empresa deve fazer, que envolve análise externa. Porém, a grande peculiaridade dessa corrente de pensamento é que a organização e seu ambiente foram descritos. O ambiente empresarial é determinado “pela indústria e por seu meio competitivo mais amplo” (Porter, 1986, p. 17), enquanto a organização fica representada pela “cadeia de valor”, que corresponde ao conjunto de atividades que ela executa, desde sua logística externa até seu serviço pós-venda.

Em trabalho posterior, Porter (1996) amplia e aperfeiçoa seu conceito de cadeia de valor, explicando com clareza como as atividades empresariais estão no centro da vantagem competitiva. Nesse momento, o autor cunha o termo “sistema de atividades”, afirmando que a vantagem competitiva sustentável é resultante de todas as atividades que uma empresa desenvolve para criar, produzir, vender e levar ao consumidor seus produtos e serviços. Tanto a vantagem quanto a desvantagem competitiva dependem de todo o conjunto das atividades da empresa e não apenas de algumas poucas ou centrais.

Porter (1996) defende que, para ser realmente superior, a empresa deve apresentar efetividade operacional e posicionamento estratégico, sendo tarefa essencial distinguir os dois conceitos. Enquanto a efetividade operacional significa desempenhar atividades similares melhor do que os rivais, o posicionamento estratégico é o desempenho de ações diferentes ou de atividades similares de diversas maneiras. A efetividade operacional é necessária, mas não suficiente, pois deve ser acompanhada do posicionamento estratégico.

Uma posição estratégica se origina de três diferentes fontes, ou seja, três escolhas distintas que uma empresa faz, as quais freqüentemente se encontram sobrepostas: a variedade de produtos e serviços comercializados, as necessidades dos consumidores que devem ser satisfeitas e o acesso a consumidores. Evidentemente, cada uma dessas fontes de posicionamento envolve escolhas sobre ativi-

dades. Assim, uma estratégia pode ser vista como “a criação de uma única e valiosa posição, envolvendo um diferente grupo de atividades” (Porter, 1996, p. 68).

Porter (1996) também defende que apenas tomar decisões sobre a posição não é o suficiente. Afinal, os concorrentes podem se reposicionar na direção dessa mesma postura ou incluir os benefícios de tal procedimento em suas posições atuais (por inclusão de produtos, serviços ou tecnologias em suas atividades presentes). A efetiva estratégia sustentará a vantagem competitiva apenas se evitar esse tipo de manobra.

Mas, como a estratégia pode evitar a cópia e a imitação? Para Porter (1996), a resposta envolve a possibilidade de a estratégia apresentar *trade-offs*. *Trade-offs* são trocas, escolhas que a empresa deve fazer entre atividades incompatíveis. Em outras palavras, se a empresa adota estratégia na qual ela teve que seguir por determinados caminhos, abandonando outros, ela está se protegendo da imitação.

Os *trade-offs* surgem por três razões. A primeira razão envolve a imagem e a reputação da empresa, as quais, além de dispendiosas para serem modificadas, podem ser afetadas de maneira nociva, se começarem a apresentar posicionamentos inconsistentes um com o outro. A segunda e mais importante razão é que atividades diferentes são exigidas para situações também divergentes. Não apenas posições diferentes exigem configurações distintas de produtos e recursos, como a produtividade será afetada se determinadas atividades não forem limitadas e bem definidas. Por fim, *trade-offs* aparecem devido às limitações de controle e coordenação. As prioridades da empresa para gerentes e empregados se apresentarão “turvas”, se a empresa desejar ser “tudo para todos”.

Vale observar que, dentro da busca da efetividade operacional, parece não existir o *trade-off* entre custo e qualidade, ou seja, é possível aumentar os dois, até limite máximo. Porém, na estratégia, o *trade-off* se torna real, fazendo com que as empresas tenham que escolher entre níveis de um e de outro.

Assim, todo o conjunto de atividades que a empresa desempenha é responsável por sua vantagem competitiva e pela sustentabilidade de tal vantagem. Os concorrentes podem até copiar um desempenho e outro, mas terão muito mais dificuldade de descobrir, de ler e de replicar as origens da vantagem competitiva, se ela se encontrar diluída em tudo o que a organização faz. Ou seja, a interconectividade de esforços protege a empresa da imitação.

Uma consequência dessa visão está em que o posicionamento estratégico, para ser efetivo, deve contar com horizonte de tempo relativamente longo, porquanto as atividades devem ser constantemente reforçadas, assim como os seus alinhamentos. Pensando dessa forma, percebe-se o porquê da dificuldade de ma-

nobras de reposicionamento. “Uma escolha empresarial por uma nova posição deve ser dirigida pela habilidade de se encontrarem novos *trade-offs* e potencializar um novo sistema de atividades complementares dentro de uma vantagem sustentável” (Porter, 1996, p.78).

1.2 A visão baseada nos recursos

A visão baseada nos recursos visualiza a empresa como um leque de recursos encapsulados. Recursos ou capacidades são todos os atributos de uma empresa que lhe possibilitam conceber e implementar estratégias ou, em outras palavras, tudo aquilo que ela utiliza para desenvolver, fabricar e entregar produtos ou serviços para seus consumidores (Barney e Hesterly, 1997; Barney, 1995). Tais recursos ou capacidades são categorizados em recursos financeiros, físicos, humanos ou organizacionais.

“Os recursos financeiros incluem débitos, equidades, ganhos retidos e similares. Recursos físicos incluem as máquinas, infra-estrutura de manufaturas e construções utilizadas pelas empresas em suas operações. Recursos humanos incluem toda a experiência, conhecimento, julgamento, propensão ao risco e visão de indivíduos associados com a empresa. Recursos organizacionais incluem a história, relacionamentos, habilidade e cultura organizacional que são atributos dos grupos de indivíduos associados com a empresa, ao longo de uma estrutura formal de comunicação, explícitos sistemas de controles gerenciais e políticas de compensação” (Barney, 1995, p.50).

A visão baseada nos recursos é construída a partir de dois pressupostos fundamentais: (1) os recursos podem variar significativamente entre as empresas (pressuposto da heterogeneidade) e (2) as diferenças podem ser estáveis (pressuposto da imobilidade dos recursos). Interessante observar que esses dois pressupostos se afastam do que é enfatizado na teoria neoclássica de competição, para a qual as empresas são idênticas e que qualquer diferença em seus recursos, que venha a emergir rapidamente, será destruída, pois as outras empresas irão adquirir ou desenvolver recursos similares.

De acordo com a visão baseada nos recursos, nem todas as empresas irão apresentar diferenças significativas ao longo do tempo. Porém, diferença pode existir e ser sustentada, não apenas devido às barreiras, mas também aos atributos de alguns recursos.

Ao desenvolver seus pressupostos básicos, essa abordagem conclui que a vantagem competitiva é resultante do domínio de recursos valiosos, raros e de difícil imitação e/ou substituição. O recurso é valioso quando capacita a empresa à exploração de oportunidades e/ou à neutralização de ameaças; é raro se não for também controlado pelos principais rivais; por fim, é considerado de difícil imitação ou substituição se os principais concorrentes não conseguem adquirir ou desenvolver, por custos similares, esse ou qualquer recurso que o substitua.

Talvez o principal destaque da visão baseada nos recursos seja o fato de ela colocar, no centro do processo de competição, a inovação. Uma vantagem nos recursos permite posicionamento privilegiado no mercado, o que permite desempenho superior (Hunt e Morgan, 1995). Dessa maneira, a competição capitalista pode ser vista como busca permanente de recursos valiosos, raros e de difícil imitação e/ou substituição, que pode ser percebida como processo de inovação.

“Competição, então, consiste em constante batalha entre as empresas por uma vantagem comparativa nos recursos que irá produzir uma posição de vantagem competitiva e, desta maneira, desempenho financeiro superior. Uma vez que a vantagem comparativa nos recursos de uma empresa capacita a ela alcançar desempenho superior através de uma posição de vantagem competitiva em algum segmento de mercado ou em alguns segmentos, competidores tentarão neutralizar e/ou superar a vantagem da firma através de aquisição, imitação, substituição ou maior inovação” (Hunt e Morgan, 1995, p.8).

Assim, quando uma empresa imita ou substitui os recursos de outra, ela está inovando. Às vezes, a empresa descobre novo recurso que não apenas se equipara ao de seu concorrente, mas se mostra superior, fato que pode ser denominado de “maior inovação”.

Mas, o que faz um recurso ser de difícil imitação e/ou substituição? Para Barney e Hesterly (1997) há três principais razões para determinados recursos serem de difícil imitação e/ou substituição: a história única da empresa, a ambigüidade causal e a complexidade social de alguns recursos.

Algumas vezes, certos recursos são desenvolvidos devido ao caminho único trilhado por uma empresa, durante sua história. Em outras palavras, uma única série de eventos pode ter levado a empresa a desenvolver determinados recursos, os quais, hoje, são mais difíceis e/ou caros de serem desenvolvidos. “História é um processo linear. Uma vez esta dota poucas empresas com especiais recursos e

capacidades; empresas sem esses recursos e capacidades estão em face de uma custosa imitação” (Barney e Hesterly, 1997, p. 134).

A ambigüidade causal representa a dificuldade que os competidores possuem em saber, exatamente, qual é a razão de uma empresa apresentar desempenho superior. Sem conhecer a razão da superioridade, os concorrentes não saberão quais recursos deverão ser adquiridos, imitados ou substituídos. Tal fato existirá sempre que houver duas ou mais hipóteses rivais, que não podem ser testadas.

Recursos podem também apresentar alta complexidade social. Exemplos deles são a cultura organizacional, os times de trabalho e a reputação face aos consumidores e aos fornecedores. Esses modelos podem ser identificados, mas não são facilmente gerenciados ou modificados.

Além da complexidade social e da história da empresa, Barney (1995) destaca, ainda, que a sustentabilidade da superioridade de determinados recursos também pode originar-se de inúmeras pequenas opções. Uma seqüência de insignificantes deliberações origina determinado caminho de desenvolvimento de recursos difícil de ser traçado. Grandes decisões são mais fáceis de descrever, mais óbvias, enquanto pequenas resoluções são mais “invisíveis”.

Hunt e Morgan (1995) defendem que fatores internos e externos à empresa podem transformar o recurso em não-recurso (que não oferece valor aos consumidores) e até mesmo transformá-lo em contra-recurso (que impede a oferta de valor para os consumidores). Para os referidos autores, os fatores internos são a falha no reinvestimento, a presença de ambigüidade causal (quando a empresa perde a compreensão de suas próprias fontes de riqueza) e a falha na adaptação (um recurso pode se mostrar valioso em uma época, e contra-recurso, em outra). Os fatores externos que dissipam, atrofiam ou desperdiçam a vantagem dos meios são as possíveis ações de consumidores, concorrentes e governos.

As reações por parte de competidores dependem das características da oferta no mercado, das soluções relacionadas com a oferta e dos recursos dos competidores. Aqui se destaca o papel da ambigüidade, que pode ser de dois tipos: a) em relação à oferta em si; b) em relação aos recursos que estão por trás da oferta. Os competidores podem ter dificuldade em definir o que os consumidores mais valorizam em determinada oferta e, se isso for alcançado, é possível surgir embaraço quanto a determinar os recursos que permitam a oferta mais valiosa.

Em relação às características dos recursos em si, para Hunt e Morgan (1995), quanto mais imóveis, complexos, interconectados, dotados de eficiência de massa, tácitos e dotados de deseconomias pela compressão do tempo, mais difícil será a aquisição, imitação e/ou substituição por parte dos concorrentes. Imóveis são

recursos que não podem ser comprados facilmente no mercado. São muitas vezes intangíveis. Complexos são os que envolvem a combinação de vários tipos de recursos. Interconectados são os que possuem componentes críticos aos quais os concorrentes podem não ter acesso. Dotados de eficiência de massa são os que dependem de certo volume de produção para serem desenvolvidos. Os recursos tácitos compreendem habilidades não codificáveis, que devem ser aprendidas na prática, não podendo ser compradas. Por fim, o recurso será dotado de deseconomias pela compressão do tempo se, por sua natureza, demanda algum tempo até que seja desenvolvido.

Todos esses fatores contribuem para a sustentabilidade da vantagem nos recursos da empresa.

2 - A visão baseada em competência

A visão baseada em competência (*competence-based perspective*) vem sendo desenvolvida por uma rede de pesquisadores e praticantes de Administração Estratégica, predominantemente européia, de países como a Dinamarca, Bélgica, Alemanha e Inglaterra. O resultado desse trabalho está, completo, em Sanchez e Heene (2004).

De acordo com essa visão, a organização representa um leque de atores que, de maneira interdependente, interagem para perseguir objetivos de criação e distribuição de valor. Na realidade, as organizações também podem ser vistas como “sistemas abertos de recursos e fluxos de recursos que são utilizados e coordenados em processos de criação de valor” (Sanchez e Heene, 2004, p. 40). A Figura 1, abaixo, apresenta os elementos sistêmicos essenciais da empresa e suas respectivas interações.

A lógica estratégica é a parte vital de tal sistema, representando a racionalidade operativa do uso coordenado de recursos para o alcance dos objetivos empresariais. É papel dos administradores estratégicos o desenho e a implementação dessa lógica estratégica, que pode ser interpretada como idéias compartilhadas sobre a natureza da empresa, como os recursos necessários, os meios de coordenação e a principal maneira pela qual o valor será criado e distribuído aos principais *stakeholders*. Esse conceito central será melhor desenvolvido logo adiante.

O processo gerencial representa todos os processos que são usados pela empresa para obter e empregar os recursos utilizados em suas atividades. Incluem a obtenção e a interpretação de dados internos e externos, a tomada de decisão na aquisição, no acesso ou na retirada de recursos, a especificação das atividades que

se utilizam desses recursos, a criação e a implementação de políticas, procedimentos, planos e orçamentos para coordenar atividades e a definição de objetivos, medidas de desempenho e distribuição de recompensas para os provedores de recursos ou *stakeholders*.

Figura 1: Modelo de organização enquanto sistema aberto de recursos

Fonte: Adaptado de Sanchez e Heene, p. 5, 2004

Pelo processo gerencial, a empresa adquire, acessa e utiliza recursos intangíveis, como conhecimento e marcas, e recursos tangíveis, como equipamentos e propriedades. É importante aqui a percepção de que existe uma competição nos mercados de recursos, em que a empresa necessita de superioridade na atração de recursos para as suas atividades de criação de valor. Essas atividades de criação e distribuição de valor são representadas, na Figura 1, pelas operações, que podem ser desmembradas na criação da oferta da empresa, na sua realização e no desenvolvimento da relação com *stakeholders*. Por sua vez, essas operações permitirão a saída de ofertas de produtos, as quais encontrarão, nos mercados de produtos, ofertas semelhantes de organizações concorrentes.

A representação da empresa também apresenta *feedback*, para permitir a manutenção do fluxo, tais como receitas e informações internas e de mercado, que mostram a utilização de recursos e o desempenho das atividades.

Dessa maneira, a competição ocorre entre empresas que possuem diferentes lógicas estratégicas e configurações de recursos e atividades em seus processos de criação e distribuição de valor. Nesse movimento competitivo, são de importância essencial os conceitos de Competência Organizacional, Manutenção de Competência, Construção de Competência e Alavancagem de Competência. A “Competência Organizacional é a habilidade que uma empresa possui de sustentar empregos coordenados de recursos em modos que permitam que a empresa alcance seus objetivos” (Sanchez e Heene, p. 7, 2004).

A competência organizacional é obtida quando o processo gerencial, intencionalmente, emprega os recursos na direção dos objetivos organizacionais, com base em articulada lógica estratégica. Para isso, a empresa deve, simultaneamente, manter, construir e alavancar competências. A construção de competência ocorre quando a empresa cria ou acessa novos tipos de recursos ou desenvolve novas habilidades para coordenar novos ou atuais recursos, criando assim aquilo que é normalmente denominado de “Opções Estratégicas”. Para manter essas opções, a empresa pode continuamente adaptar e melhorar seus usos coordenados de recursos, empreendendo assim a Manutenção de Competência. O exercício de uma ou mais opções estratégicas atuais representa a Alavancagem de Competência, na qual não há mudanças qualitativas significantes na natureza dos recursos utilizados ou nas maneiras de coordenação dos recursos da empresa.

Marroney e Sanchez (1997) destacam que esse movimento de construção e de alavancagem de competências é resposta ao dinamismo do processo de competição, que exige constantemente que a natureza e o uso dos recursos sejam modificados devido às mudanças nas condições das oportunidades e às ameaças concernentes à empresa. As decisões gerenciais sobre o uso e o desenvolvimento de recursos apresentam repercussões de cunho econômico dependentes do ambiente empresarial. Nesse momento, a noção de flexibilidade dos recursos das empresas é essencial na explicação da vantagem competitiva sustentável; principalmente, a flexibilidade dos recursos humanos, que podem encontrar diversas formas de emprego de recursos em situações diversas e mutantes.

Diante disso, percebe-se que o elemento central da visão baseada em competência é a lógica estratégica da empresa, não apenas porque esse componente irá determinar os demais elementos sistêmicos da empresa, mas também em razão de a principal responsabilidade de administradores estratégicos ser a determinação e a implementação desse fator. De fato, os gerentes são percebidos aqui como teóricos de uma lógica que poderá ser implantada da forma imaginada ou não. Essa lógica é testada pelo mercado, e o teste irá, por sua vez, proporcionar um refinamento ou redesenho posterior, em um constante ciclo de criação cognitiva seguida de realidade econômica, que será seguida de recriação cognitiva e assim por diante (Marroney e Sanchez, 1997).

“A corrente lógica estratégica de uma empresa deve ser pensada como a teoria corrente dos tomadores de decisão empresariais em como eles podem melhor alcançar os objetivos da empresa em seu específico contexto. A lógica estratégica dos gerentes deve alcançar o teste de competência de mercado por continuamente trazer consistentes ofertas de produtos que satisfaçam necessidades de consumidores melhor do que as ofertas de produtos das empresas competidoras” (Mahoney e Sanchez, p. 50, 1997).

A lógica estratégica de uma empresa constitui-se de três grandes esferas, que se subdividem em outros componentes. Essas esferas são: o Conceito do Negócio, o Conceito da Organização e os Processos Centrais. Os diversos componentes que formam a lógica estratégica são apresentados na Figura 2.

Figura 2: Os três componentes da Lógica Estratégica

Fonte: Adaptado de Sanchez e Heene, 2004, p. 61

O conceito do negócio representa o leque de considerações em relação aos aspectos da demanda pela empresa. Mais precisamente, consiste em identificar as preferências dos segmentos de mercado nos quais a empresa irá servir, especificar uma oferta de produtos que traga ao mercado superioridade na relação custo-benefício e definir as atividades-chave que devem ser desempenhadas pela empresa de maneira a entregar de forma consistente a oferta aos mercados.

O conceito da organização especifica a organização e a coordenação das atividades que criam e distribuem valor. Aqui são definidos o desenho organizacional, a gama de recursos que devem ser coordenados e os controles e incentivos que são utilizados pela empresa para monitorar as atividades e motivar provedores de recursos essenciais.

Visando a efetiva implementação dos conceitos do negócio e da organização, os administradores estratégicos precisam realizar os processos centrais. Ao projetar suas ofertas de produtos e os esquemas produtivos para concretizá-las, a

empresa empreende a criação de produto. As atividades que visam produzir, entregar e apoiar as ofertas da empresa são aqui definidas como realização de produto. No dia-a-dia da empresa, torna-se necessário o estabelecimento de sinérgicos relacionamentos com importantes provedores de recursos, como empregados, consumidores, fornecedores, governos e comunidades. O processo de relacionamento com tais grupos é representado aqui pelo desenvolvimento de *stakeholders*. Por fim, o gerenciamento das mudanças periódicas que devem ser empreendidas pela empresa, de maneira a alinhá-la com o ambiente em mudança, é definido como transformação.

Obviamente, todas as subdivisões de cada um dos três principais componentes da lógica estratégica possuem sua carga de teoria e conceitos. Desmembrá-los aqui seria inviável. O importante é ter-se em mente que a lógica estratégica representa a maneira de agir das empresas e que, ao mesmo tempo em que todas as empresas de algum modo a executam, a maneira de criar e implementar essa lógica é, no fundo, aquilo que diferencia uma empresa de outra.

A visão baseada em competência também procura destacar a relação entre a lógica estratégica e o ambiente empresarial. Particularmente importantes são as relações dessa lógica com as mudanças do macroambiente, com as forças da indústria e com o ciclo de vida do produto. É interessante observar aqui que, apesar de apresentar divergências com o Paradigma SCP como, por exemplo, não atribuir tanta importância à questão do tamanho das empresas, a visão baseada em competência não possui dificuldades em relacionar a lógica estratégica às cinco forças. Essa teoria estende a análise, discorrendo sobre as cooperações que podem existir entre a empresa e os fornecedores, consumidores, novos entrantes, concorrentes e empresas que oferecem produtos substitutos.

Apesar de ser dos administradores estratégicos a responsabilidade pela criação e implementação da lógica estratégica, isso não significa que eles devam decidi-la inteiramente, mas provavelmente o oposto. A visão baseada em competência reconhece a vital importância de se utilizar a inteligência coletiva da empresa, em que os administradores estratégicos provêem liderança intelectual que esteja de acordo com conceitos básicos da cognição humana. Os assuntos mais importantes tratados por esses conceitos são: a natureza da diferença entre tomada de decisão estratégica e operacional, a questão da racionalidade limitada e das decisões satisfatórias, as novas formas organizacionais que melhoram a tomada de decisão e a relação entre comprometimento e flexibilidade na decisão estratégica.

Ao transcender o nível de análise da unidade de negócio, procurando observar o comportamento de conglomerados, a visão baseada em competência ex-

plana conceitos sobre as fontes de sinergia entre as lógicas estratégicas de diversas unidades de negócios e sobre os padrões e limites do crescimento e da diversificação. Essa teoria também discorre sobre o gerenciamento internacional e sobre as interrelacionadas questões da liderança, da ética e do risco.

3 - Análise das visões da empresa

Na tentativa de análise das tradicionais visões da empresa, Ghemawat e Pisano (2000) estabeleceram alguns critérios úteis de avaliação, nos quais determinaram que uma boa teoria estratégica deve responder positivamente a três questões:

- 1 - A teoria mostra como o valor agregado é acumulado ao longo do tempo?
- 2 - Ela explica como o valor agregado pode ser protegido da imitação (sustentabilidade)?
- 3 - Ela oferece critérios úteis para lidar com mudanças?

Para esses autores, o “sistema de atividades”, consegue, à sua maneira, responder à primeira questão, que trata do valor agregado. Isso porque a “interação de complementaridades e trocas ao longo de múltiplas atividades é fundamental para a possibilidade de “muitas maneiras boas de competir”, a qual é representada em um cenário irregular por picos múltiplos” (Ghemawat e Pisano, 2000, p. 119). Em outras palavras, as diversas maneiras de se competir eficazmente em um negócio poderiam ser vistas como conjuntos de atividades relativamente únicos (picos), entre os quais as empresas devem escolher.

Porém, tanto a questão da proteção à imitação, como a da mudança, não são bem trabalhadas pelo “sistema de atividades”. Apesar de realmente ser mais difícil imitar muitas atividades concatenadas, em vez de algumas poucas, é exagero dizer que isso é a base da sustentabilidade. Mesmo porque parte da sustentabilidade possui explicações dinâmicas, ou seja, explicações em torno de ser o “primeiro”. Assim, a visão do “sistema de atividades” falha por ser estática e realizar um corte transversal na competição.

Quanto à questão da mudança, as falhas são ainda mais graves, pois a criação de um sistema de atividades rigidamente acopladas pode favorecer mudanças incrementais pequenas, e prejudicar mudanças amplas, devido ao seu alto componente inercial. Por causa disso, o interesse por sistemas de atividades modulares tem aumentado. Os módulos são agrupamentos de atividades que podem ser modificados ou substituídos sem afetar de forma significativa todo o sistema.

Embora a sintonia entre atividades e barreiras de imitação possam ser prejudicadas pela modularidade, mudanças em escala maior podem ser facilitadas.

A visão baseada nos recursos defende que apenas a análise das atividades é algo falho, visto que por trás das atividades existem recursos. E “os recursos (ações) de uma empresa determinam a gama e a economia das atividades (fluxos) em que ela pode se engajar em qualquer ponto do tempo” (Ghemawat e Pisano, 2000, p. 120). Aqui se começa a perceber uma complementaridade, uma ligação entre o “sistema de atividades” e a visão baseada nos recursos.

Essa visão baseada nos recursos não apenas chama a atenção para as ações que estão por trás de atividades. Esse corpo teórico é mais forte para explicar a sustentabilidade do valor agregado porque reconhece a importância da história da empresa, ou seja, que as vantagens da empresa pioneira explicam a permanência do sucesso. De fato, uma boa parte dessa teoria se ocupa em definir fontes de inimitabilidade.

No entanto, a referida visão se mostra fraca, tanto para apontar por que o valor agregado se acumula quanto para indicar critérios que auxiliem na mudança. Para Ghemawat e Pisano (2000), o fato de essa corrente destacar a inimitabilidade intrínseca de recursos valiosos, como, por exemplo, a complexidade social, desincentiva o estudo detalhado do próprio acúmulo de recursos. Perigosa também é sua ênfase na exploração de recursos “de herança”, pois grande parte do valor de mercado das empresas não pode ser atribuída ao potencial de geração de caixa de seus atuais recursos. Em outras palavras, a visão baseada nos recursos, apesar de histórica, não explica de que forma as dotações dos recursos evoluem com o tempo.

Ainda para Ghemawat e Pisano (2000), existe a necessidade de integração entre o “sistema de atividades” e a visão baseada nos recursos, tendo em vista que tanto o gerenciamento quanto a história são importantes para explicar o desempenho das empresas. Os próprios autores sugerem estrutura de unificação. Para eles, na empresa existem duas maneiras de obtenção de vantagens sustentáveis: “fazendo comprometerimentos concentrados de recursos e orquestrando propositadamente as atividades executadas pela empresa, um processo mais incremental muitas vezes chamado de desenvolvimento de capacidades” (Ghemawat e Pisano, 2000, p. 123).

Assim, as grandes decisões, como, por exemplo, montar uma fábrica, entrar em um setor via aquisição ou lançar nova linha de produtos, denominadas acima como “comprometerimentos de recursos”, permitiriam certo espectro de atividades que, por sua vez, devem apresentar melhoria contínua ou “desenvolvimento de

capacidades”, de maneira a permitir futuros comprometimentos de recursos lucrativos. Dessa maneira, a empresa deve então ser vista como um grande ciclo, em que recursos, modificáveis apenas em longo prazo, dão origem a atividades que, se bem gerenciadas, permitem acúmulo de recursos que podem ser usados em novos comprometimentos, e assim por diante.

Interessantemente, a visão baseada em competência parece ser efetiva estrutura de integração entre os pontos fortes do “sistema de atividades” e da visão baseada nos recursos. Ao colocar no mesmo esquema teórico o gerenciamento, os recursos e as operações da empresa, essa visão apresenta corpo explicativo que condiz com o fenômeno da empresa. Para mostrar isso, é necessário aplicar a ela os mesmos testes apresentados acima.

Em relação à explicação do acúmulo de valor agregado, a visão baseada em competência mostra forte conformidade com a realidade quando liga a empresa a mercado de recursos e apresenta coerentemente o gerenciamento, o uso dos recursos, as conseqüentes operações e o resultado do processo em forma de ofertas ao mercado consumidor. Ou seja, a geração e o acúmulo do valor agregado será resultante da capacidade de uma empresa de continuamente acessar e obter recursos e utilizá-los coordenadamente para gerar valor para o mercado consumidor. A configuração dessa capacidade é única, difere de uma empresa para outra, o que explica a maior apropriação de valor por parte de algumas empresas. Essa visão é coerente com o ponto de vista de Drucker (2003, p. 80), quando define que “a empresa é um processo que converte um recurso, o conhecimento distinto, em valor econômico no mercado”.

No entanto, é importante ressaltar que de maneira nenhuma a questão do valor agregado está resolvida. Mosakowski e McKelvey (1997) destacam que os corpos teóricos construídos em cima das noções de recursos e de capacidades, como a visão baseada nos recursos e a visão baseada em competência, correm o risco de se consagrarem como teorias “circulares”, dotadas de lógica tautológica, em última análise não-científica. Isso porque os ganhos das empresas são utilizados *ex post* para explicar o domínio de certos recursos críticos, valiosos e raros, ao se comparar firmas de sucesso com aquelas de baixo desempenho, ao mesmo tempo em que recursos são vistos como criadores de ganhos. Dessa forma, permanece a questão: “Como nós podemos predizer quais recursos e competências irão implicar um desempenho empresarial de longo prazo?” (Mosakowski e McKelvey, 1997, p. 66). Se a visão baseada em competência não for capaz de responder a essa pergunta ela poderá ser apenas uma explicação *ex post* dos motivos de algumas firmas terem tido sucesso e outras não.

Mosakowski e Mckelvey (1997) defendem que a solução está na união dos aspectos de forma e função dos recursos e das competências pelas suas especificações como “resultados intermediários”, mais próximos do consumidor. A capacidade de gerar valor e a escassez de recurso ou de competência devem ser avaliadas em conseqüências observáveis e comparáveis, como por exemplo os custos ou determinada função específicos de um produto. A competência será valiosa se leva a resultado intermediário, que é superior em alguma dimensão que eleva a utilidade para o consumidor; e será escassa, se esse resultado intermediário é raro entre os competidores. Essa noção de resultados intermediários pode então ser utilizada para aumentar o nível de previsibilidade da teoria, pois permitiria ligação mais estreita entre recursos e competências imperfeitamente observáveis e ganhos observáveis.

Diante da explicação da sustentabilidade, a visão baseada em competência poderia utilizar o arcabouço teórico da visão baseada nos recursos e destacar a inimitabilidade intrínseca de recursos; mas não o faz, apesar de reconhecer que a empresa deve procurar adquirir e desenvolver recursos valiosos, raros e de difícil imitação e ou substituição. Diferentemente, a explicação é transferida e, mais importante, contextualizada, para a própria lógica do movimento da competição, em que a empresa não teria sustentabilidade, mas sim manteria certa sustentabilidade diante de determinada situação. A manutenção desse fluxo, pela construção, alavancagem e manutenção de competência, representa a manutenção do acúmulo de valor agregado e de sua utilização na criação de novas formas de agregar valor. A sustentabilidade encontra-se na criação e no exercício de opções estratégicas, e assim não é apenas um fenômeno econômico e estático, subordinado à natureza dos recursos, mas também cognitivo, influenciado pelos modelos mentais dos gerentes. Evidentemente, a configuração dos recursos e das operações de uma empresa depende de sua história e de seus relacionamentos com os mercados de recursos e consumidores; este aspecto é reconhecido. Mas o uso coordenado de recursos é algo também constantemente gerenciável pela especificação e implantação da lógica estratégica empresarial.

Dessa forma, a sustentabilidade não é apenas questão do nível de dificuldade em imitar e em substituir, mas também uma busca de maior efetividade no emprego coordenado de todos os recursos da empresa, os quais, em última análise, já são únicos. Para a compreensão de todo o fenômeno, a análise isolada da natureza intrínseca de certos recursos deve ser complementada pela análise da capacidade de emprego coordenado de todos os recursos, assim como toda essa natureza intrínseca da sustentabilidade deve ser complementada pela análise extrínseca,

ligada à capacidade dos concorrentes de buscar novas maneiras de emprego coordenado de recursos em novas formas de geração de valor.

Em relação aos critérios para lidar com as mudanças, a visão baseada em competência descreve a diferença entre os tipos de informações necessárias para empreender mudanças incrementais e radicais. As informações necessárias para empreender mudanças incrementais, mais associadas à alavancagem e à manutenção de competência, são representadas pelos fluxos de controle mais confiáveis e quantitativos, provenientes dos mercados consumidores e de recursos, das operações e dos recursos tangíveis, canalizados para o processo gerencial. No entanto, essas informações de “baixa-ordem” costumam ser incapazes de proporcionar efetiva construção de competência que mantenha o processo de geração e distribuição de valor da empresa. Por sua vez, as informações de “alta-ordem” representam os fluxos de controles provenientes dos recursos intangíveis, do próprio processo gerencial e da lógica estratégica da empresa e de seus desafios para o processo gerencial. Essas informações, úteis na construção de competência, costumam ser mais qualitativas e baseadas em julgamento, devendo geralmente ser confiadas à inteligência coletiva da empresa.

Na verdade, o tempo de resposta dinâmico, necessário para a mudança, é maior para os elementos de alta-ordem, quando comparados aos de baixa-ordem. Mudar os produtos costuma ser mais fácil e rápido do que mudar as operações, que são mais fáceis e rápidas de ser mudadas em relação aos recursos tangíveis, e assim por diante. Dessa maneira, os elementos mais difíceis de se modificar em uma empresa são seus processos gerenciais e sua lógica estratégica, mais ligados às idéias. Isso quer dizer que mudanças radicais ou, de acordo com a visão baseada em competência, importantes construções de competência, devem ser realizadas mediante o desafio dos esquemas interpretativos dos principais gerentes da empresa. Não seria, então, apenas questão de “comprometimento de recursos”, como defendem Ghemawat e Pisano (2000).

A visão baseada em competência também faz importantes considerações sobre mudanças, quando desmembra seus processos centrais. Particularmente importantes são suas considerações sobre criar flexibilidade estratégica pela arquitetura modular na criação de produtos e processos e suas considerações sobre processos de transformação institucionalizados, como a gestão da qualidade ambiental.

Assim, a visão baseada em competência se apresenta sólida diante dos testes de validade propostos acima. Essa corrente de pensamento consegue unir, à sua maneira e de modo coerente, os conceitos tão debatidos, de recursos e de

atividades produtivas. Ela também relaciona a empresa a um ambiente maior, como a indústria, o grupo estratégico e o mercado de recursos.

Por fim, essa teoria apresenta um tratamento diferenciado entre os conceitos de empresa e de gerenciamento, incluindo esse naquele. Mediante o conceito de lógica estratégica e sua delimitação em corpo maior representado pela empresa, esse corpo teórico apresenta respeito pela natureza distinta e hierárquica dos fenômenos complexos. Isso parece facilitar o tratamento dessas categorias analíticas em investigações empíricas, bem como sua utilização na prática gerencial.

Considerações finais

Este artigo procurou avaliar as tradicionais representações da empresa predominantes no estudo e na prática da administração estratégica, por meio da exposição e da análise conjunta de uma nova visão que vem ganhando força no cenário internacional, a visão baseada em competência. Ao aplicar ao referido corpo teórico os mesmos testes de validade que foram aplicados às visões tradicionais, e que mostraram algumas de suas fraquezas e limitações, o presente estudo explicitou a força da nova teoria. Ficou evidenciada aqui, ainda que parcialmente, a superioridade dessa visão em relação a critérios explicativos importantes, como a visualização da relação entre o acúmulo do valor agregado e a dinâmica da mudança que mantém esse valor em empresas imersas no ambiente competitivo. Possivelmente essa superioridade não é inerente apenas à visão analisada aqui, mas também a outras teorias da empresa que procurem ligar recursos a atividades.

Mahoney e Sanchez (1997) explicam que a geração de conhecimentos no campo da administração estratégica tem resultado na criação de “teorias dissociadas”, em que prevalece ora o enfoque econômico (conteúdo estratégico), ora o cognitivo (processo estratégico). Sendo assim, o desafio atual para a construção de uma teoria de estratégia baseada na competência seria a integração de teorias, em trabalho que envolve três níveis: “(1) o processo de criação e de teste de estratégias por gerentes competindo em contextos específicos; (2) o processo de construção e de teste de teoria por pesquisadores procurando por insights que são generalizáveis nos diversos contextos competitivos; e (3) as interações entre gerentes e pesquisadores na construção de uma teoria geral de competência que também funcione em contextos específicos” (Mahoney e Sanchez, 1997, p. 43).

Essa interação entre gerentes e pesquisadores é necessária por sua complementaridade. Enquanto gerentes possuem suas próprias teorias testadas no mercado, representadas pelas lógicas estratégicas de suas empresas, os pesquisado-

res procuram por amplas formas de formulação e implementação de estratégias que podem ser generalizadas a partir de contextos específicos. Essa criação de conhecimento deve então acontecer em aprendizado de duplo ciclo, que pode ser visualizado na Figura 3.

Figura 3: Aprendizado de duplo ciclo como um modelo para construção da teoria da competência

Fonte: Adaptado de Mahoney e Sanchez, p. 55, 1997

Tudo isso parece sugerir que acadêmicos e praticantes da área da administração estratégica do Brasil comecem a atribuir à visão baseada em competência o mesmo tratamento de destaque que recebem a visão baseada nos recursos e o “sistema de atividades”, mesmo que seja para criticá-la ou invalidá-la. Afinal, arcabouços teóricos integrativos, que permitam melhor apreensão da realidade da empresa e, conseqüentemente, efetiva intervenção prática, parecem necessários no tão controverso campo da administração estratégica. Essa necessidade se torna ainda mais aguda visto o caráter de urgência do aumento de competitividade das empresas e do estímulo a processo empreendedor mais amplo, de maneira a permitir a criação e a manutenção de emprego e de renda.

De fato, a nova teoria constrói elos importantes entre entidades que geralmente são tratadas por outros campos teóricos da administração e da economia de maneira isolada. Especificamente, os elos apresentados pela visão baseada em competência, entre mercados de recursos, recursos acessíveis, cognição de empreendedores e gerentes, coordenação de recursos, mercados consumidores e concorrentes, podem gerar *insights* não apenas para pesquisadores e praticantes da administração estratégica, mas poderão interessar a todos aqueles ocupados no entendimento da dinâmica competitiva e das causas do desenvolvimento econômico em geral.

Referências

- BARNEY, Jay B. Looking inside for competitive advantage. In: *Academy of management Executive*. Vol 9, Philadelphia: 1995.
- BARNEY, Jay B.; HESSERLY, William. Organizational economics: Understanding the relationship between organizations and economic analysis. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cyntia; NORD, Walter. *Handbook of organization studies*. London: Sage publications, 1997.
- DRUCKER, Peter F. *Administrando para obter resultados*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- GUEMAWAT P.; PISANO G. Construindo e sustentando o sucesso. In: *A estratégia e o cenário dos negócios: textos e casos*. Porto Alegre, Bookman, 2000.
- HUNT S. D.; MORGAN R. M. The comparative advantage theory of competition. In: *Journal of marketing*, vol. 59, Birmingham: April, 1995.
- MAHONEY J. T.; SANCHEZ R. Competence theory building: reconnecting management research and management practice. In: HEENE, A.; SANCHEZ, R. *Competence-based strategic management*. Chichester: John Wiley & Sons, 1997.
- MONTGOMERY C.; PORTER M. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- MOSAKOWSKI E.; McKELVEY B. Predicting rent generation in competence-based competition. In: HEENE, A.; SANCHEZ, R. *Competence-based strategic management*. Chichester: John Wiley & Sons, 1997.
- PORTER, Michael E. *Estratégia competitiva: Técnicas para a análise da indústria e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- PORTER, Michael E. *Vantagem competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

-
- _____ . What is strategy? In: *Harvard Business Review*, November-December, 1996.
- SANCHEZ, Ron; HEENE, Aimé. *The New Strategic Management: Organization, Competition, and Competence*. New York: John Wiley & Sons, 2004.
- WHITTINGTON, Richard. *O que é estratégia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

Resumo

O campo da administração estratégica tem sido marcado pela intensa discussão entre os papéis da indústria e dos recursos internos na explicação da diferença dos desempenhos das empresas, fato que tem levado ao aparecimento de diferentes visões do fenômeno empresa, em que as mais defendidas foram denominadas aqui de tradicionais. Diante desse cenário, o objetivo do artigo é debater o poder explicativo dessas visões tradicionais, mediante apresentação e análise conjunta de nova vertente, denominada visão baseada em competência. A análise aqui descrita evidencia o caráter integrativo que essa nova visão apresenta, pela adaptação e do aperfeiçoamento de pontos importantes de ambas tradicionais.

Palavras-chave: Administração Estratégica; Desempenho Empresarial; Competência.

Abstract

The area of strategic management has been marked by an intense debate on the rules of industry and internal resources in explaining the differences among companies regarding their performances, a fact that has brought about differing views on the phenomena of companies, the most supported of them were here regarded as traditional. In face of this scenario, the objective of the article is to discuss the explanatory capability of such traditional views through the presentation and analysis of a new approach named view based on the competence. The analysis presented makes evident the integrative nature of such new approach, through the adaptation and the enhancement of important features of both traditional views.

Key Words: Strategic Management; Company performance; Competence.

Resumen

El campo de la administración estratégica há sido marcado por la intensa discusión de los roles de la undustria y de los recursos internos em la explicación de la diferencia entre el desempeño de lãs empresas, um hecho que há llevado al surgimiento de distintas visiones del fenômeno empresa, em que las más defendidas han sido denominadas como tradicionales. Frente a este escenario, el objetivo del artículo es discutir el poder explicativo de dichas visiones tradicionales por intermédio de la presentación y análisis conjunto de la nueva vertiente denominada visión basada em la competência. El análisis evidencia el carácter integrativo que esta nova visión presenta, por la adaptación y perfeccionamento de pontos importantes de ambas visiones tradicionales.

Palabras clave: Administración estratégica; Performance empresarial; Competencia.

Bruno Henrique Neves Silva

Analista de informação do Centro de Gestão do Conhecimento do Ministério das Relações Exteriores (CGECon/MRE). Mestrando em relações internacionais pela UNB.

A construção de regimes internacionais e sua efetividade: uma análise sob o prisma da ação comunicativa.

Introdução

A partir da década de 1970, o mundo assistiu a mudanças estruturais que modificaram as relações internacionais. A revolução da microeletrônica e das telecomunicações reduziu os custos e facilitou a comunicação entre indivíduos e grupos por todo o mundo. A democratização do acesso à tecnologia, às finanças e à informação permitiu a expansão dos canais de transmissão e recepção de mensagens entre sociedades, o que facilitou o contato entre personagens e promoveu a expansão de redes transnacionais.

Dessa forma, as relações internacionais passaram a se caracterizar por uma crescente interdependência entre os interessados, na medida em que a ação política de um ator no sistema tem cada vez mais efeitos sobre outros atores – ou seja, há, na política internacional, efeitos que geram custos (*costly effects*)¹ recíprocos entre os Estados ou entre negociadores em Estados distintos. “Estes custos não são necessariamente econômicos, mas podem envolver efeitos significativos em outros valores, inclusive padrões morais, gosto estético, segurança pessoal ou integridade ecológica. (...) Estes efeitos geram preocupações – e política” (Keohane e Nye, 2001: 236.).

Como resultado, a agenda internacional apresenta-se mais ampla e mais diversa, uma vez que é afetada por problemas domésticos e internacionais criados pelo desenvolvimento econômico e pelo aumento da sensibilidade dos atores. As questões bélico-estratégicas, prioritárias no temário internacional no pós-II Guerra, dividem espaço com proposições que, antes, tinham importância secundária: paz e segurança, normas de comércio e relações econômicas e financeiras ou, ainda, direitos humanos, meio ambiente, tráfico ilícito de drogas, fluxos migratórios, etc. Assim, o sistema é articulado a partir de vários assuntos, entre os quais não existe uma hierarquia *a priori*. A importância de cada um é determinada ao longo das negociações, isto é, um tema pode ter maior ou menor relevância, dependendo do momento em que está sendo tratado.

Uma das principais conseqüências dessas transformações é o estímulo à cooperação dos agentes estatais e não-estatais em áreas temáticas específicas,

que gera articulação baseada em princípios e normas e materializada pelo estabelecimento de regras, via negociação, que fortalecem e possibilitam o avanço para ação concreta. Esses conjuntos de normas e regras têm, como objetivo, ordenar as relações internacionais com o intuito de prescrever determinados padrões comuns, de maneira a tornar previsíveis as ações dos atores em áreas específicas.

Assim, o sistema internacional, caracterizado pela ausência de autoridade central institucionalizada, está envolvido por conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios, implícitos ou explícitos, para os quais convergem as expectativas em determinada área das relações internacionais – os regimes internacionais².

Teóricos das relações internacionais têm tratado o impacto dos regimes no sistema internacional de forma diferenciada. Estudiosos adeptos de um ponto de vista realista frequentemente aplicam a teoria da estabilidade hegemônica para explicar o papel dos regimes internacionais. Partindo da premissa de que a ordem mundial é criada pela ação de uma única potência, os regimes internacionais seriam, segundo esses autores, fruto da ação da potência hegemônica interessada em ampliar as relações e a cooperação entre os demais Estados segundo suas preferências³.

Ainda sob a perspectiva realista, uma outra maneira de compreender os regimes internacionais utiliza, como aparato analítico, a teoria dos jogos: o comportamento independente dos Estados levaria a resultados ineficientes; ao contrário, uma ação conjunta e coordenada levaria a ganhos individuais maiores. A percepção do Estado como ator racional e unitário, sempre orientado no sentido de maximizar seu interesse e poder, é fundamental para a compreensão dessa abordagem (cf. Keohane, 1984).

Os pluralistas, por outro lado, adotam uma perspectiva grociana ao analisarem a construção e o desenvolvimento dos regimes como necessidade do sistema internacional, que exigiria maior cooperação e coordenação em razão de crescentes interesses comuns entre os Estados. Assim, normas e regras internacionais seriam voluntariamente estabelecidas pelos Estados, a fim de constituir certo grau de ordem nas relações internacionais (Viotti e Kauppi, 1993).

Outros autores, a partir da caracterização do cenário internacional como intensamente marcado pela interdependência, defendem que a construção de regras e procedimentos decisórios comuns veio como alternativa para a diminuição da incerteza e imprevisibilidade do sistema, uma vez que as relações entre os Estados estariam sujeitas a diferentes graus de sensibilidade e vulnerabilidade. A constituição de regimes, assim, contribuiria para a distribuição de informações e dimi-

nuição de custos transnacionais, criando expectativas de comportamentos convergentes entre os atores⁴.

Há, ainda, determinados autores que entendem que os regimes internacionais são epifenômenos, ou seja, refletiriam meramente os interesses dos Estados mais poderosos no sistema e seu conceito ofuscaria a importância da busca por interesse e poder, determinantes imediatos do comportamento dos Estados no sistema internacional. Os regimes seriam, então, apenas extensão das relações de domínio e subordinação em curso no mundo (Strange, 1983).

Além disso – ainda que não diretamente inserida na teoria de regimes internacionais – mencione-se a abordagem sobre arranjos multilaterais adotada por determinados autores, os quais ressaltam a necessidade de avaliar-se o tipo de relação instituída entre os atores que compõe tais arranjos. Para esses teóricos, é imperativo apreender-se a dimensão qualitativa em que estão inseridas as normas internacionais multilaterais e a razão da opção do multilateralismo como forma (Ruggie, 1993). A percepção do desenvolvimento histórico da formação dos arranjos multilaterais torna-se fundamental para sua compreensão.

O artigo proposto pretende refletir acerca da efetividade e da construção dos regimes internacionais, segundo a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Discute-se a necessidade de regulação do sistema internacional, bem como a criação de regimes efetivos que respondam a essa demanda.

Entende-se efetividade como “a medida do papel das instituições sociais na modelagem da conduta na sociedade internacional”, demonstrada pela capacidade do regime em obrigar interlocutores a se conduzirem de modo diferente daquele como se comportariam caso a instituição não existisse (Young, 2000: 221). A análise da efetividade de regimes terá como fundamento as variáveis definidas por Oran Young e as racionalidades que guiam a ação humana de Habermas. Propõe-se que a construção de regimes efetivos aponta para a estruturação de regras por meio da racionalidade comunicativa, que se dá em espaço de interação. Nesse sentido, a efetividade estaria relacionada à criação de uma base de entendimento, baseada em princípios compartilhados.

1 - Regulação do sistema internacional e criação de regimes sob a perspectiva das racionalidades de Habermas

A demanda por uma nova ordem para guiar as relações internacionais é confirmada quando, diante das transformações estruturais por que passou o sistema internacional nas últimas décadas⁵, atores buscam estabelecer regras que gui-

em sua conduta e diminuem a incerteza quanto aos padrões de relacionamento, conduzindo à formação de regimes. Esses se apresentam como alternativa de ordenação do sistema internacional, pois constituem mecanismos de regulação referentes a agendas particulares. Um regime diz respeito a uma ação voluntária de um agente estatal ou não-governamental, que estabelece regras para regular efetivamente suas interações, sem a exigência de uma autoridade central como pré-requisito. O regime representa e/ou determina formas de comportamento dos atores no sistema internacional, que devem persistir no tempo, com fulcro em aumentar a previsibilidade das ações e os custos de comportamentos desviantes dos atores.

Pode-se afirmar que há certo consenso teórico acerca da consideração de que os regimes regulam comportamentos por meio de criação de regras. Entretanto, o problema que aqui se coloca é referente à forma como essas regras foram criadas e a garantia de sua efetividade⁶. Cabe, então, explicar mais detalhadamente os mecanismos de criação dos regimes e o que possibilita sua manutenção e efetividade.

A formação de regimes envolve três fases distintas, com dinâmicas políticas próprias – colocação do tema na agenda, negociação e implementação (Young, 1999:195). Considera-se que um regime existe desde o momento em que os atores de naturezas diversas articulam-se para inseri-lo na agenda internacional, o que pressupõe um compartilhamento⁷ mínimo do que deve ser eleito como relevante. A materialização de princípios e normas, ou seja, o estabelecimento de regras via negociação, possibilita o avanço para a ação concreta. Já a implementação das decisões do regime permite a emergência de padrões comportamentais que, frutos de interações baseadas nos próprios princípios, normas e regras comuns, são responsáveis pela construção e estruturação contínuas do regime.

Para pensar os padrões que guiam a formação de princípios e fazem com que estes sejam reconhecidos e compartilhados, vale recorrer a dois dos elementos que definem uma ação – *vontade* e *razão*. Considera-se que, ao agirem, os atores limitam a vontade (o que se quer) à razão (o que se pode), criando princípios morais que geram padrões de ação comuns.

Recorre-se, portanto, à idéia da *máxima universalizante* de Kant – “age de tal maneira que possas querer que tua máxima se torne uma lei universal (qualquer que seja a finalidade desejada por ti)” (Kant, 1985:144) – como uma das bases para a construção de princípios. Isso porque, ao se tratar de um *princípio moral*⁸ e ao se postular que uma ação deva ser objetivamente necessária e boa, a partir do exercício da razão e da capacidade de julgar, não se apresentando como condição para atingir certo comportamento e, sim, ordenando esse comportamento, a máxima universalizante passa a orientar a construção de princípios que guiam uma ação.

No entanto, como uma ação não é guiada somente por esse princípio da máxima universalizante, faz-se pertinente, aqui, recorrer aos princípios de Habermas que valem como regras de argumentação e podem servir como guias de ação coletiva. São eles: os princípios U e D. O primeiro diz respeito ao princípio universal e remete à idéia da máxima universalizante de Kant, já que se apresenta como o *único princípio moral* (Habermas, 1989:115-116). O outro princípio, o D, expressa os fins contingentes da ação, de maneira que o fim está “*de tal modo entrelaçado à forma de vida intersubjetiva de sujeitos capazes de falar e agir que não podemos propô-lo, nem tampouco evitá-lo voluntariamente*” (Habermas, 1989:117).

Nesse sentido, uma ação pode vir a ser guiada tanto por um imperativo categórico, referente à máxima universalizante de Kant, como por um imperativo hipotético. Este último, diz respeito à necessidade prática de uma ação possível, como meio de alcançar um fim, não se tratando de uma ação ordenada de maneira absoluta e, sim, de uma forma para alcançar outra intenção. Assim, o compartilhamento de princípios, a partir da criação de bases de consenso, é processo que pode se dar por meio de imperativos categóricos, mas também é possível que tal processo tenha que passar pelo imperativo hipotético.

Para entender a maneira como se dá esse compartilhamento de princípios, ou seja, como são criadas as bases de consenso, é relevante apresentar os tipos de racionalidades construídas por Habermas. O compartilhamento de princípios é certo quando a ação ocorre a partir do imperativo categórico, ou seja, a partir da máxima universalizante. Nesse caso, a ação seria orientada pela *racionalidade comunicativa*, já que esta proporciona uma base racional de entendimento, que torna possível o estabelecimento de convicções comuns.

O estabelecimento de convicções comuns, contudo, pode ser um processo guiado inicialmente por outras racionalidades – a *instrumental* e a *estratégica*. De acordo com Habermas, a racionalidade instrumental sustenta ações orientadas pelo grau de eficácia na intervenção, que não implicam qualquer troca ou compartilhamento de valores. Já na racionalidade estratégica, as ações são conduzidas por cálculo racional, para atingir fins concretos. Assim, tais racionalidades sustentam uma ação, mas encontram dificuldade no estabelecimento de convicções comuns e, portanto, na condução ao compartilhamento de princípios.

A uma ação orientada para o êxito chamamos instrumental quando a consideramos sob o aspecto da observação de regras técnicas de ação e avaliamos o grau de eficácia da intervenção em um estado físico; em troca, a uma ação orientada para o êxito chamamos estratégica, quando

consideramos sob o aspecto da observação de regras de escolha racional e avaliamos seu grau de eficácia alcançada na tentativa de influenciar sobre as decisões de um oponente racional. As ações instrumentais podem vir associadas a interações sociais; já as ações estratégicas são ações sociais por excelência (HABERMAS, 1994: 384-385. tradução nossa).⁹

Assim, a formação de regimes por meio do compartilhamento de princípios, que levam ao estabelecimento de regras, deve se dar por meio da utilização da racionalidade comunicativa. Diante dessa perspectiva, os regimes se desenvolvem pela interação e comunicação constante entre os atores. Não se pode, no entanto, incorrer no equívoco de considerar-se como regimes apenas aqueles criados a partir da racionalidade comunicativa. As outras racionalidades mencionadas, instrumental e estratégica, também conduzem à interação e, portanto, uma ação orientada por uma dessas racionalidades pode resultar na construção de regimes. Nesse sentido, acredita-se na formação de regimes estruturados pelas racionalidades estratégica ou instrumental; mas a persistência do regime no tempo e sua efetividade serão favorecidas se houver a substituição delas pela racionalidade comunicativa, ou seja, dependem da criação de uma base de entendimento.

Para efetuar a substituição das racionalidades é indicada a *ação comunicativa*. Habermas considera essa atividade como orientada pela racionalidade comunicativa, porque conduz ao entendimento mútuo e à coordenação do comportamento social por meio de argumentos persuasivos. Os circunstantes são motivados internamente a se comportarem de acordo com as interpretações elaboradas e de acordo com as expectativas decorrentes das interpretações. “As ações dos atores participantes não são coordenadas por cálculos egocêntricos de interesse, e sim por entendimento. Na ação comunicativa, os agentes não se orientam primeiramente pelo ou para o seu próprio êxito e sim pelo ou para o entendimento” (Habermas, 1994: 385. tradução nossa).

Dessa forma, a ação comunicativa tem papel prioritário, não somente na formulação de normas e regras no sistema internacional, mas também na manutenção e efetividade do regime. Isso porque a efetividade depende da eficácia e da legitimidade conferida à ação comunicativa que articula o regime. A existência de uma base de entendimento permite que, pela comunicação e pela persuasão (apresentação de argumentos convincentes), os diversos atores do sistema internacional desenvolvam determinada interpretação da realidade, que permita estipular o tipo de comportamento aceitável e qual a

melhor maneira de se comportar no sistema, dada a situação em que se encontram (Hasenclever, 1997).

Em tal sentido, a criação de regimes efetivos dá-se quando as regras que os constituem são criadas por meio do compartilhamento (intersubjetividade) da compreensão do meio social, fundado no discurso entre os atores. Ressalte-se que, para Habermas, um discurso é uma das formas de o homem expressar a realidade do mundo em que vive para criar bases de comunicação, de argumentação, na busca do entendimento recíproco. (Habermas, 1989:92).

Assim, na medida em que os participantes se encontram em comunicação permanente, aumenta a probabilidade de manterem a convergência de expectativas a respeito de certos comportamentos, em torno de determinadas áreas temáticas. Os discursos internacionais têm, portanto, grande importância para a formação e, principalmente, para a consolidação de regimes, uma vez que, pela prática, os atores desenvolvem intersubjetividades compartilhadas para compreensão do sistema internacional e para atuação dentro dele. Daí a importância da força dos argumentos, cujo êxito depende do quanto estão imersos (*embedded*) em um quadro de conhecimentos incontestável sobre como deve ser a conduta dos diversos interlocutores no sistema internacional. Além disso, é preciso que normas básicas de interação¹⁰, consideradas constitutivas da prática da argumentação, sejam respeitadas (Hasenclever, 1997).

Dessa forma, quando os regimes se constituem enquanto princípios, normas, regras e procedimentos, não determinados *a priori*, sua efetividade será mais facilmente verificada; ou seja, os regimes persistem no tempo quando fazem parte de um processo de auto-interpretação da comunidade e autodefinição do próprio ator, como resposta às transformações conjunturais. A realidade é, assim, considerada como processo dinâmico, pois as interpretações dos atores sobre a realidade dependem dos argumentos mais persuasivos em circunstâncias diversas. Da mesma forma, a interpretação da realidade e a imagem que cada circunstância tem de si mesmo também será dinâmica, bem como o regime em si (Hasenclever, 1997).

Percebe-se, assim, que, quando um regime se orienta pela racionalidade comunicativa, as regras seguem os princípios internalizados e o sistema tem maior efetividade. Os participantes consideram legítimos os princípios dos quais as regras de conduta emergiram e, assim, agem de acordo com as normas e regras estabelecidas. Dessa forma, quando estruturados por ações comunicativas, os regimes apresentam êxito em instaurar novos padrões de comportamento, o que

permite, inclusive, afirmar que eles representam argumento a favor da cooperação e grande barreira à não cooperação.

Saliente-se a existência do regime não-efetivo, ou seja, a ausência de cooperação, mesmo diante da criação de regras. Os atores podem legitimar o regime sem, contudo, agir em conformidade com suas regras. O que existe é, então, uma divergência entre o que foi acordado e a ação dos interlocutores, o regime fraco, na lição de Krasner (Krasner, 1999). Acredita-se que a criação de regimes fracos e não-efetivos é resultado de regras estruturadas a partir das racionalidades instrumental e estratégica. Ficou ressaltado que tais racionalidades não geram, ao menos de início, base de entendimento e, portanto, não conduzem ao compartilhamento de princípios que orientam a formulação de regras.

2 - Mensuração da efetividade dos regimes por meio da ação comunicativa e das variáveis de Young

O regime, portanto, torna-se mais forte e efetivo quando, via ação comunicativa, estabelece um quadro de conhecimentos incontestáveis e a temática regulada por ele torna-se universalizante. Desde o momento em que os atores deixam de considerar legítimos aqueles princípios que devem orientar a formulação de regras, a efetividade do regime é enfraquecida.

Hasenclever aponta três aspectos principais que conduzem à incompatibilidade entre a ação dos atores e as regras por eles acordadas. O primeiro aspecto refere-se ao fato de que as regras, que se consolidaram como legítimas, podem não estar em conformidade com os princípios gerais dos que as formularam e que são anteriores ao seu estabelecimento; portanto, a interpretação da realidade *consensualmente* aceita agride a identidade do ator. Outro aspecto refere-se à possível incompatibilidade das regras com a proposta original do regime. No caso, alguns atores não se comportam de acordo com tais regras, por acreditarem haver distorção entre a interpretação da realidade e o comportamento que a interpretação exige. Por fim, há, segundo Hasenclever, a possibilidade de os atores não cooperarem: rejeitam os princípios básicos do regime, mas tentam sancioná-lo de alguma forma.

Percebe-se, assim, que apenas a formação de um regime não é garantia de sua efetividade. Os aspectos que geram a incompatibilidade entre a atividade dos parceiros e as regras por eles acordadas podem ser evitados com ação comunicativa eficaz. Como referido, a efetividade do regime é favorecida quando há internalização de princípios que regem a formulação das regras do regime. E a possível

explicação para a ausência de cooperação frente a regras acordadas, deve-se à *inexistência* ou *falhas* na comunicação e na persuasão que conduzem à difusão de princípios. A realização de ação comunicativa eficaz, via prática de discurso, leva à convergência de expectativas pela convicção, o que possibilita o compartilhamento intersubjetivo de valores e, por conseguinte, convergência nos comportamentos. Ficam evidentes, então, os benefícios da ação comunicativa, responsável pela legitimação de princípios e pela garantia da efetividade dos regimes, desde que é responsável pela internalização de valores e, portanto, de princípios. Todavia, a nova questão que aqui se coloca é como avaliar a eficácia da ação comunicativa; ou seja, como saber se os valores difundidos estão realmente sendo internalizados. Muitas vezes, a formulação de regras não internalizadas dá a falsa impressão de que o regime é efetivo. Na verdade, é necessário verificar se os princípios que regem o regime estão em consonância com os valores intersubjetivos compartilhados internacionalmente.

Assim, para avaliar a efetividade, utilizaremos a mensuração elaborada por Oran Young, que estipula sete variáveis – transparência, resistência, regras de transformação, capacidade dos governos, distribuição do poder, interdependência e ordem intelectual – separadas em duas categorias: 1) os fatores endógenos, que envolvem propriedades e atributos dos próprios arranjos institucionais; 2) os fatores exógenos, relacionados a condições sociais ou contextuais mais amplas, dentro das quais funcionam arranjos institucionais específicos (Young, 2000: 238-239).

A *transparência* quanto ao cumprimento das regras é uma variável que pode demonstrar o quanto os valores estão internalizados e, portanto, o quanto o regime é efetivo. Segundo Young, “a efetividade das instituições internacionais varia diretamente com a facilidade do monitoramento ou da verificação do desempenho à luz das suas principais prescrições de conduta” (Young, 2000:239). Nesse caso, “a perspectiva de a violação ser percebida é muitas vezes tão importante quanto a possibilidade de sofrer sanções” (Young, 2000:240). A ação comunicativa eficaz permite a adoção de regras baseadas no entendimento mútuo, cujo não cumprimento poderá levar a constrangimento maior se comparado a um regime construído com princípios não internalizados. Assim, a coordenação do comportamento social por meio de argumentos persuasivos, conduz à transparência quanto às regras acordadas pois, havendo conformidade entre os valores internalizados pelos atores e regras estipuladas, o não cumprimento seria alvo de críticas coletivas. É nesse sentido que o impulso de infringir uma norma é abandonado quando se avalia a medida da exposição desse comportamento. A vergonha social que

possivelmente atingirá o que descumpre as regras pode impedir a violação e garantir a efetividade do regime.

A *resistência dos mecanismos de opção social empregados* também influi diretamente no grau de efetividade dos regimes, que definem, além do padrão de comportamento para os membros, procedimentos para chegar a escolhas sociais (coletivas). Os mecanismos de escolha social variam de acordo com sua resistência a perturbações, entendida em duas dimensões: as atividades governadas pelo regime e as atividades relacionadas a distúrbios contextuais (resistência exógena). O regime pode ser resistente em apenas uma dimensão ou nas duas. Isso porque, a prática muito resistente em determinado contexto social pode tornar-se mais frágil se o ambiente mudar; em novo contexto, os atores podem não compartilhar dos princípios que guiam as instituições estatais. Da mesma forma, regimes no seu funcionamento interno podem ter pouca capacidade de ajuste a mudanças externas (Young, 2000:242-244). A ausência de uma ação comunicativa eficaz na coordenação entre diferentes lógicas operatórias do sistema pode levar os sistemas à instabilidade interna ou à pouca capacidade de se adaptar a mudanças exógenas. Nas palavras de Young, “são os arranjos institucionais [regimes] resistentes que têm um papel importante como determinantes da conduta individual e coletiva no âmbito internacional” (Young, 2000:244).

Outra fonte de efetividade está vinculada às *regras de transformação*, ou seja, ao rigor das regras reconhecidas que regulam as mudanças nas normas substantivas do regime (Young, 2000:245). As condições que tornam exigente a reestruturação dos ordenamentos institucionais e disciplinam suas mudanças contribuem para sua efetividade. Acredita-se que regras de transformação exigentes serão constituídas mais facilmente se o regime for guiado por princípios sólidos, que estariam em consonância com os compartilhados pelo poder.

A *capacidade governamental* de implementar normas dentro de sua jurisdição, bem como a disposição do próprio governo para respeitá-las, também é uma variável válida para a percepção da efetividade política (Young, 2000:247). Nesse caso, a vontade política é fundamental na determinação da efetividade. Mais uma vez, a ação comunicativa mostra-se importante, já que a oposição ao governo ou à sua incapacidade para implementar suas normas podem ser reflexo da divergência entre as regras adotadas e os princípios internalizados e, portanto, da ausência de um entendimento mútuo construído via ação comunicativa.

A *distribuição de poder material* entre os membros do sistema, em que os mais poderosos são menos limitados, constitui-se como importante variável exógena que dificulta o respeito a regras institucionais. Se há forte assimetria de poder,

os atores menos poderosos sentem as regras com muito mais força, o que reduz a efetividade do governo, já os membros que detêm poder não se sujeitam às regras na mesma intensidade. Nesse caso, o que ocorre é que o regime pode até se estruturar, mas não o faz de forma efetiva. É certo afirmar, conforme sustenta Young, que quanto mais simétrica a distribuição de poder, mais difícil se torna, inicialmente, estabelecer arranjos institucionais que, no entanto, serão mais efetivos quando formados (Young, 250-252). Aqui, percebe-se que a adoção de regras por meio da racionalidade comunicativa, cujo resultado é o entendimento mútuo, ainda que elevem o custo de transação associado à formação da autoridade, permitem a criação de um regime mais simétrico e, portanto, mais efetivo.

Ressalte-se, no entanto, que a formação de um cenário totalmente simétrico na distribuição do poder é, antes, ilusão. Como Young, acreditamos que, do ponto de vista da efetividade, a existência de um ponto ótimo de assimetria na distribuição do poder permite a alguns atores assumirem a liderança nos processos de formação do conjunto, sem que se forme uma elite capaz de ignorar as regras adotadas (Young, 2000:252). O que se argumenta é que tal ponto ótimo será alcançado mais facilmente via ação comunicativa.

Outra variável levantada por Young como imprescindível para efetividade governamental é a *interdependência*, definida pela influência das ações dos membros individuais de um sistema social no bem-estar dos demais membros. A interdependência possibilita a realização de um processo decisório interativo – os resultados das escolhas de cada participante são determinados pela escolha dos demais. (Young, 2000:253-256). Dessa forma, na medida em que as ações individuais influenciam a coletiva, é mais fácil haver coordenação quando existe entendimento mútuo, construído pela difusão de princípios da ação comunicativa. Mesmo que, no primeiro momento, o processo de interdependência conduza a cooperação baseada na racionalidade estratégica, a interação obtida possibilita a aplicação do discurso, pela persuasão, e leva ao compartilhamento de princípios orientados por máxima universalizante.

Por fim, a última variável é a *ordem intelectual*, que tem papel fundamental na internalização dos princípios orientadores das regras de poder (Young, 2000:256-259). Na medida em que as comunidades epistêmicas se constituem fluxo transnacional capaz de influenciar as crenças e as tomadas de decisão dos atores, assumem papel importante na prática definida no âmbito internacional e, portanto, na ação comunicativa. Ao compartilharem o entendimento comum sobre determinados problemas e suas soluções, a influência dessas comunidades epistêmicas sobre os tomadores de decisão pode contribuir para a formação de

crenças comuns. Isso permite a internalização de princípios e, portanto, a formação do poder político. Nesse sentido, a ordem intelectual pode contribuir por meio da utilização de argumentos persuasivos, que podem levar à instauração de padrões de comportamento moldados em consonância com os princípios compartilhados.

As variáveis exploradas possibilitam a mensuração do grau de efetividade das instituições. O alto grau de transparência no respeito às regras - de resistência delas, de dificuldade de substituir os seus princípios formuladores, a disposição do governo em segui-las, o relativo grau de assimetria entre os participantes, o processo decisório interativo e a formação de comunidades epistêmicas com forte poder de persuasão - são sinais de uma ação comunicativa eficaz e, portanto, do compartilhamento de princípios em consonância com as regras acordadas. Nesse sentido, a efetividade do sistema vai ser maior, à medida em que se apuram as bases de entendimento.

Conclusão

A despeito das freqüentes críticas, a formação da política internacional ou, antes, dos arranjos institucionais, com a pretensão de regular comportamentos dos atores no sistema internacional, é uma realidade inevitável. Assim, torna-se imperioso reconhecer que o estudo das transações pactuadas deve ser mantido como prioridade no campo das relações internacionais. Não se pode, contudo, ao defender sua importância, como ensina Oran Young, admitir que os sistemas funcionem invariavelmente como determinantes da conduta internacional.

No presente trabalho, pretendeu-se tratar da construção de regimes e de sua efetividade sob o prisma da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Em sua teoria, Habermas parte do princípio de que os homens são capazes de ação e utilizam-se da linguagem para se comunicarem com seus pares, buscando o entendimento.

Argumentou-se que o processo de construção do poder pautado na racionalidade comunicativa de Habermas permite a adoção de normas de conduta baseadas em princípios internalizados pelos membros da comunidade internacional, que pactuam, com a conseqüente conformação de uma base de entendimento. Tal base, instrumentalizada pela comunicação, reforça a legitimidade das regras adotadas e facilita a construção de jogos de poder mais efetivos.

Para reforçar o argumento em favor da efetividade de processos políticos construídos por ação comunicativa, optou-se por fazer um cruzamento com as variá-

veis apontadas por Oran Young para avaliar os fatores que auxiliam a compreensão da importância de arranjos institucionais na determinação do comportamento internacional. Procurou-se, ainda que sucintamente, relacionar as variáveis de Young com a formação de forças de governo, segundo a teoria da ação comunicativa.

É forçoso reconhecer que o presente artigo carece de análise empírica, ou seja, da identificação de um regime construído pela racionalidade comunicativa e da verificação de sua efetividade na realidade, conforme as variáveis aqui utilizadas. Além disso, outra questão que se coloca é a necessidade de discutir como se dão as bases de entendimento. Se a construção de estruturas efetivas é importante na equalização do ordenamento do sistema internacional, ocorremos, então, que é importante compreender em que medida as bases de entendimento são apuradas. Percebe-se, pela teoria de Habermas, que há necessidade de construção de um espaço que permita a comunicação entre os atores e conduza à coordenação entre eles, servindo como estímulo para a construção de regimes efetivos. Tais espaços de interação possibilitariam a discussão entre os atores de naturezas diversas e, assim, proporcionariam ações guiadas pela racionalidade comunicativa. Novamente, uma abordagem empírica é essencial para se compreender a instrumentalização, na realidade, da teoria da ação comunicativa.

Malgrado suas deficiências aqui expostas, acredita-se que o presente trabalho atingiu o objetivo de refletir sobre a construção de regimes internacionais, sob a perspectiva da ação comunicativa. A teoria de Habermas parece-nos alternativa possível para compreensão da existência de arranjos institucionais no sistema internacional e a medida de sua efetividade.

Notas

¹ De acordo com Keohane e Nye, entende-se por “costly effects” aqueles que provocam consequências em cadeia. “Eles podem reduzir custos ou prover benefícios, bem como impor custos” (Keohane e Nye, 2001: 236).

² “Regimes can be defined as sets of implicit or explicit principles, norms, rules and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a given area of international relations (Krasner, 1983:2).

³ Posição adotada por Gilpin (cf. Guzzini, 1997).

⁴ Posição adotada por Keohane (cf. Suhr, 1997).

⁵ É extensa a literatura sobre as transformações no sistema internacional, a partir da década de setenta, que ampliaram o papel de atores transnacionais e determinaram, na lição de Rosenau, o

surgimento do mundo multicêntrico, que passa a coexistir com o estatocêntrico. (Rosenau, 1990). Não se pretende, aqui, analisar a natureza das transformações ou suas conseqüências, já exaustivamente debatidas na literatura específica de relações internacionais.

⁶ Há uma diversidade de interpretações teóricas, no que se refere à manutenção e estabilidade do regime e a sua efetividade. Estas podem ser resumidas em três grupos que analisam a formação e a consolidação de regimes, de acordo com variáveis principais diferentes – realista, neoliberal e cognitivista, cujos elementos centrais são: poder, interesse e conhecimento, respectivamente.

⁷ Importante ressaltar que, no decorrer de todo o texto, falar-se-á em compartilhamento de princípios – estabelecimento de convicções comuns que levam à convergência de comportamentos – mas esse processo não pressupõe superação das diferenças, e sim, coordenação entre os personagens envolvidos.

⁸ Kant considera moral como (...) *uma prática no sentido objetivo, enquanto totalidade de leis que ordenam incondicionalmente, de acordo com as quais ‘devemos’ agir, sendo um evidente absurdo alguém depois de ter admitido a autoridade deste conceito do dever, querer dizer que não se pode realizá-lo.* (Kant, 1985:130).

⁹ *Una acción orientada al éxito la llamamos ‘instrumental’ cuando la consideramos bajo al aspecto de observancia de reglas técnicas de acción y evaluamos el grado de eficacia de la intervención en un estado físico; en cambio, a una acción orientada al éxito la llamamos ‘estratégica’ cuando la consideramos bajo el aspecto de observancia de reglas de elección racional y evaluamos el grado de eficacia cosechado en el intento de influir sobre las decisiones de un oponente racional. Las acciones instrumentales pueden ir asociadas a interacciones sociales, las acciones estratégicas ‘son’ acciones sociales.*

¹⁰ Tais normas básicas de interação seriam o que Habermas apresenta como as regras do discurso: 3.1- *É lícito a todo sujeito capaz de falar e agir participar de discursos.* 3.2- a. *É lícito a qualquer um problematizar qualquer asserção.* b. *É lícito a qualquer um introduzir qualquer asserção no discurso.* c. *É lícito qualquer um manifestar suas atitudes desejos e necessidades.* 3.3- *Não é lícito impedir falante algum, por coerção exercida dentro ou fora do discurso, de valer-se de seus direitos estabelecidos em 3.1 e 3.2.* (Habermas, 1989: 92).

Referências

- GUZZINI, Stefano. “Robert Gilpin: the realist quest for the dynamics of power”. In NEUMANN, Iver B.; WÆVER, Ole (eds.). *The future of international relations. masters in the making?* London; New York: Routledge, 1997, pp.121-143.
- HABERMAS, Jurgen. “Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática”. In *Estudos avançados*. São Paulo:IEA/USP, out, 1989.
- HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A. 1994.
- HASENCLEVER, Andreas; RITTBERGER, Volker; MAYER, Peter. *Theories of international regimes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Trad. Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- KEOHANE, Robert O. *After hegemony – cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. *Power and interdependence*. Nova York: Longman, 2001.
- KRASNER, Stephen D (ed.). *International regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- _____. “Regimes and the limits of realism: regimes as autonomous variables”. In KRASNER, Stephen D. (ed.), *op cit*, pp.355-368.
- _____. “Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables”. In KRASNER, Stephen D. (ed.), *op cit*, pp.1-21.
- KRASNER, Stephen D. *Sovereignty - organized hypocrisy*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- ROSENAU, James. *Turbulence in world order*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- RUGGIE, John. “Multilateralism: the anatomy of an institution”. In RUGGIE, John G. (ed.). *Multilateralism matters. The theory and praxis of an institutional form*. New York: Columbia University Press, 1993, pp. 3-48.
- STRANGE, Susan. “Cave! hic dragones: a critique of regimes analysis”. In KRASNER, Stephen D. (ed.), *op cit*, pp.337-354.
- SUHR, Michael. “Robert O. Keohane: a contemporary classic”. In NEWMANN, Iver B.; WÆVER, Ole (eds.), *op cit*, pp. 90-120.
- VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. *International relations theory* 2.ed. New York: Macmillan, 1993.
- YOUNG, Oran R. “A eficácia das instituições internacionais: alguns casos difíceis e algumas variáveis críticas”. In CZEMPIEL, Ernest-Oho, ROSENAU, James N. (org.). *Governança sem governo; ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora UNB, 2000. pp. 219-261.
- YOUNG, Oran R. *Governance in world affairs*. London: Cornell University Press, 1999.

Resumo

Neste artigo, discute-se a formação e a efetividade de regimes internacionais segundo a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. A efetividade dos regimes internacionais é avaliada por meio das variáveis de Oran Young - transparên-

cia, resistência, regras de transformação, capacidade dos governos, distribuição do poder, interdependência e ordem intelectual. Defende-se que a criação de regimes efetivos se dá por meio de regras estruturadas pela racionalidade comunicativa. Nesse sentido, a efetividade estaria relacionada à formação de uma base de entendimento, baseada em princípios compartilhados.

Palavras – chave: Efetividade; Distribuição de poder; Interdependência.

Abstract

In this article, we discuss the formation and the effectiveness of international regimes according to Jürgen Habermas's theory of communicative action. The effectiveness of international regimes is evaluated by Oran Young's variables: transparency, resistance, rules of transformation, government capacity, power distribution, interdependence and intellectual order. We advocate that the creation of effective regimes can be achieved through rules structured by communicative rationality. Thus, effectiveness would be related to the formation of a basis of understanding, supported by shared principles.

Key words: Effectivity; Power Distribution; Interdependence.

Resumen

En este artículo, se discute la formación y la efectividad de los regímenes internacionales conforme la teoría de acción comunicativa de Jürgen Habermas. La efectividad de los regímenes internacionales es evaluada a través de las variables de Oran Young: transparencia, resistencia, reglas de transformación, capacidad gubernamental, distribución de poder, interdependencia y orden intelectual. Se defiende que la creación de regímenes efectivos ocurre por medio de reglas estructuradas por la racionalidad comunicativa. Así, la efectividad estaría relacionada a la formación de una base de comprensión, apoyada por principios compartidos.

Palabras clave: Efectividad; Poder de transparencia; Interdependencia.

(...) As moças modernas entraram de participar ativamente do vórtice da vida cotidiana, disseminando-se nas oficinas, nas repartições públicas, nas lojas comerciais, e foram eliminando, pouco a pouco, aquela reserva feminina que encontrava o seu maior fascínio e traduzia, no mesmo passo, a força inibitória do apurado sentimento de pudor (...)¹

Introdução

Na definição de “moças modernas”, feita pelo jurista Nelson Hungria, em 1937, é visível o tom de lamentação pela “inocência perdida” das mulheres da época, ao adquirirem visibilidade pública no mundo do trabalho, “*disseminando-se nas oficinas, nas repartições públicas, nas lojas comerciais*”. Tal perda era por ele considerada e por muitos outros que compartilhavam sua visão de mundo, como um dos efeitos nocivos da modernização e associada à “crise moral e dos costumes” que atravessava a sociedade brasileira naquele momento.

Tratava-se, então, de movimento que precisava ser contido, controlado e mesmo retrocedido, de modo a manter e/ou reconduzir as mulheres à domesticidade de seus lares e aos papéis tradicionais de esposa, mãe, educadora dos filhos e administradora da casa. Enfim, mantê-las “resguardadas” dos perigos do “*ambiente social moderno, com suas amplas ciências e licenciosidades*”,² submetê-las ao confinamento do espaço privado, visto como despolitizado, desprovido de visibilidade e de poder.

A reserva feminina

Lamentar a perda da “*reserva feminina*”, da “*força inibitória do apurado sentimento de pudor*”, justamente o “*maior fascínio*” das mulheres, constitui recurso retórico, maneira de justificar um sistema moral, freqüentemente transgredido e que, sem a alusão às tradições passadas, pareceria exagerada e sem base na realidade. Mas, sobretudo, tal lamentação sinaliza para a permanência de representações cristalizadas no imaginário social acerca das mulheres, seus corpos, sexo e sexualidade, bem como do sistema moral que as conforma. Assim, o apelo ao pas-

sado, às tradições, como recurso retórico, tem o poder de convencimento precisamente porque aquelas construções encontram-se informadas por idéias sociais poderosas, atuantes no imaginário social do presente. Como tais, elas “orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais” e interferem na “definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais”³. Dentre os itens desse saber socialmente compartilhado, o da fragilidade física e moral das mulheres, bem como de sua periculosidade, tem justificado a posição de subordinação ao poder masculino, ou seja, suas leis, normas, códigos, valores e significações.

Não por acaso Nelson Hungria faz uso de tal recurso ao definir as “moças modernas” como um “tipo de moça bem diferente do que era há meio século”,⁴ uma vez que perderam sua principal virtude, a tal “reserva feminina”, o imprescindível “apurado sentimento de pudor”, a não explicitada liberdade de escolha quanto ao exercício da sexualidade. Tal mudança foi argumento utilizado por aquele jurista para defender a revogação do Código Penal de 1890 por considerá-lo “teoricamente ultrapassado e por se basear em conceitos morais antiquados”. Esse foi finalmente substituído em 1940 com a promulgação de um novo código cujo projeto foi apresentado pela comissão formada pelos desembargadores Nelson Hungria, Vieira Braga e Narcélio de Queiroz e pelo procurador público Roberto Lyra. Nesse dispositivo legal, não obstante seu propósito de estar sintonizado com as mudanças engendradas no contexto da modernização, observa-se a permanência dos “conceitos morais antiquados”, no que concernia à conduta das mulheres, que anunciou eliminar.

Com efeito, a elaboração e promulgação do Código Penal de 1940 apresentou-se como resposta às necessidades de adaptação das antigas prescrições legais à realidade de uma sociedade vincada pelas transformações inscritas no projeto de modernização conservadora do governo Vargas: industrialização, urbanização, difusão de novos meios de comunicação, cultura de consumo e de lazer, dentre outras. Nas mudanças de comportamento ocorridas, enfocava-se, todavia, a excessiva liberdade da “mulher moderna” como um dos efeitos daninhos da modernização. As mulheres, modernas ou não, embora constituídas a partir de experiências múltiplas, diversas e variáveis, eram vistas pelo pensamento jurídico da época sob perspectiva essencialista, universal e fixa, contida na representação singular de “mulher”.

Assim, segundo aquele pensamento, a “mulher moderna” do período do pós-guerra, ao sair da proteção da intimidade vigilante do lar para trabalhar e/ou receber uma “educação moderna”, tornou-se objeto de “todas as classes de sedu-

ção”.⁵ Nesse sentido, ela se tornou sobretudo uma ameaça à desagregação da família e à degradação dos costumes, dominada que foi pela “*idéia errônea de sua emancipação... faz tudo para perder o respeito, a estima e a consideração do homem*”.⁶ Ameaça, essa, que precisava ser eliminada com a “*interpretação criativa*” de conceitos como a honra e a virgindade femininas, pois, conforme ressaltava o jurista Nelson Hungria, “as moças modernas” subtraíram-se “*à vigilância e disciplina familiares e fizeram-se precoces na ciência dos mistérios sexuais (...)*”.⁷

Conter esse movimento, de modo a reconduzir as mulheres ao confinamento do espaço doméstico – para se dedicarem exclusivamente à maternidade, aos cuidados com os filhos/marido/casa, para se entregarem à função de “*guardiãs da moral e dos bons costumes*”⁸ – foi objeto de investimento do saber jurídico da época. Significativamente, como atenta Sueann Caulfield, algumas das mudanças mais contundentes e controvertidas na lei penal de 1940 diziam respeito à família e aos direitos sexuais. Aquela permaneceu definida como instituição patriarcal, na qual o marido conservava a posição de “chefe do casal” e a esposa a de “incapaz” para fins de representação jurídica. Quanto aos delitos sexuais, foram separados em duas categorias diferentes – crimes contra a família e crimes contra os costumes. A “honra da família” desaparecia do texto do código, no entendimento de que as violências sexuais constituíram ofensas contra os costumes sociais e não mais contra a família, desatrelando a associação existente no código de 1890 entre “honestidade” sexual das esposas/filhas e honra dos maridos/pais/família. Assim, adultério, bigamia, fraude matrimonial e abandono dos filhos foram incluídos como crimes contra a família; enquanto estupro, sedução, rapto e atentado ao pudor, como crimes contra os costumes sociais.⁹

A sedução

Dentre esses, o crime de “defloramento”, do antigo Código Penal, passou a ser denominado “sedução”, conforme disposto no artigo 217 do Código de 1940. Nesse, explicitam-se os critérios para sua caracterização: “*emprego de meios de sedução, com abuso da inexperiência ou justificável confiança da mulher; desvirginamento mediante conjunção carnal; idade da ofendida entre 14 e 18 anos.*”¹⁰ A substituição do “defloramento” por “sedução”, em vez de romper com a cultura do hímen, como defendida por um grupo de juristas, do qual Roberto Lyra era um dos representantes mais combativos,¹¹ reafirmou-a, ao manter a exigência legal da “virgindade física” anterior à evidência do crime, o elemento relativo ao precedente *status virginítatis* da vítima.

Na ressemantização operada, reforçou-se tal cultura, ao manter o valor social conferido à virgindade física, ao hímen não rompido, reafirmado pela inclusão do critério da “virgindade moral”, ou seja, da exigência da comprovada “*inexperiência ou justificável confiança da mulher*”. Isso, na prática, demandava “conduta recatada”, isto é, abstinência sexual entre as mulheres solteiras e retidão moral. Tal construção respaldava-se na justificativa legal de incorporação de conceitos da escola do direito positivo, como a noção de que a “*responsabilidade criminal*” deveria ser avaliada segundo condições sociológicas, psicológicas e biológicas/sexuais de cada indivíduo¹², ou seja, segundo suas experiências.

Assim, a sedução, interpretada agora também como “*excitação sexual*” e não mais como apenas “*promessa de casamento*”, tal como a considerava o Código de 1890, constituía delito cuja prova residia no estado de virgindade “física” e “moral” da vítima. A virgindade física permaneceu, dessa forma, protegida como componente central, decisório da pureza, da honestidade feminina protegida pela lei, pois vista como “*dique de contenção moral*”.¹³ Modernas ou não, as mulheres permaneciam definidas como seres inferiores aos homens, desprovidas de força moral, movidas pelo instinto e, dessa forma, deveriam ser objeto da tutela, explicitada como “proteção” do Estado, particularmente do seu aparato judiciário. Afinal, como a sedução era crime contra os costumes, competia ao Estado zelar para que eles não se corrompessem, intervindo no controle dos corpos, sexos, sexualidades e desejos dos indivíduos, particularmente das mulheres. Daí o Código “proteger” a virgindade física, desde que abalizada pela conduta moral da vítima; isto é, protegia a “*membrana com virtude*”.¹⁴ Trata-se de dispositivo legal que finalmente assegurava proteção aos costumes sociais e não aos direitos individuais das mulheres, como cidadãos.

Na proteção à “*membrana com virtude*”, explicita-se a dimensão moral sempre presente no julgamento dos crimes sexuais contra as mulheres, agora fortalecida pela sua reafirmação legal. Tal orientação moralizante e moralizadora dos comportamentos sociais tinha em vista especialmente as mulheres, definidas como desprovidas de força moral e portanto vulneráveis aos “*estímulos corruptíveis do ambiente social moderno*”.¹⁵ Sua reduzida capacidade de raciocínio, aliada à elevada impressionabilidade, tornavam-nas presas fáceis aos “estímulos sensuais” proporcionados pelo rádio, imprensa e cinema, disseminadores de imagens da modernidade moralmente questionável.

Também o cenário de periculosidade, presente nas representações historicamente construídas acerca da “natureza feminina”, da “essência da mulher”, mantinha todas as mulheres, jovens ou não, experientes ou inexperientes, sob suspeita.

Nesse sentido, não mereciam a proteção legal no caso dos crimes de sedução. Pelo contrário, ao incluir o critério da conduta moral para as vítimas desse crime, criava-se a dupla exigência a que estavam submetidas apenas as “*moças modernas*”, pois o requisito de virgindade física e moral não era aplicado aos acusados de tal delito. Esses encontravam-se, assim, protegidos pela lei contra as investidas e artimanhas das “perigosas” mulheres “modernas”, que foram transformadas, na arquitetura de defesa dos réus, de seduzidas a sedutoras.

Sob tais perspectivas é que analisamos um conjunto de processos relativos a crimes de sedução ocorridos na Comarca de Araguari, Minas Gerais, entre 1940 em 1950; ou seja, na primeira década de vigência do Código Penal de 1940. Afinal, nosso propósito era o de perceber como, à luz do novo dispositivo legal, foram interpretados e significados aqueles tipos de crime que, no Código de 1890, eram classificados como de “defloramento”. O interesse residia justamente em buscar apreender como se processou o exercício do poder de controlar o campo do significado social pelo aparato jurídico, ao nomear aquele tipo de delito como “*crime contra os costumes sociais*”. Separado formalmente dos crimes contra a família, tal construção fundamentava-se em duas outras – a de uma “crise moral” da sociedade e a do perigo que as “mulheres modernas” representavam para a degeneração dos costumes.

Não resta dúvida de que as imagens/valores/normas/significações que informavam o Código de 1940 reafirmavam o poder masculino no controle da vida social, ao ressignificar as assimetrias nas relações entre homens e mulheres, ao ordená-las legalmente segundo a perspectiva binária e fixa do sistema sexo/gênero. Tais construções orientaram os juízes de Araguari nos julgamentos dos processos de crimes de sedução, como foi o caso, por exemplo, de Maria Aparecida Rodrigues. Nesse, é visível a arquitetura de defesa do advogado do acusado, centrada em apresentar a vítima como sedutora, já que “experiente”, “independente”, “moderna” e, por conta disso, desprovida da “*membrana com virtude*”, não obstante seus apenas quinze anos de idade vividos em lugarejo “*sem luz elétrica, sem cinema ou clubes de diversões*”. Segundo o depoimento de Abadio Peixoto, testemunha de Oswaldo Vieira de Paiva, vinte anos de idade, acusado pela namorada Maria Aparecida Rodrigues de crime de sedução, aquela “*fazia o que queria*”, no pequeno arraial onde vivia, o Distrito de Amanhece, que

(...) é um lugar atrasado, sem luz elétrica, sem cinema ou clubes de diversões, que as moças costumam passear com seus namorados no vai e vem na plataforma da estação e numa das ruas, que esses passeios são feitos aos

*domingos e dias de festas, que não são comuns os casos de defloração no Amanhece (...) que o procedimento leviano de Maria Aparecida ensejava a possibilidade de relações com a mesma, que a vítima, dada a falta de fiscalização sobre a mesma, fazia o que queria, que Maria andava com qualquer um que aparecesse, que uma outra irmã de Maria Aparecida também foi desvirginada, estando atualmente na rua, que Maria ia em todos os bailes, acompanhada com o namorado que tivesse, que conhece o denunciado e sabe que o mesmo tem tido bom procedimento (...)*¹⁶

Tal construção é traço característico dos dez processos analisados.¹⁷ Em todos eles, verifica-se a transformação das seduzidas em sedutoras, graças aos recursos retóricos dos defensores dos acusados/réus. O argumento central apresentado por aqueles foi a alegação da ausência de “virgindade moral” das vítimas, supostamente comprovada pela sua conduta emancipada, desenvolta, moderna, isto é, sem a presença de alguma pessoa de família pelos espaços de lazer da cidade, bem como de trabalho. Sob tal lógica, não obstante a condição anterior ao delito de seu estado de “virgindade física”, do precedente *status virginitatis*, elas não possuíam a conduta merecedora da proteção da justiça, pois tinham tido uma “membrana”, mas sem “virtude”. Até mesmo aquele tipo de virgindade foi colocado sob suspeita pelos defensores dos acusados, ao identificarem as seduzidas/sedutoras como moças de “*costumes soltos*”, que viviam de “*namoros íntimos com diversos rapazes*”, que “*andavam com qualquer um que aparecesse*”.¹⁸

Outro traço foi a referência pela promotoria à promessa de casamento como evidência do crime de sedução, sem reportar-se à “excitação sexual” das vítimas, definida como característica biológica tão normal quanto a masculina, pelo Código de 1940. A tal “aquisição científica”, embora incorporada por aquele dispositivo legal, permanecia ainda não assimilada como orientação na arquitetura dos referidos processos. Afinal, era provavelmente nulo o poder de convencimento desse argumento – o da normalidade da excitação sexual feminina – em uma sociedade informada por um imaginário no qual esse traço era visto exatamente como “desvio”, “descontrole”, “exarcebção” dos sentidos, impróprios e inaceitáveis para uma jovem que se apresentava como vítima do crime de sedução.

Ressalte-se, ainda, os visíveis recortes de gênero e de classe social. São processos nos quais as vítimas, adolescentes de famílias pobres, solicitavam a proteção assegurada em lei contra os crimes de sedução de que haviam sido objeto. O estigma da desonra que tal delito lhes impingira, expresso nas discri-

minações e exclusões sociais a elas impostas, deveria, assim, ser reparado por força da lei, com o casamento, ou com a prisão do réu, nos casos em que esse já fosse casado. É significativa a ausência de vítimas de crime de sedução entre jovens das camadas médias e superiores da sociedade. Tal ausência aponta menos para a ação disciplinadora das famílias sobre a sexualidade das filhas e mais para estratégias familiares para resguardar-se e resguardá-las, tratando a sedução como questão a ser resolvida na intimidade, no âmbito do poder doméstico.

Conclusão

A análise dos processos possibilitou-nos perceber como as representações sociais de gênero, sexo e sexualidade operaram na produção de práticas discursivas e não discursivas, caras ao investimento do saber jurídico no jogo de forças para exercer o controle do campo do significado social.¹⁹ Uma delas, a de “crise moral” decorrente da modernização, que justificou a promulgação de um novo Código, visivelmente centrado na “moralização” dos costumes, no qual a reafirmação dos papéis tradicionais das mulheres foi condição e resultado buscados. Outra, a “virgindade moral”, como construto jurídico que criava uma exigência adicional, para efeito de comprovação, em juízo, da condição de seduzida, a de seu comportamento. Também, a da construção de mulheres “modernas”, mulheres “perigosas”, cujos movimentos precisavam ser detidos, contidos e retroagidos porque sua independência, advinda principalmente mas não exclusivamente da inserção no mundo do trabalho, era vista como ameaça, como fator de desagregação da ordem familiar patriarcal. Enfim, os crimes de sedução, ao serem classificados como crimes contra a família, explicitam o exercício do poder jurídico e masculino sobre os corpos, sexualidades e comportamentos das mulheres.

Notas

¹ HUNGRIA, Nelson. “Crimes sexuais”. In *Revista Forense*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, n. 70, abr. 1937, p. 220.

² *Idem, ibidem.*

³ JODELET, Denise (org). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 22.

⁴ HUNGRIA, Nelson. *Op. cit.*, p. 220.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 221.

⁶ *Idem, ibidem*.

⁷ *Idem, ibidem*.

⁸ BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado. O mito do amor moderno. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 256.

⁹ CAULFIELD, Sueann. “Que virgindade é esta? A mulher moderna e a reforma do Código Penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940”. In *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 9, n. 1-2, jan/dez 1996, p. 167.

¹⁰ HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão Cortes de. Comentário ao Código Penal. 13ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1956, p. 187, v. VIII.

¹¹ LYRA, Roberto. *Frutos verdes*. Rio de Janeiro: Brasileira Lux, 1925. p. 17-20.

¹² RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Clássicos e positivistas no moderno direito penal brasileiro: uma interpretação sociológica. In HERSCHMAN, Michel e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (eds). *Uma invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos de 1920-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 130-146.

¹³ CAULFIELD, Sueann. Op. cit., p. 193.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 181.

¹⁵ HUNGRIA, Nelson. “Crimes sexuais”... Op. cit., p. 220.

¹⁶ Secretaria Criminal. *Processo crime de sedução*. Araguari, 09 de julho de 1945, maço 46.

¹⁷ Secretaria Criminal. *Processos crime de sedução*. Araguari, 1940 a 1950, maços nº 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 88, 89, 113.

¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 41.

Resumo

Análise das representações sociais de gênero, sexo e sexualidade que operaram na produção de práticas discursivas e não discursivas, caras ao investimento do saber jurídico, no jogo de forças para exercer o controle do campo do significado social. A crise social decorrente da modernização justificou a “moralização” dos costumes, no qual a reafirmação dos papéis tradicionais das mulheres foi condição e resultado buscados.

Palavras-chave: Gênero; Representação social; Moralização.

Abstract

Analysis of the social representations of gender, sex and sexuality that have operated in the production of discursive and non discursive practices important to the inversion of juridical knowledge in the struggle for the control of the field of social meaning. The social crisis derived from modernization justified the moralization of social habits, in which the reassurance of the traditional role of the women was both the condition and the intended result.

Key words; Gender; Social representation; Morality.

Resumen

Análisis de las representaciones sociales de género, sexo y sexualidad que operaron en la producción de prácticas discursivas y no discursivas relevantes en la inversión del saber jurídico en el juego de fuerzas para el ejercicio de control de campo del significado social. La crisis social derivada de la modernización ha justificado la moralización de las costumbres, en el cual la reafirmación de los roles tradicionales de las mujeres fue una condición y el resultado pretendido.

Palabras clave: Género; Representación social; Moralidad.

OPINIÃO

Introdução

O ano de 1453 foi o divisor entre a Idade Média e a Idade Moderna, com a tomada de Constantinopla, pelos turcos, que marcou o fim do Império Romano. Com esse evento, Espanha e Portugal sofreram grande golpe em suas economias, pelo bloqueio do Mediterrâneo, que dificultou o comércio naquela área, principalmente com Ásia. Com a descoberta da América em 1492, por Cristóvão Colombo, as coroas portuguesa e espanhola se lançaram à conquista de novos territórios. No entanto, essa parceria não se deu de forma amigável, porque os interesses pela colonização de novas terras eram grandes e as rotas marítimas, naquele momento, se desenvolviam pelo Atlântico. Tudo porque Colombo, ao descobrir a América, pensava ter chegado às Índias. Dessa forma, o Atlântico tornou-se área de conflitos ideológicos-mercantis entre Espanha e Portugal. Tais conflitos tiveram a intervenção do Papa Alexandre VI, com a Bula Intercoetera, assinada em 1493, instrumento político que serviu de base para o Tratado de Tordesilhas, de 1494¹. Com o acordo, o mundo enfrentou transformações profundas, principalmente porque os Estados signatários começaram a monopolizar o comércio na América, na Ásia e na África, disseminando o processo de colonização nesses continentes, incluindo o Brasil, que estava na rota do Atlântico Sul, área de interesse de Portugal.

O marco da História do Brasil é 1500, ano em que Portugal partiu para a conquista de suas terras pré-estabelecidas; em 22 de abril desse ano, Pedro Álvares Cabral aportou no sul da Bahia, região que denominou Porto Seguro.

Não obstante, não existem relações ou acordos *ad eternum*; os interesses mudam a ordem natural dos acontecimentos e isso aconteceu com o Brasil, quando Portugal, aproveitando-se da união com a Espanha (1580-1640), rompeu a linha de Tordesilhas. Os portugueses quebraram o acordo com os espanhóis e ocuparam-lhes as terras, dentre elas a Amazônia, como aconteceu em 1637, quando o Capitão Pedro Teixeira, subindo a calha do Amazonas, chegou a Quito, dois anos depois. Por onde passou fincou marcos territoriais em nome de Portugal (VIANNA, 1980). Entretanto, não teve somente Espanha e Portugal como protagonistas de sua história. Ali estiveram holandeses, franceses, ingleses e até

mesmo norte-americanos, que contribuíram, de maneira indireta, para minar a consolidação territorial brasileira.

Há preocupação latente sobre a soberania da Amazônia, porque as riquezas naturais do planeta estão se esaurindo e ela representa o grande “Eldorado” do Século XXI. Suas riquezas naturais e sua biodiversidade não encontram similar em outros lugares, tanto em quantidade quanto em diversidade. É das regiões bioenergéticas e biogenéticas mais importantes do mundo.

O presente artigo tem como objetivo sintetizar o processo de ocupação da região amazônica, porém, antes apresenta um resumo de suas características geográficas e breve retorno às origens dos ideais portugueses e espanhóis sobre a exploração de novas terras, principalmente americanas, bem como a inserção do Brasil nos projetos geopolíticos das casas reais de Espanha e Portugal.

Nos itens três e quatro, serão apresentados dois momentos em que a soberania amazônica esteve disputada por mais países europeus: os franceses, desejando as terras do Amapá e, os ingleses, as de Roraima.

No item cinco, os protagonistas não mais eram europeus, mas brasileiros, bolivianos e, como coadjuvantes, os americanos. O Acre, conforme o Tratado de Ayacucho de 1867, era território boliviano, mas ocupado por brasileiros. A partir desse ano, até 1903, quando o Acre foi definitivamente incorporado ao território brasileiro, muitas discussões e conflitos ocorreram sobre a quem pertencia, se ao Brasil ou à Bolívia. Pela incapacidade diplomática da Bolívia, o Acre passaria às mãos dos americanos, que assumiriam o poder sobre a região contestada, como forma de resolver os conflitos entre os dois países.

Nos itens seis e sete serão discutidas as questões de ingerência dos Estados Unidos sobre o Continente Americano e seus reflexos no Brasil, bem como breve discussão sobre o mito da “Internacionalização da Amazônia”.

No item nove, serão apresentados, sucintamente, alguns projetos de integração, desenvolvimento e segurança propostos para a região amazônica, embora de forma desconexa, mas que representam esforço para integrá-la às demais regiões do País.

1. Caracterização geográfica da Amazônia

A Amazônia é um vasto território localizado ao norte da América do Sul, cuja área total é de quase 7 milhões de quilômetros quadrados. Compartilham essa área nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa (que é Departamento Ultramarino da França). Dessa

área, cerca de 80% da região pertencem ao Brasil e representam mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, equivalendo, aproximadamente, a 61,2% da área total do País.

Em termos de extensão, a Amazônia brasileira é sete vezes maior do que a França e daria para abrigar em seu interior o equivalente a 32 países da Europa, com exceção da Rússia. Para se ter idéia dessa imensidão, a ilha de Marajó, com cerca de 50 mil km², chega a ser maior que países como Suíça, Holanda e Bélgica (SIVAM, 2005).

A diversidade animal e vegetal da Amazônia é fenomenal: cerca de 200 espécies diferentes de árvores por hectares, representando um terço de toda a área de florestas tropicais do planeta; 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e 300 de mamíferos. Mais de dois milhões de espécies e 30% do banco genético do mundo disputam o espaço amazônico. Tudo isso entrelaçado pela maior bacia de água doce da Terra (SIVAM, 2005).

As riquezas minerais da Amazônia são outros elementos que a caracterizam como ambiente cobiçado, sendo também o seu subsolo rico em diversidade. Cassiterita, ouro, manganês, hematita, diamante, petróleo, gás natural, urânio, bauxita, cobre, gemas, chumbo, níquel, cromo, caulim, sais de potássio, sal-gema e muitos outros de importância secundária fazem parte das reservas potenciais dessa vasta região (ADAS, 1998). Em contraposição, é uma área com baixa densidade demográfica, com cerca de 3,2 habitantes por km², onde 16,5 milhões de habitantes disputam a imensidão amazônica, o que significa apenas 12% da população nacional.

2. As primeiras incursões na região amazônica

Se há países que poderiam reivindicar uma possível retomada do território amazônico, um desses seria a Espanha, porque foi ela que anunciou para o mundo a sua existência; e até mesmo porque o Tratado de Tordesilhas de 1494 concedia-lhe a posse das terras a oeste da linha imaginária, porção essa que enquadraria quase toda a Amazônia (REIS, 1965).

No início do século XVI, o cronista Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez manteve contato com Francisco de D'Orellana, em S. Domingos, que relatou ao Cardeal Pietro Bembo tudo sobre o novo continente e, nesse contexto, a Amazônia. Esse relato, tendo circulado na Europa por volta de 1555, mostrava algumas das riquezas da região. Essa publicação, segundo REIS (1965), pode ter sido o marco da história da cobiça internacional da Amazônia.

Com o objetivo de encontrar a região do “Eldorado”², Orellana percorreu o longo caminho de Quito até o Atlântico, catalogando informações sobre a riquíssima região visitada, como recursos naturais e sua economia, até o inusitado encontro que teve, em 1541, com os povos da floresta e as lendárias mulheres guerreiras, as “Amazonas”³. Por não haver, no primeiro momento, interesse na ocupação da Amazônia, os espanhóis concentraram suas atenções em áreas mais rentáveis.

Outros grupos, em especial ingleses e holandeses, que muitas vezes não tinham apoio de suas metrópoles, se aventuravam em busca de especiarias, metais preciosos, ou quaisquer empreendimentos mercantis na região amazônica. O Planalto das Guianas foi a porta principal para que esses povos adentrassem e instalassem feitorias na região: os holandeses, em 1600, na região do Xingu; e ingleses, no Oiapoque, em 1611. A partir de 1613, entretanto, as incursões na Amazônia passam a ter o apoio direto de governos, que criaram entrepostos comerciais, visando os mercados local e europeu, para onde exportavam as especiarias amazônicas (REIS, 1965).

Em anos posteriores, outros aventureiros ingleses, a exemplo do capitão Roger North, que constituiu uma companhia que projetava a colonização da Amazônia, marcaram presença em terras ainda espanholas. A Espanha, invocando o Tratado de Tordesilhas, recorreu à Inglaterra para protestar contra a ação de Roger, que imediatamente foi proibida, porque, segundo a corte espanhola, lhe feria a soberania territorial. Não obstante, Roger, desconsiderando tal proibição, empreendeu novas aventuras na região (REIS, 1965).

Os ideais e o espírito de conquista, principalmente num momento em que as fronteiras dos Estados absolutistas ainda estavam se engendrando, não eram receitas a serem seguidas pelos sucessores imperiais. Cada casa imperial defendia seus interesses, mesmo que colocasse em risco suas relações políticas com outros Estados. Aliás, respeitar apenas uma linha imaginária, ratificada apenas por dois países, não tinha muito sentido, e isso foi a base para outras incursões européias na Amazônia, chegando a ponto de ser cogitada uma intervenção direta da Coroa Britânica, na área.

Portugal e Espanha disputavam o controle da região: o primeiro, tentando controlar a entrada da bacia do rio Amazonas; o segundo, a parte próxima ao Peru. Em 1637, Portugal, incomodado pela constante presença de espanhóis, organizou uma expedição liderada por Pedro Teixeira que, partindo na direção Pará-Peru, tomou posse de vasta porção da bacia Amazônica. Era, portanto, ultrapassado o Meridiano de Tordesilhas.

Segundo WEHLING, o acontecimento teria pouca expressão se não tivesse sido divulgado no livro do padre Cristóvão de Acunã, *o Novo descobrimento do grande rio das Amazonas* (1999:114). Essa obra, publicada em 1641, trouxe grande preocupação para a Espanha, considerando que a união com Portugal (1580-1640) não existia mais. Por esse motivo, foi retirada de circulação, pois poderia causar problemas irreparáveis quanto aos interesses espanhóis na região. A participação das missões religiosas, tanto espanholas, quanto portuguesas, no processo de ocupação das terras amazônicas, teve fundamental importância, porque era estratégia para minar pretensões contrárias na região (REIS, 1965).

Por incapacidade, ou até mesmo pela falta de interesse de ocupar terras nessa porção da América do Sul, a Espanha perdeu sua soberania sobre a Amazônia, o que se confirmou em 13 de janeiro de 1750, quando assinou com Portugal, o Tratado de Madri⁴ (VIANNA, 1994). Entretanto, as pretensões estrangeiras sobre a Amazônia continuaram: franceses, ingleses, holandeses e norte-americanos se arriscaram a subtrair áreas estrategicamente importantes do território brasileiro.

3. Ambições francesas sobre o território amazônico

Os franceses estiveram muito próximos de quebrar a hegemonia de portugueses e espanhóis, pois não reconheciam o Tratado de Tordesilhas. Para a França, a terra pertencia a quem efetivamente tomasse posse, princípio conhecido como *Uti Possidetis*⁵, instrumento de importância ímpar para que o Brasil resolvesse algumas questões de fronteiras.

Em 1605, o Rei Henrique IV, da França, outorga a Daniel de La Touche a concessão de terras situadas entre a Amazônia e a Ilha de Trindade, onde estabeleceu a primeira posição francesa naquela área, denominando-a Caiena.

Nesse momento, os franceses não visavam estabelecer uma colônia para iniciar a ocupação, que somente veio a efetivar-se com o plano de revitalização da França, incluindo o processo de colonização. No contexto, encontrava-se a chamada Costa do Cabo Norte, hoje Amapá que, em 1637, tinha o *status* de capitania sob administração portuguesa e interessava os franceses pelas riquezas naturais: madeira, resinas, frutos corantes (urucu), óleos vegetais e pesca. No entanto, a presença francesa na região amazônica não agradava os portugueses, razão pela qual Filipe II concedeu, em 1637, todo o Cabo do Norte a Bento Maciel Parente. A região do Cabo do Norte foi palco de discussões e interesses por parte da França e de Portugal. A linha de fronteira, naquela área, sempre foi motivo de discórdias, principalmente por parte da França, que queria expandir seus domínios em território português.

O Tratado de Utrecht de 1713, celebrado entre Portugal e França, estabelecia que o limite entre suas possessões no norte do Brasil seria o Rio Oiapoque, também conhecido como Vicente Pinzón. Em discordância, a França voltou a questionar o limite afirmando que rio Oiapoque não era o Vicente Pinzón e que este estaria mais para o sul, indicando como alternativos os rios Calçoene, Cassiporé, Cunani e Araguari; mas Portugal não aceitou nenhuma dessas alternativas, a não ser o Rio Oiapoque, atual Estado do Amapá (ANDRADE, 2000).

Após entrar em vigor o Tratado de Utrecht, alguns eventos ocorreram na região do Pará, pois a França não cumpriu o acordo e determinava incursões frequentes na área, com a finalidade de ampliar sua possessão na América do Sul. Portugal, por sua vez, precisava neutralizar as pretensões francesas quando, em 1722, o governador do Estado do Grão-Pará passou a investir mais na defesa da região, vindo a construir a Fortaleza de São José de Macapá, obra realizada entre 1764-1784, uma das maiores construções militares da época, o que de certa forma inibiu as investidas francesas. Em 1809, a Guiana foi ocupada pelos portugueses, em represália à ocupação de Portugal por Napoleão, sendo devolvida em 1817. Logo após a Guerra da Independência, durante o episódio da Cabanagem⁶, ocorrido na Província do Grão-Pará (1835 e 1840), houve forte influência separatista francesa, que sugeriu a separação do Pará (BRASIL, 1999). Nova investida francesa ocorre no Amapá, em 1895, mas foi combatida por tropas brasileiras.

As questões de fronteiras entre Brasil e França se estenderam até a República, quando, por interferência do Barão do Rio Branco, em dezembro de 1900, uma Comissão de Arbitragem, em Genebra, foi favorável à causa brasileira, resultando na incorporação ao território nacional de uma área de 260.000 km² (ABRIL, 2004).

É importante frisar que a França, ainda hoje, se mostra interessada na Amazônia. Isso ficou demonstrado em 1989, quando François Mitterrand, ex-presidente francês, afirmou que *o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia* (CHAGAS In: MANCHETE, 1997). Esse gesto deixa clara a cobiça pelos recursos naturais da região.

4. Roraima – Antigo território do Rio Branco

Os ingleses e holandeses foram também protagonistas da história de Roraima, desde o século XVI. Não podemos falar da Amazônia sem antes tocar na ocupação das Guianas Holandesa (atual Suriname) e Inglesa (atual Guiana), porque Inglaterra e Holanda sempre procuraram, alternadamente, dominar a região. Os rios Essequibo, Berbice, Demerara e Rupununi banhavam extensa área no território da Guiana Ingle-

sa, que abrigava colônias holandesas. É importante destacar que essas terras estavam muito próximas dos vales dos rios Negro e Branco, principal ponto de contato com o território luso-brasileiro. Em 1814, com o fim das guerras napoleônicas, a Inglaterra adquiriu da Holanda, por compra, os territórios de Essequibo, Berbice e Demerara que, a partir de 1831, passaram a fazer parte da Guiana Inglesa. A partir de 1860, Rupununi também começou a ser colonizada (ANDRADE, 2000).

No caso dos ingleses, a porta de entrada foi o antigo território do Rio Branco, atual Estado de Roraima. A tentativa inglesa de ocupar terras amazônicas era estratégia para compensar a perda das treze colônias americanas, importante área fornecedora de matérias-primas. Com essa perda, o governo inglês precisava buscar novas alternativas para sustentar o crescimento econômico, uma vez que *a população crescia, o parque industrial aumentava, os processos de trabalho, com a introdução da máquina, sofriam profundas alterações. O simples escambo ou mesmo troca na base do dinheiro amoeado, já não era suficiente para compor a condição nova que estava experimentando* (REIS, 1965: 110).

Ocupar a Guiana naquele momento era de extrema importância para os ingleses, porque passariam a ter contato direto com as terras amazônicas e voltariam a aguçar seus desejos de possuírem *áreas tropicais úmidas de rendimento bom para suas manufaturas*; principalmente porque fazia fronteira com chamada Guiana brasileira (REIS, 1965: 110).

Os primeiros contatos dos ingleses com os luso-brasileiros pareciam amistosos, pois não havia conflitos territoriais. Mas essa cordialidade não perdurou por muito tempo. Em 1835, Robert Schomburg, que prestava serviço para a Royal Geographical Society de Londres, teve o desejo de fazer um levantamento físico e astronômico da área geográfica que abrangia terras das Guianas britânica e brasileira. Ao penetrar em áreas brasileiras, Schomburg sentiu que não estava numa “terra de ninguém”, pois a presença de autoridades luso-brasileiras era visível, quando lá encontrou o Forte São Joaquim, que controlava a movimentação na fronteira (REIS 1965).

Numa segunda viagem, em 1837, Schomburg já não mais visitava o território luso-brasileiro apenas pela cordialidade, mas com a intenção de incorporar terras amazônicas ao território inglês que, aliás, deveria ter sido percebido pelas autoridades locais, ainda na primeira viagem. Dessa forma, a Inglaterra dá início a processo de subtração de terras brasileiras, o que mais tarde custou a perda de 19.630 km², do então território do Rio Branco, mais tarde incorporado à Guiana. Os estudos científicos e o espírito do “pesquisador” Schomburg estavam apenas toldando as reais pretensões inglesas na região de fronteira (REIS, 1965).

A perda deve-se ao fato de, naquele momento da história da formação das fronteiras brasileiras, ter ocorrido falha na segurança local, pois eram latentes os conflitos que assolavam a região amazônica e a presença das forças de segurança não era constante. Os ingleses, aproveitando-se dessas deficiências, fincaram sua bandeira em terras luso-brasileiras, especificamente na região do Pirara, corroborado pelo trabalho do missionário inglês Tomás Youd, que persuadia a população nativa a favor dos ingleses (REIS 1965).

Depois de numerosas discussões sobre a quem pertenciam as terras do Pirara, em 1842, o governo brasileiro sugere a neutralização do território litigado, até que se chegasse a consenso entre as partes. Isso foi possível durante a República, quando o Barão de Rio Branco e Joaquim Nabuco buscaram provas incontestáveis quanto à soberania brasileira na região. A questão foi levada a um tribunal internacional, cuja interpretação coube à S. Majestade o Rei Victor Emanuel III da Itália, que deu ganho de causa aos ingleses, em junho de 1904 (ANDRADE, 2000).

5. Acre – “O outro lado da moeda”

Nessa área, não foram ingleses ou franceses que buscaram, incessantemente, a anexação de terras amazônicas aos seus territórios, mas também os brasileiros que, invocando o velho princípio de *Uti Possidetis*, reivindicaram as terras do atual Estado do Acre, que pertenciam à Bolívia.

O Acre possui área de 153.149,9 km² e faz parte do complexo amazônico. A base de sua economia é a extração vegetal, principalmente o látex e a castanha, a extração de ouro, granito e argila, bem como a pecuária. Tem os mesmos problemas da grande Região Norte, ou seja, a ocupação irregular de terras públicas e a utilização inadequada do solo, com a depredação da área de floresta.

O ano de 1867 foi vital para o estabelecimento dos limites de fronteira com a Bolívia. Em 27 de março, foi assinado o Tratado de Ayacuchu, vindo a dirimir dúvidas quanto aos tratados de Madri de 1750 e de Santo Ildefonso de 1777 (VIANNA, 1994). Esses Tratados não vieram encerrar as questões de fronteira entre Brasil e Bolívia, mas acenderam a chama pretensionista de ambos, quanto à região contestada.

A partir de 1870, iniciaram-se os trabalhos de demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia. Foram formadas três comissões mistas, com o objetivo de levantar dados físicos e cartográficos para subsidiar as referidas comissões. No mesmo ano, a primeira comissão, composta por Antônio Cláudio Soido e Emetério

Villamil, começou os trabalhos no trecho de baía Negra à lagoa de Cáceres. Entre 1875 e 1876, a segunda, composta por Visconde de Maracaju e Juan Mariano Mejia, inventariou o trecho de Cáceres a Boa vista. De 1877 e 1878, a terceira comissão, composta por Francisco Xavier Lopes de Araújo e Carlos Lassance pelo Brasil, Manoel Jimenez e Juan Minchin pela Bolívia, inventariou a área entre Boa Vista e as nascentes do rio Verde, e deste ao rio Madeira, seguindo até o Javari. Porém, o trecho mais complexo encontrava-se entre os dois últimos, pelas dúvidas existentes quanto às suas nascentes (REIS, 1965).

Conforme o artigo 1º do Tratado de Ayacucho, a linha que separaria o Brasil da Bolívia deveria partir da confluência do rio Beni e Mamoré, formadores do rio Madeira. Da margem esquerda do último, seria traçada uma paralela à altura da latitude 10º20', até encontrar as nascentes do rio Javari. Pelas dificuldades técnicas da época, não se sabia por onde passaria referida paralela e muito menos a exata latitude do Javari. Com essas deficiências, os contingentes brasileiros foram ocupando espaços na área contestada.

Os conflitos sobre os limites entre Brasil e Bolívia foram acirrados, principalmente quando, em 1895, foi nomeada a comissão demarcatória para definir os limites entre os dois países, cujos fundamentos encontravam-se no Tratado de Ayacucho. O chefe da delegação brasileira, o coronel Thaumaturgo de Azevedo, não concordava como sendo a latitude da nascente do rio Javari o ponto inicial da linha divisória entre os dois países. Segundo Thaumaturgo, caso fosse aceito, o Brasil perderia parte importante da reserva de seringais, ocupada por brasileiros.

Em decorrência das divergências, em setembro de 1899, os governos da Bolívia e do Brasil, representados, respectivamente, pelo Chanceler Dr. José Paravicini e o general Dionísio Cerqueira, Ministro do Exterior do Brasil, concordaram na instalação de um posto alfandegário em Puerto Alonso, em área ainda boliviana. Tal atitude foi o estopim que deu início a movimentos de pressão para que os bolivianos deixassem de vez o Acre, pois Paravicini abriu até mesmo os rios amazônicos ao comércio internacional, sem respeitar a soberania brasileira. Além disso, passou a arrecadar grandes somas com os impostos sobre a borracha, a exigir a imediata demarcação dos seringais e a conseqüente regularização das propriedades, até então registradas no Estado do Amazonas, causando temor aos habitantes dos altos rios acreanos (NETTO, 2005).

A resposta às investidas bolivianas foi quase imediata, graças à participação de duas personalidades: o advogado José de Carvalho, que notificou às autoridades bolivianas para se retirarem imediatamente do Acre, e Luiz Galvez Rodri-

gues Arias, a serviço do consulado boliviano, que abriu mão do cargo e uniu-se à causa brasileira. Galvez, com apoio do governo do Amazonas, promoveu uma incursão à região quando, em 14 de julho de 1899, proclamou a primeira independência do Acre.

Naquele momento, existiam duas correntes de pensamento: uma representada pelos seringalistas, apoiados pelo governo do Amazonas, que queriam a anexação do Acre; a outra, representada por membros do governo federal, que defendiam o próprio Tratado de Ayacucho e que consideravam o Acre área boliviana. Ratificando a posição brasileira, em 15 de março de 1900, Galvez foi destituído e a República do Acre foi dissolvida. Em dezembro desse mesmo ano, houve mais uma tentativa de retomada do Acre, por meio da Expedição dos Poetas, composta por boêmios, profissionais liberais e intelectuais de Manaus. Tinha como líder o jornalista Orlando Correa Lopes, mas não obteve sucesso na investida. (GUIARIOBRANCO, 2005).

Diante das dificuldades em resolver a questão do Acre, a Bolívia usou outra estratégia, não pelas vias diplomáticas, mas pela criação de dispositivo que fugiu, até mesmo, do próprio controle do governo. Estabeleceu contrato com uma empresa de milionários americanos e ingleses, para controlar a produção e os tributos sobre os produtos comercializados na região contestada. Em 11 de julho de 1901, criou o *Bolivian Syndicate of New York*⁷, com ilimitados poderes, uma vez que o controle da área passaria para essa empresa (NETTO, 2005).

Até o estabelecimento do *Bolivian Syndicate* não havia explícito apoio político do Estado brasileiro à questão do Acre, mas o governo do Estado do Amazonas queria a agregação daquela área ao seu território, por considerá-la economicamente viável. Além disso, o *Bolivian Syndicate* representava séria ameaça à soberania nacional. Partindo desse entendimento, o governo brasileiro logo se empenhou em fazer prevalecer a vontade dos seringalistas e do próprio povo brasileiro, que se manifestou a favor de sua anexação. Nesse contexto, foi relevante a participação de Plácido de Castro, gaúcho de São Gabriel (RS), veterano da Revolução Federalista (1893-1895), no governo de Floriano Peixoto. Por motivos políticos e econômicos, Castro foi demitido do Exército e transferiu-se para o Acre em 1899, onde incorporou todos os anseios dos seringalistas, que se viam ameaçados pelo *Bolivian Syndicate* (NETTO, 2005).

Após recrutar um pelotão de seringalistas, com pouca experiência militar, Castro foi enviado ao Acre, em agosto de 1903, pelo governador do Amazonas, Silvério Néri, dando, assim, início à Revolução Acreana, que resultou na proclamação da Terceira República do Acre, em 27 de janeiro daquele ano (GUIARIOBRANCO, 2005).

Na parte diplomática, também foi notória e decisiva a participação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Com habilidade política, ele soube conduzir as negociações referentes ao Acre. Nesse contexto, incluiu-se a ocupação e o estabelecimento de um governo militar, sob o comando do general Olímpio da Silveira. Novamente, por parte da Bolívia, a reação foi imediata, quando o general Pando envia uma expedição militar para expulsar os militares brasileiros, fato esse não concretizado, porque naquele momento estavam em andamento as negociações por via diplomática.

Finalmente, essas atividades belicistas encerram longo período de hostilidades entre Brasil e Bolívia, graças à assinatura do Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, que imputou ao Brasil a indenização de dois milhões de libras esterlinas, entrega, em permuta, de 3.164 km² de terras no Mato Grosso e o compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, com a extensão de 400 km, para que a Bolívia tivesse acesso ao Oceano Atlântico, pela Amazônia brasileira (GUIARIOBRANCO, 2005).

6. Estados Unidos: “A América para os americanos”

A expressão acima traduz a *Doutrina Monroe*, introduzida pelo Presidente James Monroe, em declaração política na sua mensagem anual, apresentada ao Congresso Americano, em 2 de dezembro de 1823. Os Estados Unidos estavam em pleno processo de expansão territorial e muitos povos na América Latina ainda estavam sob o jugo de Portugal e Espanha. Nesse comunicado, Monroe sugeria que os Estados Unidos seriam responsáveis pelo Continente Americano e afirmava que *os Estados Unidos não tinham pretensões sobre dependências coloniais de potências européias, mas que considerariam qualquer tentativa dessas metrópoles de ampliar os seus domínios no Continente Americano uma ameaça para a paz e a segurança do próprio país* (MAGNOLI, 1996: 39). Essa Doutrina significava o prenúncio da condição hegemônica que os americanos assumiriam em relação ao continente.

A política de intervenção dos americanos voltou-se, também, para a Amazônia, importante área geopolítica e econômica do Planeta. Suas pretensões de ocupá-la são bem anteriores ao episódio do *Bolivian Syndicate*. Criaram hipotéticos cenários para fundamentar possíveis ocupações na região. Em 1849, por exemplo, procuraram associar fatores geográficos do Golfo do México com os que ocorriam na Amazônia, admitindo que faziam parte do mesmo complexo geográfico e, por isso, deveria ser anexada ao território americano. Em 1850, planejaram criar a Repú-

blica Amazônica. Em 1861, objetivaram transferir, para a Amazônia brasileira, os negros americanos emancipados (BRASIL, 1999).

No ano de 1848, os Estados Unidos anexaram a Califórnia ao seu território, momento em que a extração do ouro era a principal atividade da região, mas a comunicação no eixo leste-oeste ainda era precária. Somente em 1869 foi construída a estrada de ferro transcontinental, ligando Nova York à Califórnia. Ainda como complicador, as costas leste-oeste do território americano não se unem naturalmente pelas águas do Atlântico e do Pacífico, o que dificulta a comunicação oceânica dessas regiões. Por isso, os Estados Unidos precisariam, por estratégia, estabelecer uma via marítima em algum ponto do istmo centro-americano, porque ali se encontra a parte mais estreita das Américas e os custos com a construção de um canal seriam bem menores.

A idéia de construir uma passagem entre os oceanos Atlântico e Pacífico nasceu em 1551, quando a Espanha precisava encurtar a distância e aumentar o tráfego com as suas colônias. Já no século XIX, a idéia fora incorporada pelo então presidente da Gran Colômbia, Simón Bolívar; mas não avançou por motivos financeiros, considerando-se o alto valor e a incapacidade daquele Estado em financiar a obra.

Em 1850, Inglaterra e Estados Unidos assinaram o acordo de Clayton-Bulwer sobre a construção do Canal do Panamá; mas foi o francês Ferdinand Lesseps que, em 1881, deu início ao empreendimento. Não chegou a terminar a obra, porque muitas pessoas morreram infectadas por malária e por questões financeiras graves da companhia de Lesseps.

Em 1890, um dos grandes teóricos da Geopolítica, o Almirante norte-americano Alfred T. Mahan, publicou a obra intitulada *A influência do poder marinho sobre a história*, que veio corroborar a Doutrina Monroe e ampliar os interesses dos Estados Unidos em todo o mundo. Mahan afirmava em sua obra que *a chave para a hegemonia mundial estaria no controle das rotas marítimas, essas veias por onde circulam os fluxos do comércio internacional* (VESENTINI, 2000:17).

Influenciados pela obra de Mahan e considerando a importância que representava o canal, os Estados Unidos, em 1903, conseguiram da Colômbia o direito de continuar o empreendimento iniciado por Lesseps. No entanto, havia divergências políticas internas quanto ao empreendimento, o que resultou na intervenção do Senado colombiano, derrubando o tratado. Não aceitando a decisão, os americanos estimularam o movimento separatista de novembro de 1903, quando o Panamá se tornou independente da Colômbia. Os Estados Unidos venceram todos os obstáculos políticos e, no dia 15 de agosto de 1914, inauguraram a obra, considera-

da importante para seus interesses na região. Foi-lhes conferida também a soberania perpétua sobre uma faixa de terras de 16 km de largura por onde passa o canal. Entretanto, após longas discussões, em 1974 os americanos renunciaram à soberania perpétua, sendo tal decisão confirmada em 1977, quando os presidentes norte-americano e panamenho assinaram um tratado para a devolução do canal no ano de 2000 (ABRIL, 1996).

Os Estados Unidos “perderam a soberania do Canal do Panamá”, mas não desistiram de marcar presença na América do Sul, principalmente na região coberta pela floresta amazônica. Utilizaram o narcotráfico como pano de fundo para fazerem suas incursões na região, com a finalidade de conhecê-la melhor. Em agosto de 2000, implantaram o Plano Colômbia, um acordo com o governo colombiano para pôr fim à produção de drogas no país. Essa iniciativa, portanto, obnubila suas reais pretensões na região, pois o combate ao narcotráfico serve apenas de pretexto para incursões na Amazônia, incluindo a parte brasileira.

As pressões políticas internacionais sobre as áreas mineradoras do Planeta são cada vez mais intensas e tendenciosas: intensas porque a produção industrial é crescente e o consumo das matérias-primas também o são. Disso resulta a exaustão dos recursos naturais em diversas áreas, principalmente dos países subdesenvolvidos, em que as pressões dos países ricos perpassam as questões de soberania nacional. Daí vem a preocupação do Brasil sobre as tendências de ocupação da Amazônia, “para a defesa do meio ambiente global”.

7. A desnacionalização das políticas nacionais

As Constituições brasileiras sempre foram instrumentos de regulação para o estabelecimento de empresas estrangeiras no território nacional. A Constituição Federal de 1891, por exemplo, não fazia distinção entre proprietários do solo e subsolo, sendo que ambos teriam o mesmo direito de exploração. Em 1934, a Constituição, que representava de certa forma a vontade de Getúlio Vargas, deixava brecha para que empresas estrangeiras se estabelecessem no Brasil, pois na sua redação dizia que *as concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil*. A Constituição de 1937 mudou a redação, passando o direito exclusivo para brasileiros (COELHO, 1996: 222). Ora, essas empresas organizadas no Brasil eram as chamadas multinacionais. Em 1946, no governo do general Eurico Gaspar Dutra, o capital estrangeiro teve passagem livre, quando as multinacionais abocanharam importantes áreas mineradoras para explorar.

As Constituições que se seguiram não mudaram o *status quo*, principalmente a de 1988, que teve forte influência da globalização defendida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em dezembro de 2002, foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7492/02, estabelecendo que 50 milhões de hectares de terras públicas poderão ser privatizadas, não para brasileiros, mas para estrangeiros. E, nesse mesmo Projeto, as ONGs seriam oficializadas. Segundo dados do Comando Militar da Amazônia, cerca de 80% dessas organizações estão na Amazônia (FRANCO, 2005).

Não devemos entender que a “internacionalização da Amazônia” seria a ocupação física de uma porção do território brasileiro, com a utilização de força militar estrangeira, porque seria agressão e desrespeito ao direito internacional. No entanto, essa internacionalização pode se dar com a utilização de mecanismos que somente o poder econômico internacional regula: a ingerência na economia brasileira, pela implantação de indústrias transnacionais, responsáveis pelo depauperamento dos recursos naturais; processo esse que caracterizaria melhor o termo “desnacionalização do território amazônico”, e não internacionalização. Alguns exemplos podemos citar sobre a desnacionalização do espaço amazônico.

Em 1929, o industrial norte-americano Henry Ford, criador da linha de montagem, obteve autorização do governo brasileiro para construir uma cidade-industrial da borracha (conhecida como Fordlândia) em plena floresta amazônica. O empreendimento estava estabelecido na área de um milhão e duzentos mil hectares e tinha como objetivo quebrar o monopólio dos ingleses no comércio da borracha no sudeste asiático. Acometido pelo “mal das folhas”, o empreendimento teve fim em 1933.

Outro exemplo que marcou a presença estrangeira na região amazônica foi quando, em 1967, Daniel K. Ludwig, milionário também norte-americano, criou o Projeto Jarí, área de 1.734.606,01 hectares. Essa companhia tinha como objetivo montar uma empresa para atuar em três frentes de atividades: silvicultura, agropecuária e indústria de celulose. As terras do Jarí pertenciam a um grupo de portugueses, que exportavam madeira e outros produtos da flora amazônica para a Europa (LINS, 2001).

O projeto foi tão ambicioso que Ludwig mandou construir no Japão uma fábrica de 30.000 toneladas, montada em plataforma para ser transportada até o Brasil, e uma usina termelétrica de 55MW de capacidade. Essa atitude de Ludwig foi mais uma tentativa de minar a Amazônia com atividades internacionais exploratórias e de ingerência, como ocorreu com o *Bolivian Syndicate*. Em 1980, pelo insucesso, o projeto foi vendido a um consórcio brasileiro (LESSA, 1991).

Internacionalizar não deve, portanto, ser a bandeira de apenas cinco países, que defendem a criação de uma hipotética “sociedade global”, porque somente eles seriam beneficiados com as riquezas naturais, patrimônio dos países subdesenvolvidos. Dessa forma, porque não internacionalizar outras regiões do globo, como o Alasca e a Sibéria, ricas em metais diversos, petróleo e gás natural? E o Continente Antártico, com suas imensuráveis riquezas minerais? E a Groenlândia, que esconde em seu subsolo riquezas minerais abundantes, como carvão, ouro e urânio? Por que não internacionalizar outras áreas, que poderiam ser de uso comum para essa “sociedade global”, conforme o Professor Cristóvão Buarque destacou em palestra realizada em setembro de 2000, em Nova York, afirmando que poderiam também ser internacionalizados (...) *o capital financeiro dos países ricos (...), os grandes museus do mundo (...), os arsenais nucleares dos EUA e, até mesmo, a dívida externa dos países pobres, para que pudessem ter justas aspirações no contexto da globalização* (BUARQUE. In: “O Globo”, edição de 23 de outubro de 2000).

Nesse contexto, cabe ao Estado brasileiro mostrar e conscientizar os povos considerados desenvolvidos de que a linha de fronteira nacional não foi desenhada ao léu, mas conquistada, diferentemente de alguns países ricos que, antes de conquistarem, riscavam nos mapas as áreas de seus interesses, em detrimento das populações autóctones que, até hoje, sofrem conseqüências desastrosas.

8. “Internacionalização da Amazônia”

Conforme o Dicionário Brasileiro Globo (2000), *internacionalizar é tornar internacional; tornar comum a várias nações*. É assim que o mundo desenvolvido está enxergando a Amazônia: como um “patrimônio da humanidade”. Estados Unidos, França, Itália, Rússia e Inglaterra são os principais defensores dessa idéia. Procuram mostrar à comunidade internacional que o Brasil é incapaz de deter o desflorestamento da área, o que seria grande ameaça para o meio ambiente global.

A idéia de torná-la internacional vem sendo materializada em pequenas frases, mas de grande repercussão, de políticos como: Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, em 1989, afirmou que *ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós*; Mikhail Gorbachev, em 1992 disse que *o Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes*; François Mitterrand, em 1989, quando disse que *o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia*; Margareth Thatcher, ex-primeira-ministra da Inglaterra, em 1983, afirmou que *se os países subdesenvolvidos*

não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas (CHAGAS in: MANCHETE, 1997). Essas afirmativas, entretanto, não devem intimidar o Brasil, mas devem servir de alerta para mostrar-se mais presente na região e dissociar as questões políticas nacionais dos interesses externos, porque os grandes projetos corporizados pelas transnacionais implementados no País sempre estiveram ancorados na Constituição Federal.

9. Projetos de integração, desenvolvimento e segurança da região Amazônica

O descaso com a região amazônica sempre foi latente, porque os governos se preocupavam mais com a região centro-sul, considerada o coração do Brasil, o centro financeiro do País. Os investimentos na Amazônia sempre eram feitos de maneira estanque, sem planejamento. O Estado agia somente nos casos emergenciais quando a região estava em crise. Cessavam os problemas, que ficavam incubados, o Estado voltava novamente suas atenções para o coração econômico do País, o centro-sul. Com relação à segurança da Amazônia, o Estado brasileiro não tem dado a devida atenção, considerando que é região de população rarefeita e que os problemas políticos e sociais se encontram nos grandes centros das regiões Sul e Sudeste, onde as pressões são maiores.

9.1. Projetos de integração e desenvolvimento

- **Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**

Em 1953, a questão da soberania da região amazônica incomodava o governo federal, que procurou promover o desenvolvimento auto-sustentado da sua economia e o bem-estar social, de forma “harmônica e integrada” na economia nacional. Criou-se, então, em 6 de janeiro daquele ano, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), pela Lei 1.806 que teve, por motivos políticos, uma vida razoavelmente curta.

Com a construção de Brasília (1957-1960), o governo federal voltou os “olhos” para o interior do País, dando ênfase à questão da integração do território nacional. Com a transferência da Capital Federal, tudo indicava a disposição do governo de interiorizar e humanizar as regiões Centro-Oeste e Norte, que até então eram consideradas como as mais rarefeitas e deprimidas. No período da construção, houve um deslocamento intenso de nordestinos em busca de trabalho, cujas atividades principais eram a construção civil.

Para dinamizar o intercâmbio entre o centro do poder e as demais regiões, o governo federal deu início à construção das rodovias Brasília-Fortaleza (BR-20), Rio-Belo Horizonte-Brasília (BR-040), Brasília-Belém (BR-10), Brasília-Cuiabá (BR-70). As rodovias Brasília-Belém e Brasília-Cuiabá tiveram importância ímpar, porque ao longo delas foram se instalando núcleos de colonização, ao mesmo tempo em que orientavam e dinamizavam novos eixos de integração e desenvolvimento. No entanto, esses núcleos foram ocupando terras na área do cerrado e nas bordas meridionais da Amazônia, muitas vezes na condição de posseiros ou pequenos proprietários. Nesse contexto, aparecem as figuras do grileiro, o qual implementou um mercado de terras paralelo, e do grande proprietário de terras, responsável pela concentração da estrutura fundiária, ressaltando que ambas as atividades geram conflitos no campo.

- **Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)**

Em 27 de outubro de 1966, a Lei nº 5.173 criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ao mesmo tempo em que extinguiu a SPVEA, para atuar na denominada “Amazônia Legal”⁸ (MAGNOLI, 2000).

Para dar sustentação ao plano de integração regional, o governo criou, em 1967, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério do Interior que tinham, como objetivo, implementar políticas nesse sentido.

Com os objetivos orientados pelo governo, a SUDAM visava promover o desenvolvimento na região amazônica, mas dentro da concepção de segurança nacional, característica dominante naquele momento, com o lema: “integrar para não entregar”. Segundo COELHO (1997:149), *a criação da SUDAM não significou apenas a definição de uma região de planejamento, mas também a definição de três grandes conjuntos ou complexos regionais: Nordeste, Amazônia e Centro-Sul*, que até a década de 40 se configuravam mais como um “arquipélago”.

Essa estratégia do governo federal não trouxe benefícios para a região amazônica; ao contrário, veio causar ainda mais problemas ambientais e sócio-econômicos, porque apenas transferiu empresas de alto porte. As empresas estrangeiras tiveram isenção de impostos e promoveram o desmatamento de grandes áreas para o desenvolvimento de agricultura e exploração da floresta e poluição das águas. Os problemas sociais se agravaram, gerando conflitos de toda natureza, envolvendo, principalmente, a população nativa.

A SUDAM foi extinta pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 24 de agosto de 2001, pela Medida Provisória nº 2.157-5, em resposta ao mau uso do dinheiro público e às freqüentes descobertas de fraudes. Na mesma Medida, foi

criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) que, de acordo com o Art. 11, tem como objetivo implementar políticas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento da Amazônia.

- **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**

Em fevereiro de 1967, o governo federal criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), pela Lei 288, com o objetivo de planejar e coordenar a transformação da Cidade de Manaus em grande centro eletroeletrônico, promovendo o desenvolvimento regional. Há quem afirme, portanto, que a SUFRAMA não atingiu os objetivos propostos, *era mais uma estratégia de integração nacional, e Manaus virou a capital nacional da muamba, pois milhares de comunistas acorreram de todas as partes do Brasil, atraídos pelas bugingangas eletrônicas* (LESSA, 1991:40).

Hoje, ao contrário do que pensava LESSA, a SUFRAMA vem apresentando bons resultados, com perspectivas excelentes para o futuro, como afirma a Superintendente Flávia Skrobot Grosso. O órgão vem implementando uma série de projetos para a Região Amazônica, dentre eles: a de turismo ecológico, frutas tropicais, pecuária e movelaria. Vem participando de feiras importantes, como a “Ano do Brasil, França”; a “Hannover Messe”, a mais importante feira mundial do setor industrial, na Alemanha; a “Feira de eletrodomésticos de Las Vegas”, nos Estados Unidos; a “Expcomer”, no Panamá; a “Foodex”, a maior feira de alimentos, no Japão. A SUFRAMA está presente também no Oriente Médio. Além de montagens, a SUFRAMA está investindo em projetos industriais próprios, e com grande diferencial: a sustentabilidade (SUFRAMA, 2005).

- **Plano de Integração Nacional (PIN)**

Em 1970, diante de pressões internacionalistas quanto à Amazônia, o general Emílio Garrastazu Médici colocou em ação o Plano de Integração Nacional (PIN), considerando que, naquele momento, o processo de interiorização do País não estava ainda bem institucionalizado e, de certa forma, deixava a região à mercê dos interesses internacionais. Nesse Plano, “grandes empreendimentos” foram iniciados; dentre eles, as rodovias Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, que ajudariam a fixar populações, principalmente nordestinas, e promover o desenvolvimento. No entanto, foi verdadeira frustração, porque até hoje é apenas um “risco” desenhado na maior floresta tropical do mundo, mas com rastro de destruição ambiental imensurável, além de continuar sendo uma região com baixíssima densidade demográfica e fortes problemas sociais (BECKER, 1982).

A região amazônica, pela sua grandeza e pela falta de implementação de políticas públicas voltadas para atender os interesses das comunidades locais, não deve, por longo período, mudar a situação dos menos favorecidos. Os projetos implementados pelo Estado brasileiro na região sempre visaram a atender aos interesses das transnacionais, como o Projeto Grande Carajás, criado em 1979, associado à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a empresas multinacionais. Como ponto de apoio, foi criada uma infraestrutura de primeiro mundo, como o Projeto Ferro Carajás e Pólos de Alumínio, a Estrada de Ferro Carajá, implantação do porto oceânico de Itaqui, no Estado do Maranhão, a construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, e uma hidrovia para dar navegabilidade até o rio Araguaia (MAGNOLI, 2000).

- **Tratado de Cooperação Amazônico (TCA)**

Considerando que a Amazônia abrange nove países com problemas sócio-econômicos e ambientais semelhantes, o Brasil procurou implementar acordos cooperativos para a região, buscando desenvolver programas de desenvolvimento sustentável e melhorar as condições de vida das populações envolvidas. Daí, o Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), assinado em julho de 1978, por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o TCA é instrumento político importante porque promove a integração e o intercâmbio desses países nos assuntos amazônicos, uma vez que compartilham o ecossistema mais importante da Terra. Para consolidar e estreitar ainda mais as relações entre os membros do TCA, em 1995 os signatários criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico e estabeleceram em Brasília, em dezembro de 2002, a sede de sua Secretaria Permanente (MRE, 2005). É necessário, no entanto, esforço multilateral para que esse Tratado não entre em colapso, como vem ocorrendo com o MERCOSUL.

9.2. Projetos de segurança

Na questão de segurança, o Estado brasileiro implementa projetos que visam consolidar a sua presença na região amazônica, sendo eles: o Projeto Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM). Pelas suas características peculiares, a Amazônia requer atenção especial, porque a linha de fronteira é muito extensa e a presença militar ainda está aquém das reais necessidades.

- **Projeto Calha Norte**

Em 1985, no governo de José Sarney, foi elaborado o Projeto Calha Norte, uma área localizada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. O objetivo principal do projeto é promover a segurança e o desenvolvimento regionais. No entanto, por motivos econômicos e políticos, parece estagnado, com relação ao tímido desenvolvimento promovido pelos órgãos do governo federal, à exceção dos mega-projetos para explorar os recursos naturais da região e que envolvem grande capital, principalmente estrangeiro, mas sem resultados positivos para a população local. Segundo MAGNOLI (2000), apenas as Forças Armadas estão cumprindo a sua parte no projeto.

Graças ao trabalho das Forças Armadas, as fronteiras amazônicas encontram-se mais seguras. Os militares vêm rompendo barreiras políticas, instalando, a duras penas, postos de vigilância e transferindo unidades militares da região centro-sul para pontos estratégicos da região. A área de atuação do Projeto Calha Norte é de, aproximadamente, 1,2 milhão de km²; possui uma linha de fronteira de 5.993 km, incluindo 3.696 km em terras indígenas (VERDE-OLIVA, 2003).

Foram criados Projetos Especiais que ficaram a cargo dos Ministérios das Relações Exteriores, da Saúde, da Agricultura, da Previdência e Assistência Social, da Educação, das Forças Armadas, da FUNAI, dos órgãos estaduais e municipais, para implementarem melhorias nos seguintes aspectos:

- ampliar as relações bilaterais com os países vizinhos, fortalecendo as relações bilaterais entre eles e facilitar as trocas comerciais com as populações fronteiriças;
- aumentar a presença militar na área, instalando postos de fronteiras e construindo quartéis e campos de pouso; intensificar as patrulhas fluviais, com supervisão do Exército, Marinha e Aeronáutica;
- intensificar as campanhas demarcatórias das fronteiras;
- executar uma política indigenista na área;
- manutenção da soberania nacional e da integridade territorial.

Esse projeto é extremamente importante para região, porque estabelece condições para monitorar a área de fronteira e reforçar a presença militar perante a opinião pública internacional, mostrando-a que a Amazônia é patrimônio brasileiro.

O Exército vem preparando o soldado “boina-verde”, com forte participação do indígena, cujas táticas de combate próprias já foram incorporadas e poderão fazer diferença numa guerra não-convencional, considerando as peculiaridades físicas da região.

Quando se fala em Projeto Calha Norte, obrigatoriamente se esbarra na questão indígena, porque lá vivem cerca de 200 mil índios, representados por, aproximadamente, 81 etnias diferentes. Isso é problema para o Exército Brasileiro porque muitas tribos estão localizadas dentro da faixa de fronteira (150 quilômetros de largura) que, de acordo com o parágrafo 2º do Art. 20 da Constituição Federal Brasileira, é considerada fundamental para defesa do território. Além do mais, torna-se inevitável o contato dos militares com os povos indígenas nessa faixa, o que requer trabalho extremamente complexo.

A questão indígena, além de ser social, é também geopolítica, porque muitas tribos ocupam terras contínuas em dois países, como acontece com os Yanomami no Brasil e Venezuela. Geralmente, o subsolo dessas tribos possui riquezas minerais de grande importância, o que provoca conflitos locais e cobiça internacional, reforçados ainda pela presença de Organizações Não-Governamentais (ONGs) estrangeiras que, na realidade, podem defender os interesses dos países industrializados, mas como pano de fundo se apresentam como defensores dos direitos indígenas e da floresta.

Isso tem gerado certo desconforto ao País, considerando que essas ONGs impregnam, com suas ideologias internacionalistas, as mentes das sociedades desenvolvidas, mostram que o Brasil não cuida bem de suas reservas naturais. Atitudes como essas colocam em risco a soberania brasileira na Amazônia. O general Hélio Lemos defende a criação do Estado Federado Patrono, para promover, em consonância com os interesses do governo federal, o desenvolvimento da área, com o apoio das Chamadas Organizações Governamentais Especializadas (OGE), que ocupariam o espaço das ONGs (LEMONS, 2005).

- **Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)**

Considerando a Amazônia (1) como a porta de entrada para o narcotráfico internacional; (2) o desmatamento desordenado e (3) a degradação ambiental, o governo brasileiro vem implementando dispositivos de controle global da área, uma vez que a falta de conscientização quanto à importância de sua sustentabilidade coloca em risco o maior ecossistema do Planeta.

Dessarte, a partir de 1990, foram implantados o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção Ambiental (SIPAM), pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, envolvendo, a Força Aérea Brasileira, o Ministério da Justiça, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Exército Brasileiro e outros órgãos do Estado.

Ao SIVAM, cabe a tarefa de promover o compartilhamento das informações geradas entre os órgãos da administração federal, estadual e municipal de forma ordenada, otimizada e temática, que serão tratadas e disponibilizadas aos órgãos que atuarão na região amazônica, principalmente nas questões de segurança, facilitando a aplicação dos dispositivos de controle do espaço aéreo brasileiro (SIVAM, 2005).

Cabe, portanto, ao governo brasileiro: (1) controlar o nível de segurança dos dados que forem gerados pelo SIVAM/SIPAM, principalmente quando envolvem empresas estrangeiras na questão de segurança nacional; (2) oferecer oportunidade para empresas nacionais, dando-lhes todo o suporte técnico, científico e financeiro; e (3) investir na pesquisa.

O SIPAM tem por objetivo: apoiar e contribuir na implementação de políticas de controle dos desmatamentos; combate à biopirataria; proteção dos parques nacionais, combate ao narcotráfico; monitoramento da ocupação e uso do solo; proteção das reservas indígenas; defesa das áreas de fronteira; proteção dos recursos minerais estratégicos; implantação e implementação de programas de saúde, educação e inclusão social para das populações amazônicas. Como ferramentas de execução, o SIPAM conta com alta tecnologia de informação e com sistemas integrados de sensoriamento remoto, radares, estações meteorológicas e plataformas de coletas de dados, espalhados por toda a área (SIPAM, 2005).

Considerações Finais

O Brasil, em diversos momentos de sua história, esteve à mercê dos interesses dos países hegemônicos, que abastecem seus mercados e suas indústrias com produtos e matérias-primas nacionais. Isso poderia ser normal, pois nenhum país sobrevive exclusivamente de riquezas minerais e vegetais, isolando-se do resto do mundo. Não é normal, porém, esses países criarem artifícios, ou mesmo panos de fundo, para “protegerem” regiões que, segundo eles, estariam ameaçando a sobrevivência da humanidade, em decorrência do mau uso dos recursos naturais, a exemplo da floresta Amazônica, considerada essencial para o equilíbrio ecológico do Planeta.

As tentativas de ocupação da Amazônia foram muitas e, pelo que parece, ainda perdurarão por muito tempo; os discursos a respeito de sua soberania são os mais esdrúxulos e tendenciosos possíveis. De acordo com parágrafo 4º do Art. 225 da Constituição Federal do Brasil, *A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que*

assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988: 126). No entanto, os governos federal e estadual não devem permitir a ingerência de países e organismos internacionais nas questões ambientais, principalmente da Amazônia, uma vez que a ótica é uma só: a cobiça dos recursos naturais. No entanto, deve recorrer a esses organismos na condição de parceiros, porque a região é extensa e os recursos financeiros nacionais são poucos.

Observamos, também, que não faltaram projetos que objetivavam garantir a integração da região. No entanto, foram projetos que atendiam mais aos interesses estrangeiros do que propriamente aos da população da região.

Internacionalizar a Amazônia, portanto, é termo que causa desconforto ao governo e ao povo brasileiros, mas não deve ser considerado como processo de intervenção estrangeira na região, até porque o Brasil divide essa responsabilidade com mais sete países vizinhos (exclui-se a Guiana Francesa porque é Departamento Ultramarino da França).

O papel das Forças Armadas brasileiras, nesse contexto, continua sendo fundamental, porque elas conhecem cada palmo da floresta amazônica e lá estão presentes desde o início do século XVI. São responsáveis pela segurança de toda a faixa de fronteiras entre o Brasil e os oito países vizinhos.

Nos dias atuais, o Estado brasileiro vem dando um pouco mais de atenção às questões de segurança, principalmente com a implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM) e oxigenando o Projeto Calha Norte, que estava em agonia, por falta de implementação. Esses dois projetos são indispensáveis para garantir a soberania nacional naquela região. Não obstante, ainda faltam ser implementadas políticas de segurança que utilizem equipamentos e tecnologias exclusivamente nacionais, porque a dependência externa as coloca em risco.

Portanto, este artigo apenas pinçou alguns dos problemas existentes na região amazônica. De fundamental importância é entendermos e refletirmos como se deu o processo de ocupação e como os governos, ao longo da História do Brasil, desenvolveram estratégias para implementar o desenvolvimento e garantir a segurança na região mais cobiçada da Terra.

Notas

¹ Assinado em Tordesilhas, Castela, em 7 de junho de 1494. Define a divisão do Novo Mundo entre Espanha e Portugal. Por esse tratado, foi estabelecida uma linha imaginária (meridiano) localizada a 370 léguas a oeste do Cabo Verde, meridiano esse que, hoje, está localizado em 46° 37' oeste.

² A origem do mito Eldorado parece ter ocorrido a partir de um fato real, quando da conquista do Equador por Sebastien Benalcázar. Um indígena afirmou ao conquistador que havia visto, em algum lugar da selva amazônica, um homem coberto de ouro. Entretanto, a palavra homem foi logo esquecida e substituída por apenas “dourado”, que em espanhol pronuncia-se “el dorado” (Amazônia: Mito e Realidade, 2005).

³ De origem indígena, a palavra “amassunu” quer dizer “ruído de águas” e deu origem ao nome do rio Amazonas.

⁴ O tratado confirmou ao Brasil quase a totalidade atual de suas terras, inclusive a Amazônia, com exceção do Acre, que somente foi incorporado pelo Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903.

⁵ Estabelecia o direito de um país a ter a posse definitiva do território que ocupava.

⁶ Movimento que ocorreu na província do Grão-Pará, entre os anos de 1835 e 1840; pode ser visto como prosseguimento da Guerra da Independência, na região.

⁷ Contrato conhecido como *chartered companies*, pelo qual uma empresa concessionária qualquer, européia ou americana, praticamente assumia as funções soberanas sobre certa área que ela desejava explorar economicamente. Detinha não só o monopólio sobre a produção e exportação como também auferia os direitos fiscais, mantendo ainda as tarefas de polícia local.

⁸ Estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, parte norte do Mato Grosso, Tocantins e oeste do Maranhão.

Referências

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. 3ª ed. reform. – São Paulo: Moderna, 1998.

ALMANAQUE ABRIL. Vol. 1 (1975)-São Paulo: Editora Abril S.A., 1974. Anual 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. *A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000)*. São Paulo: Contexto, 2000).

_____. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU). Bauru-SP: Editora da Universidade Sagrado Coração (EDUSC), 1999.

BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BRANCO, J.M.B.C. *Descobrimto das terras da região acreana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

BRASIL, Berthier Altino. *A saga de uma cobiça*. Brasília: Revista Brasileira de Questões Estratégicas. Ano I, nº 1-janeiro/fevereiro, 1999.

BUARQUE, Cristóvão. *A internacionalização da Amazônia*. “O Globo”, de 23 de outubro de 2000. In: WRM – Movimento Mundial por los Bosques Tropicales.

- CABRAL, F.P. *Plácido de Castro e o Acre brasileiro*. Brasília: Thesaurus, 1986.
- COELHO, Marcos de Amorim. *Geografia do Brasil*. 4ª ed. ver., atual e ampl.-São Paulo: Moderna, 1996.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.
- CUNHA, E. Da. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, 2000.

Resumo

O trabalho trata da formação histórica da Amazônia Brasileira, a partir do século XVI, apresentando os principais protagonistas que foram responsáveis pelos avanços e recuos da linha de fronteira internacional. Apresenta algumas políticas desenvolvimentistas, de segurança e integração, bem como o mito da “internacionalização da Amazônia”.

Palavras-chave: Amazônia; Internacionalização; Segurança; Integração.

Abstract

The text deals with the historic formation of the Brazilian Amazon, departing from the 16th century, presenting the main protagonists responsible for the advancements and setbacks of its international frontier line. It also presents some development policies regarding integration and security as well as the myth of the “internationalization of the Amazon”.

Key words: Amazon; Internationalization; Security; Integration.

Resumen

El texto trata de la formación histórica de la Amazonia brasileña desde el siglo XVI, presentando los principales protagonistas responsables por los avances y recuos de la línea de frontera internacional. Presenta también algunas políticas desarrollistas de seguridad e integración, así como el mito de la “internacionalización” de la Amazonia.

Palabras clave: Amazonía; Internacionalización; Seguridad; Integración.

Introdução

O aluno que se propõe a executar um projeto de pós-graduação normalmente indaga sobre a pertinência de tal estudo e de sua exequibilidade no programa institucional a que irá submetê-lo a seleção de ingresso. As desconfianças e receios do candidato inserem-se no universo das inquietações acadêmicas; ele quer saber a relevância da questão que desperta interesse em pesquisar no âmbito da área de conhecimento de afinidades; no caso específico, a história. Em moldura de razoáveis proporções, essa é a pedra de toque e de tropeço de todos nós pesquisadores, principiantes ou profissionais. Nesse texto, apresentamos os caminhos e descaminhos que nos levam a estudar-pesquisar a formação do estado português, quando ensaiava se apoiar sobre as próprias pernas. Apresentaremos o itinerário no intercurso da graduação em história – longas filas de idéias não destituídas de aporte teórico ou historiográfico, idéias de estudante que se afirma historiador, sem respeito a pretensões duvidosas. Seguiremos o cadinho das curiosidades desper-tadas.

No Brasil, no currículo do Curso de História, no tópico de História do Brasil, a primeira matéria oferecida, pré-requisito para as demais daquela seção, é História do Brasil-Colônia.

O item primeiro dos programas dessa disciplina, invariavelmente, é: “O processo expansionista português”. As variações, quando ocorrem, ficam no campo semântico. Dos fatores apresentados, que concorreram para essa epopéia, está sempre a centralização do estado português. Os ítems que seguem tratam das explorações minerais; dos combates com os silvícolas; montagem do parque produtivo etc. A finalizar a unidade de estudo, com maior ou menor ênfase, apresentam-se os contornos do estado português colonial nos séculos XV/XVI.

Outra questão. Sociedade de organização tribal, cujas economias assentavam-se na coleta. A agricultura, a “roça de coivara”, não praticada em todas as tribos litorâneas¹, restringia-se além de milho e batata-doce, a mandioca-brava, aipim, abóbora, ervilha, favas, cará, pimenta e abacaxi². A divisão do trabalho fazia-se, geralmente, por critérios sexuais ou etários. Embora a diversidade de padrões culturais existentes possa conduzir a variações mais ou menos amplas, a caça e a

guerra eram atividades exclusivamente masculinas, enquanto as tarefas domésticas, no mais das vezes, cabiam à mulher. As formas de estrutura e organização social, baseadas no parentesco. Assim, casamento, família, relações sociais, *status* e papéis estavam regulados pelas regras, nas quais o parentesco assumia caráter “definidor” ou “articulador”³.

Enfim,

“Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o Capitão pôs nome O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera-Cruz... E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra... E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos... E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito... Pardos, nus, sem cousa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas... A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos... Os cabelos deles são corredios”⁴.

A sociedade silvícola “enquadrrou-se”⁵ nos limites administrativos da monarquia centralizada. A ordem social, política e econômica que se engendrava no Ocidente exigia, pela lógica e dinâmica interna dos seus elementos, que o mundo se avizinhasse à sua maneira e necessidade.

1. Surge o objeto de estudo

Um outro momento, um salto cronológico. Em 1983, preparando a tese de mestrado - “Estado e Política no Governo Juscelino Kubitschek: a aliança do PSD-PTB na política desenvolvimentista de 1956-1961” -, confrontamo-nos com situação peculiar. O Presidente Juscelino, na sua primeira reunião ministerial, assina o projeto-de-lei da criação de novas instâncias administrativas. Paradoxalmente, novos órgãos administrativos para imprimirem o dinamismo que as velhas estruturas não permitiam. Eram os Grupos de Trabalho e os Grupos Executivos, ligados ao recém-criado Conselho de Desenvolvimento, diretamente subordinado à Presidência da República, para garantir o implemento do Plano de Metas. Tal decisão assentava-se no seguinte argumento:

“É impossível alavancar industrialmente o País com o aparato administrativo que hoje possui o Estado. A burocracia patrimonial instalou-se de tal maneira em seus gabinetes que qualquer proposta do Executivo, além da aprovação do Congresso, deverá submeter-se à sabatina cartorial dos gestores administrativos. Esse Estado é um minotauro burocrático”⁶.

Defendemos a tese: para conseguir governar e obter os êxitos que pretendia, Juscelino se viu obrigado a fazer um rateio corporativo do próprio minotauro que abominava. Era o Ministério de Viação e Obras (o mais aquinhoado de verbas, 27% do total) para o Partido Social Democrata (PSD), a bancada majoritária no Congresso; era o Ministério do Trabalho, para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), coligação minoritária, mas imprescindível para fazer frente às oposições da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Republicano (PR). Mesmo a oposição tinha lá as suas fatias no bolo. Décadas depois, o imaginário cultural - explorado até em séries televisivas -, relembraria, com saudosismo, os “Anos Dourados” de Juscelino e a sua ousadia de um Plano de Metas, para realizar 50 anos de desenvolvimento em cinco de governo. Juscelino permaneceu e ainda permanece na política e na vida brasileira como ícone tão forte que as novas lideranças procuram imitá-lo e personificá-lo no carisma e na figura. Por trás do homem, o mito, mais forte do que os defeitos. JK, como era popularmente tratado, triplicou a dívida externa brasileira, fardo que se acumularia como bola de neve decênios afora.

Flash back, um retrocesso no tempo e nos atores. D. João II (1481-1495). Para governar, compõe com a nobreza, da qual faz parte - “abolindo a nobreza, o rei poria também fim à nobreza da sua ‘casa’⁷ -; recompensa aos letrados-legistas, que integram o estamento administrativo; atende a interesses da burguesia nascente, mantendo porém sob controle, os seus avanços. Para os desafios que se interpunham ao monarca situado no ocaso da feudalidade e na aurora da modernidade, a habilidade política do rei o passaria à posteridade como *bom, justo, santo e perfeito*⁸.

Se ao tempo de D. João II o Estado é ainda um feixe de injunções da sociedade civil sobre o poder encastelado, com Juscelino o problema é outro; é o de governar apesar do Estado, ou pelo menos, essa era a sua alegação, pois a figuração fantástica do Estado varia conforme a oportunidade, haja vista o Estado-Levitã e, mais recentemente, no Brasil, a personificação do Estado como um dinossauro, lento e desproporcional.

Há, porém, uma sutileza aparentemente inconsútil envolvendo o minotauro-Estado. É apontado, é combatido, mas é fugidio ou, como querem alguns teóricos,

uma *abstração real*. Possivelmente, porque já não é fácil delimitar onde começa e onde termina. Transformou-se num vasto labirinto que a tudo e a todos envolve, certamente, porque é o poder em suas múltiplas formas, interpenetrando-se, ora com a privatização de extensões desse *minotauro*, ora com a atribuição ao mesmo de tarefas que se querem públicas.

Havia uma pedra no meio do caminho, versejava o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade. Havia um *minotauro* na trajetória de Juscelino. Brasília, a cidade erguida durante o seu governo para sintetizar o seu projeto moderno-futurista, é, hoje, uma sombra do destemor de Juscelino; mas, também, a própria morada do minotauro burocrático, a crescer indefinidamente, a incorporar em sua arquitetura os *anexos* que o patrimonialismo estamental reclama como seu espaço e lugar, junto - como ainda é usual dizer - à *Corte*.

O *minotauro* que importunava JK tem a sua face histórica, ainda que obscurecida pelo tempo. A História do Brasil e, por extensão, o ensino de História do Brasil, não o ignora; sabe de suas raízes e heranças, mas é comum passar ao largo das mesmas ou, tocar-lhes apenas o que oferece em superfície, o que não exige maior esforço de resgate. Por vezes, é cômodo e acomodante. Afinal, não tivemos no Brasil uma Idade Média. O Brasil já teria nascido moderno, embora em modernidade que, a quando de sua descoberta, era nascente e, ainda hoje, se está por cumprir. Comumente, agimos e pensamos como se as nossas raízes se estendessem apenas ao desembarque das caravelas e, quando muito, ao contexto ibérico manuelino. É como se não tivessem compromisso conosco, ou sobre nós, não tivessem ressonância os fundamentos históricos e a formação que permitiu e até impôs e condicionou a expansão marítima portuguesa.

Presumimos que havia, para além do *minotauro* de Juscelino, mais do que referências acomodadas ao passado lusitano. Acreditávamos, até mesmo pela condição de professor de História Medieval, no resgate a ser feito, de medievalidade guiada não apenas pelos parâmetros do “feudalismo clássico francês”. Com o respeito merecido pelos que nos precederam e precedem na fastidiosa incumbência de ir à gênese da centralização monárquica portuguesa, julgávamos que, para a historiografia brasileira, havia ainda muito por ser lavado nesse campo.

Como se vê, a pesquisa realizada, no Mestrado, sobre o Governo JK, instigava a retroceder no tempo. A ir ter com as origens do que ele um dia viria chamar de *minotauro*, mas que, diga-se, já chegou ao Brasil com alguma robustez.

II. Caminhos e atropelos – definições

As lacunas, sobretudo bibliográficas, que decorrem desse *esquecimento* da centralização monárquica portuguesa – e que são essenciais para compreender o Estado colonial brasileiro –, vieram a se interpor no meu cotidiano, dessa feita, já como professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, desde 1986, muito embora, desde 1977, já lecionasse em escolas secundárias do Distrito Federal.

Em 1989, surgiu a oportunidade de concorrer a uma bolsa de doutoramento no exterior, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Era necessário submeter à apreciação dos consultores da Casa um projeto de pesquisa que se aprovaria pela pertinência do estudo e oportunidade de realização.

Para lá enviamos, em fevereiro de 1990, o projecto intitulado “A contribuição cisterciense na formação do Estado português”. Em agosto do mesmo ano recebemos a comunicação de termos sido contemplados com bolsa de estudo para realizar o doutoramento, durante quatro anos, em Portugal.

Mudaram-se alguns elementos do projecto inicial⁹, mas a perspectiva do estudo permaneceu inalterada: o Estado português. Devia, a seguir, delimitar e aproximar, isto é válido dizer, o objeto de estudo à realidade acadêmica que, inicialmente, há alguns anos, intrigava-nos: o Estado português nos séculos XIV-XV.

As indagações, portanto, permaneciam: quais os seus fundamentos, qual a sua dinâmica etc. Certamente, as respostas encontram-se nas coordenadas políticas do século XV. Mas as monarquias quatrocentistas que produziram as bases da expansão ultramarina constituem um fabuloso histórico. É preciso precisar. Falou mais alto o vocábulo então ‘mágico’ e que a quase tudo explicava, centralização. Ficou decidido. Realizar um estudo sobre o desenrolar do processo centralista em Portugal.

E o “minotauro burocrático” de JK? E a centralização? E os silvícolas?

Vamos por partes. Há de considerar-se que o Estado português colonial já não existia, oficialmente, após 150 de Independência. E que desde as primeiras medidas administrativas do século XVI até o 1822, muitas mudanças haviam ocorrido. Além disso, não há como desconsiderar os 67 anos do Estado monárquico imperial, o segundo reinado. E o que dizer da primeira república, da ditadura de Vargas e, finalmente, da redemocratização que se inicia em 1946? Foram mais de 400 anos de práticas político-administrativas, de labor do Estado.

A figuração feita por Juscelino, a propósito do Estado brasileiro não era, certamente, apenas um artifício retórico. Tinha lá os seus fundamentos. O Estado

brasileiro é enfadonhamente burocrático. A senha administrativa governamental, entremeada pelos recursos informáticos, é: se não carimbar (pôr o selo) não tem validade. Não se discute isso, atesta-se.

Sérgio Buarque de Holanda¹⁰ afirmava que os brasileiros, para compreenderem a si mesmos, deveriam intransigentemente compreender as suas raízes indígenas, negras e lusitanas. Caso contrário, estariam se condenando a plagiar culturas *ad infinitum*. Estaria ele dizendo que é preciso conhecer a gênese? Entendemos que sim.

Aí está. É indispensável conhecer a gênese do Estado colonial português no Brasil. Só presentindo as suas vicissitudes conseguiríamos discernir o elemento ameríndio “moldando-se” à sua imagem e semelhança. Se, a concordar com a acepção do historiador, de que o brasileiro deve resgatar a sua identidade na antropologia da sua colonização, para desvendar o “minotauro burocrático” da década de cinquenta, é preciso distinguir as linhas da sua formação. Em síntese, é preciso estudar a centralização monárquica portuguesa, “um dos factores responsáveis pela expansão marítimo-comercial portuguesa no século XVI”¹¹.

Observem a colisão cultural. O ameríndio no século XVI “recebeu” uma extensão do Estado centralizado português que se constituiu, ao longo de mais de 350 anos, por milhares de homens no extremo Ocidente europeu. É uma “fábula” histórica, ou, uma História fabulosa, com seus labirintos, minotauros e fios de Ariadne a serem desembaraçados.

Isso não é só argumento para justificar a pesquisa-estudo iniciada; é a confissão da convicção de que acertamos na escolha do tema, no local para desenvolvê-lo e nos prosseguimentos aos quais nos pretendemos determinar após o regresso.

Já agora, ao reler Ricardo Maranhão...

*“Portugal, ao abrir-se o século XV, aparecia como a primeira nação europeia a possuir um Estado centralizado, forte e bastante voltado para o comércio. A dinastia de Avis aprofundaria a herança burguesa-mercantil da revolução que a fundou... À medida que o Estado se fortalecia, intervindo na economia comercial, preparando o caminho para o Mercantilismo, realizavam-se também as condições para as grandes viagens marítimas. Só no comércio atlântico o rei poderia buscar o metal precioso necessário, os fundos para o fortalecimento de seu exército, sua armada e seu poder...”*¹²

(...) não tenho dúvidas do quanto foi espectacular a expansão marítima portuguesa. Como está, no entanto, fica aquela sensação de que é uma explicação-

consolo daqueles que não vislumbraram tamanha espetacularidade. Ah! Também pudera, tinham todas as condições necessárias!

Aqui, a questão. É preciso saber o quanto lhes custaram mais de três séculos de lutas. Desesperos e desilusões multiplicaram-se aos solavancos da vida, registrados nos corações e mentes. Uma centralização, como se pode inferir, duríssima. Esse estudo, que ora realizamos, uma nesga no universo medieval português, mas, todavia, significativa na grandiosidade da Idade Média tardia portuguesa, que se circunscreveu em infinitos duzentos anos¹³.

Tendo isso em conta, podemos aproximar um pouco mais as narrativas dos fatos sem acalantar juízos de validação ou negação. O certo e o errado. A História não se percebe como foi feita. Ela necessita, para se revelar, dos esforços conjugados de todos os conhecimentos. Pois a sua matéria são as necessidades construídas pelos homens na proporção exata do seu desenvolvimento. A leveza ou a severidade das superações históricas devem-se ao grau de consciência dos atores em cena. E a graduação dessa consciência é a exigência que se impõe a cada geração de se rever historicamente, face às novas necessidades criadas.

III. Hipóteses e metodologia

Iniciamos esse estudo com o título “O itinerário jurídico da centralização monárquica portuguesa”. Grande a pretensão e, por isso mesmo, a singeleza dos apontamentos.

Era preciso orientação nos muitos caminhos da construção monárquica portuguesa. Elaborando o texto se foi construindo um guia “informativo” da escalada jurídica do reino¹⁴, dos reis e dos homens, para abalizar-me nas quantas tensões que se foram estabelecendo e se superando ao longo do medievo português para a consolidação do Estado monárquico. Daí porque a constante recorrência dos temas.

A hipótese subjacente ao primeiro capítulo – “O itinerário jurídico da centralização monárquica” – é de que na definição do direito do Estado português ia perfazendo-se o direito do monarca, do rei. Na mesma proporção em que o Estado vai-se estabelecendo, o rei vai confirmando-se como fonte de direito desse Estado. Tal enleamento conferiu à condição real as substâncias históricas necessárias para constituir um condomínio de poder centralizado.

O segundo capítulo - “A centralização política: a contribuição dos legistas” - trata da ação dos oficiais legistas do desembargo régio. Desde as arengas justifi-

cativas nas Cortes para a obtenção de “pedidos”; as embaixadas; os despachos no desembargo régio; aos serviços dos “homens bons” dos concelhos e dos aristocratas terratenentes até a “produção legislativa”, quando respondiam os capítulos das cortes.

A hipótese jazente nesse capítulo é que os oficiais leigistas surgiram da necessidade jurídico-administrativa da sociedade, especificamente do Estado. As suas atuações secundaram os propósitos centralistas dos monarcas. À medida em que cumpriam as tarefas administrativas, ajuizavam legalmente as disposições régias no conjunto da sociedade.

O capítulo terceiro - “O neo-senhorialismo: os atropelos da centralização monárquica na segunda metade do século XV” - diz respeito às controvérsias, aos embates que ocorrem na regência de D. Pedro (1439-1448) e nas décadas do reinado de D. Afonso V.

Nesse período, não houve um definido itinerário político que racionalizasse as ações de um regime governamental centralizado. Houve, é certo, um conjunto de medidas que favoreciam os grupos sociais com maior desempenho na composição política do País. Tratava-se, primeiramente, dos fidalgos. E, na esteira desses, alguns grupos associados à economia urbana foram beneficiados. As medidas adotadas, todavia, vincavam, sobretudo, a política régia.

O crescimento das cidades e o desenvolvimento de uma burguesia rural possibilitaram às cidades supremacia sobre o campo. A preeminência política era aristocrática e a condução econômica da sociedade ficou na órbita das cidades. Essas readaptações, operacionadas num quadro de crises, atingiram até mesmo a fidalguia e prosseguiram mas de maneira segmentada. Outros grupos de privilegiados foram espacializando-se no topo da hierarquia social.

A hipótese nesse terceiro capítulo são as admoestações do Infante D. Pedro a setores da aristocracia, Alfarrobeira, as conquistas ultramarinas e o neo-senhorialismo afonsino, que facilitaram o alargamento, na horizontal, da nobreza. O Estado ampliou-se, outros grupos passaram a circular no seu interior e adjacências.

O capítulo quarto - “A reimposição *do juramento e menagem*: o nascimento do absolutismo” - analisa a prática político-administrativa durante o reinado de D. João II, os recontros com os grandes titulares, a composição com uma aristocracia secundogênita, o endosso às prerrogativas dos seus oficiais, as admoestações ao clero etc.

A governança de D. João não excede às administrações anteriores. Os deferimentos e indeferimentos das demandas sociais confirmam uma administração nos moldes aristocráticos e a justiça de forma similar. Há de assinalar a disposição em se

fazer obedecer, em sobrepor a vontade real a todos os outros segmentos sociais. Os avanços expansionistas e o fluxo comercial ofereceram-lhe a oportunidade de avançar com os “assentamentos” da nobreza, agora já mais segmentada, nas dimensões dos quadros administrativos e econômicos do Estado.

A hipótese que nos conduziu nesse capítulo é que o monarca serviu-se dos fidalgos titulares para ordenar os demais afilhados da nobreza; utilizou-se dos letrados para coordenar a administração do reino e dos povos; valeu-se da burguesia, os “homens bons” concelhios, para dirigir e acomodar as classes populares.

Os três últimos capítulos foram elaborados servindo-se da documentação já reunida na pesquisa *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*¹⁵.

Foi analisando as petições concelhias, senhoriais e, raras vezes, da “arraia miúda”, que procuramos ‘arrancar’ subsídios para compreender a centralização monárquica portuguesa. E perspectivamos que os legistas, ao colaborarem nas respostas às cortes e nos despachos régios, estariam também legislando e contribuindo para a jurisprudência do reino. Contribuíram, assim, para o delineamento da centralização monárquica ainda que sem consciência apurada desse fato. A sua importância na administração dos negócios do Estado associava-se à própria razão do Estado. Esse, por sua vez, estendia-se pelos postos distribuídos, um privilégio frequentemente repassado, ora no âmbito da família, ora fora dela. A posição que ocupavam na estrutura administrativa traduzia-se não apenas em carreira hierárquica, mas, sobretudo, em prestígio social e beneplácitos inerentes ao cargo. O Estado, portanto, adjudicava-lhes identidade. A sociedade, por sua vez, via nas suas pessoas físicas faces jurídicas do Estado. Entre um lado e outro, a fronteira do patrimônio. Público ou privado? Público para o Estado, privado para o Rei.

Conclusão

Aqui chegamos. A conclusão retoma os marcos dos já ditos e prenuncia possíveis avanços. A rigor, a conclusão é desnecessária. Afinal, ao longo do texto, apresentamos fatos e argumentos que *encaminham* o leitor a concluir por si o enquadramento lógico e necessário do nosso objeto histórico de pesquisa. Não há novidade à leitura da última página; quando muito, a redundância de alívio. Mas a forma e o preceito adornam o objeto com a conclusão e oferecem o aposento de conforto para o pesquisador, sem deixar de aspergir o desconforto necessário e consciente das críticas advindas.

Assim, retornando ao *esquecimento* típico que os capítulos iniciais da História do Brasil comumente cometem em relação a um recorte português da

Idade Média, encontramos, agora, senão uma justificativa, pelo menos elementos para entendê-lo melhor. Tal *esquecimento*, possivelmente decorre da complexidade com que se reveste a centralização monárquica portuguesa e que, quando desembarca no Brasil, já incorpora rudimentos de Estado moderno. Não se pode simplesmente ir debitando às vicissitudes da centralização monárquica portuguesa, este ou aquele traço do Estado brasileiro, esta ou aquela índole do que um dia veio a ser ou o *minotauro* de Juscelino ou o *dinossauro* das classificações mais recentes. Tanto o modelo de centralização que se reflete na formação do Brasil Colonial é distinto, quanto, em quase cinco séculos, a História do Brasil incorporou fatores endógenos. A gênese do Estado português, portanto, não pode continuar como abstração que, ao mesmo tempo, serve para explicar, mas não é suficientemente conhecida. Conhecer-la melhor torna-se, então, uma chave para entender melhor o Brasil Colonial e o Brasil que prossegue após a sua Independência, ainda que não se possa concluir que o presente simplesmente reproduz o passado. É preciso distinguir o que remanesce do que não descende. E só há uma saída: conhecer melhor a formação social que reuniu as condições objetivas - historicamente construídas - que permitiram o empreendimento da colonização ultramarina portuguesa.

Notas

¹ FERNANDES, Florestan, *A organização social dos tupinambá*. São Paulo: 1963, p. 112.

² Idem, p. 116.

³ LÉRY, Jean de, *Viagem à terra do Brasi.*, São Paulo: 1972, p. 173.

⁴ Trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel, extraídos da versão publicada na *História da colonização portuguesa no Brasil*, sob direção de Carlos Malheiros Dias, Porto: 1923.

⁵ Joseph R. Strayer afirma que “Só os povos mais remotos e primitivos podem prescindir do estado. No entanto, logo que o mundo moderno entra em contacto com uma dessas áreas remotas, os seus habitantes vêm-se forçados a constituir um Estado ou a acolherem-se à sombra de algum outro já existente”, em *As origens medievais do Estado Moderno*. Lisboa: s/d, p. 10.

⁶ Discurso proferido por Juscelino Kubitschek em 8 de Fevereiro de 1956, publicado por Maria Victória Benevides, *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro: 1976, p. 306.

⁷ ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*. Lisboa: 1987, p. 91.

⁸ Cf. MENDONÇA, Manuela. *D. João II - Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991, p. 470.

⁹ Ao tomar conhecimento, de fato, da historiografia portuguesa percebemos que a “formação do Estado português” era com o tempo de que dispúnhamos, impossível de ser realizado, além do que os cistercienses eram tema suficientemente estudado. Os cistercienses. A questão religiosa associa-se às leituras que nos propusemos para traçar um itinerário da Companhia de Jesus no Brasil, na região de Minas Gerais. Os religiosos e o Estado, algo desse tipo. Bem, os cistercienses em Portugal foram apresentados por Pe. Maur Cocheril, entre muitos, *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*, Paris, 1986. Recentemente, a Professora Iria Gonçalves inventariou-os plenamente, em *O patrimônio do Mosteiro de Alcobaça* no séculos XIV e XV, Lisboa, 1989; e por fim, o Professor Pedro Gomes Barbosa setorizou-os igualmente, em *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central*. Século XII a 1325. Lisboa: 1992.

¹⁰ *Raízes do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1948.

¹¹ FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1964, p. 36.

¹² MARANHÃO, Ricardo. *Brasil-História. Texto e consulta. Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1979, pp. 48-49.

¹³ Para termos uma ideia dos temas e dos estudiosos da Idade Média portuguesa é recomendável a leitura da recensão crítica elaborada por Armando Luís de Carvalho Homem, Amélia Aguiar Andrade e Luís Carlos Amaral, “Por onde vem o medievalismo em Portugal?”, in: *Revista de História Económica e Social*. Jan-Abr., Porto: 1988, pp. 115-138.

¹⁴ Acreditamos já ser um bocado avantajado para quem vai às fontes, a atenção que demanda à história do direito nas introduções de Marcelo Caetano, *História do direito português* (1140-1495). Lisboa/São Paulo: 198, 11-25; HESPANHA, Antônio Manuel, *História das instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, 1982, pp. 11-58, e SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do direito português. Fontes de Direito*. Lisboa: 1991, pp. 15-44.

¹⁵ SOUSA, Armindo, *As cortes medievais portuguesas* (1385-1490). 2 vols., Porto: 1990.

Resumo

Apresentamos o itinerário de uma pesquisa histórica destinada a evidenciar os expedientes burocráticos, legislativos, políticos, ideológicos e religiosos que, em mãos daqueles que ombreavam a tarefa de conquista e garantia de privilégios, possibilitaram a organização do Estado português nos alvares da idade moderna. Destacamos as inferições que se procedem desde o campo de visão crítica do historiador.

Palavras-chave: Roteiro de estudo histórico; Estado português; Península ibérica.

Abstract

We present an itinerary on historical research that wants to point out strategies used on a bureaucrat, legislative, political, ideological and religious level, by the ones that controled ways to acces and keep social privileges, in order to make the organization of the potuguese state possible, in the beginnings of Modern times. We put on evidence the mindwalks of the historian and his critical's point of view.

Key words: Itinerary of historical research; Portuguese state; Iberian peninsula.

Resumen

Presentamos un itinerario en investigación historica destinado a poner en evidencia los expedients burocraticos, legislativos, politicos, ideológicos y religiosos que posibilitaram la organización del estado portugués al comienzo de la Edad Moderna, llevados a cabo por aquellos a quiénes cabia la tarea de conquista y garantia de los privilegios. Se subraya las reflexiones que se originan apartir de la mirada crítica del historiador.

Palabras clave: Itinerário de estudio historico; Estado portugués; Peninsula iberica.

Luiz Carlos Iasbeck

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo.
Professor e coordenador do MBA Comunicação da UPIS.

*A mulher nua**

*Morris, Desmond. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005, 280 p.

Desmond Morris, zoólogo e antropólogo britânico, acaba de lançar uma obra que nasce polêmica: *A mulher nua*.

Seu maior sucesso, até então, em terras tupiniquins foi *O macaco nu* (Record, 1967), que lhe rendeu muita fama e alguns estigmas não muito confortáveis, como o de – invariavelmente – só considerar, em suas análises científicas, a dimensão animal do ser humano.

Agora, muitos anos depois, Desmond Morris fatia o corpo da mulher, buscando neste trabalho de *découpage* evidenciar as relações entre o todo e cada uma das partes, apresentadas em capítulos específicos: cabelos, testa, orelhas, olhos, nariz, bochechas, lábios, boca, ombros, braços, mãos, seios, cintura, quadris, barriga, costas, pêlos púbicos, genitais, nádegas, pernas e pés.

As ilustrações ocupam espaços privilegiados na parte central do volume e chamam a atenção pela bizarrice e – paradoxalmente – pelo didatismo que norteou a pesquisa iconográfica.

Morris é conhecido como zoólogo, mas nos círculos restritos das ciências humanas aplicadas ele é reverenciado como um dos mais eminentes etólogos, desde Darwin. A diferença entre ambas as categorias profissionais não está no objeto de estudo, mas no enfoque dado à pesquisa. Ao etólogo interessa aspectos específicos do comportamento animal que podem dar pistas seguras sobre processos de significação do comportamento humano.

No contexto, a curiosidade semiótica de Morris ultrapassa em muito o rigor e a sisudez de seus colegas de profissão, o que explica a sistemática exclusão a que foi condenado pela comunidade científica, desde que começou a aparecer em programas de televisão como apresentador de alguns dos seus trabalhos de pesquisa, também publicados em livros: *O animal humano* e *Os sexos humanos*.

Em *A mulher nua*, Morris comparece bem humorado e fiel aos seus propósitos investigativos. Não parece ter interesse em nos revelar novidades, mas demonstra clara consciência de que os sentidos não emergem senão das relações. Uma conclusão a que cada capítulo nos remete, de forma algumas vezes inusitada.

Sem nenhum pudor e com algum romantismo não assumido, o autor nos mostra como a mulher “tornou-se um ser único de uma espécie extraordinária”.

Esse “macaco sem cauda e com um cérebro enorme” adquiriu competências incríveis para sobreviver às intempéries e adaptar-se às tensões da vida. Segundo ele, homens e mulheres percorreram longo caminho evolutivo, mas seguiram direções diferenciadas: “os homens são ligeiramente infantis em seu comportamento e as mulheres, em sua anatomia”.

Sem dúvida, uma revelação que confirma nossa experiência, ainda que muitos possam vislumbrar, em afirmações desse tipo, uma tônica eventualmente machista ou chauvinista, como diriam as feministas dos anos 70.

A obra de Morris é farta em informações curiosas, dignas de uma enciclopédia de cultura inútil, mas divertida: você sabia que a mulher loira tem cerca de 140 mil fios de cabelo na cabeça enquanto a morena possui apenas 108 mil? E que os olhos femininos possuem uma vasta gama de possibilidades informacionais, enquanto os do homem só podem concentrar sentidos limitados? Ainda mais curiosa é a constatação de que a exibição dos seios femininos sugere a revelação (e os formatos) das ocultas nádegas, numa atitude educadamente sedutora e convidativa à procriação.

O corpo da mulher é detidamente analisado. Cada dobra, cada curva, cada saliência e reentrância é povoada de sentidos e de memória ancestral. Assim, como suporte de uma escrita evolutiva, esse corpo – seja ele como for sintetiza o máximo de aprimoramento estético, sem a necessidade de render-se a um ou outro paradigma de beleza eleito pela mídia ou pelo ordenamento sócio-antropológico dominante.

O erotismo está presente em todo o livro como identidade narrativa secreta e discreta: ao mesmo tempo em é sugerido nos formatos, odores e texturas narrados em detalhes, é também camuflado em relações lógicas formais com ramificações complexas e interdisciplinares.

Enfim, é uma obra que precisa ser lida e digerida com disposição muito diferente daquela que nos apetece as publicações científicas tradicionais. Por outro lado, exige um exercício circular de leitura e uma voluntária abstinência à ansiedade teleológica. É um livro que não termina no fim e que pode ser lido aos pedaços, respeitando as prioridades fetichistas de cada leitor.

Normas para os colaboradores

- 1.** Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
- 2.** Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
- 3.** Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
- 4.** Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
- 5.** Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
- 6.** Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento

 gráfica e editora
inconfidência

fores: (61) 3552.4024 3552.2510 fax: (61) 3386.2350
brasilía distrito federal

Site: www.graficainconfidencia.com.br
E-mail: graficainconfidencia@zaz.com.br

